

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E ECONÔMICAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO
MESTRADO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO

GERSON MOREIRA RAMOS JUNIOR

**A INVISIBILIDADE DAS BIBLIOTECAS PÚBLICAS MUNICIPAIS DO ESTADO DO
ESPÍRITO SANTO: UM PROJETO NEOLIBERAL COMO BARREIRA PARA UMA
BIBLIOTECA PÚBLICA MUNICIPAL ORIENTADA PELO AGIR COMUNICATIVO**

VITÓRIA
2021

GERSON MOREIRA RAMOS JUNIOR

**A INVISIBILIDADE DAS BIBLIOTECAS PÚBLICAS MUNICIPAIS DO ESTADO DO
ESPÍRITO SANTO: UM PROJETO NEOLIBERAL COMO BARREIRA PARA UMA
BIBLIOTECA PÚBLICA MUNICIPAL ORIENTADA PELO AGIR COMUNICATIVO**

Dissertação apresentada ao curso de Mestrado em Ciência da Informação do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal do Espírito Santo, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Ciência da Informação, na linha de pesquisa Cultura, Mediação e Uso da Informação.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Meri Nadia Marques Gerlin.

VITÓRIA

2021

Ficha catalográfica disponibilizada pelo Sistema Integrado de Bibliotecas - SIBI/UFES e elaborada pelo autor

R175i Ramos Junior, Gerson Moreira, 1989-
A invisibilidade das bibliotecas públicas municipais do Estado do Espírito Santo : um projeto neoliberal como barreira para uma biblioteca pública municipal orientada pelo agir comunicativo / Gerson Moreira Ramos Junior. - 2021.
128 f. : il.

Orientadora: Meri Nadia Marques Gerlin.
Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) - Universidade Federal do Espírito Santo, Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas.

1. Biblioteca pública. 2. Invisibilidade. 3. Neoliberalismo. 4. Esfera pública. 5. Agir comunicativo. I. Gerlin, Meri Nadia Marques. II. Universidade Federal do Espírito Santo. Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas. III. Título.

CDU: 001

**A INVISIBILIDADE DAS BIBLIOTECAS PÚBLICAS MUNICIPAIS DO ESTADO DO
ESPÍRITO SANTO: UM PROJETO NEOLIBERAL COMO BARREIRA PARA UMA
BIBLIOTECA PÚBLICA MUNICIPAL ORIENTADA PELO AGIR COMUNICATIVO**

GERSON MOREIRA RAMOS JUNIOR

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação do Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas da Universidade Federal do Espírito Santo, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Ciência da Informação, na linha de pesquisa Cultura, Mediação e Uso da Informação.

Vitória, 12 de agosto de 2021.

Banca examinadora:

Prof.^a Dr.^a Meri Nadia Marques Gerlin (Orientadora) Ufes/PPGCI

Prof.^a Dr.^a Marta Leandro da Mata Ufes/PPGCI - Membro Interno

Prof. Dr. Clóvis Ricardo Montenegro de Lima Ibict - Membro Externo

Prof. Dr. Oswaldo Francisco de Almeida Júnior Unesp/PPGCI - Membro Externo

Prof.^a Dr.^a Lucileide Andrade de Lima do Nascimento Ufes/PPGCI - Membro Interno
Suplente

Prof.^a Dr.^a Martha Suzana Cabral Nunes UFS/PPGCI - Membro Externo Suplente

Às bibliotecas públicas municipais do Brasil que resistem.

AGRADECIMENTOS

À minha parceira Patrícia Veronesi Batista pelo amor, pelo apoio, pela troca e pela ajuda imprescindível, foi um privilégio poder escrever a dissertação com o acompanhamento de uma bibliotecária.

À orientadora prof.^a Dr.^a. Meri Nadia Marques Gerlin, pela delicadeza no convívio e pela pertinência na orientação.

Aos docentes do PPGCI da Ufes com quem tive a oportunidade de conhecer mais profundamente a Ciência da Informação.

Aos componentes da banca examinadora, pelo generoso compartilhamento de conhecimento.

Aos colegas pela experiência de sermos a primeira turma do PPGCI da Ufes.

A todos que, direta ou indiretamente, colaboraram nesta etapa formativa.

Na medida em que os atores estão exclusivamente orientados para o sucesso, isto é, para as consequências do seu agir, eles tentam alcançar os objetivos de sua ação influenciando externamente, por meio de armas ou bens, ameaças ou seduções, sobre a definição da situação ou sobre as decisões ou motivos de seus adversários (HABERMAS, 1989, p. 164).

Com efeito, se o sistema bibliotecário não funciona, significa que não corresponde às exigências do público. Deve, portanto, transformar-se sem perder sua natureza ou competir com outros campos. Por que a biblioteca pública enquanto espaço físico? Assistimos à diminuição dos lugares públicos, a crises que deterioram os tecidos urbanos, ao surgimento de novas dinâmicas de segregações espaciais. O que as cidades cada vez mais oferecem como opção de agregação social são espaços ou eventos marcadamente comerciais, cada vez mais parecidos nas operações de *franchising* global. Muito serviços são mobilizados na tentativa de manter as costuras sociais estáveis. A biblioteca pública pode ser o território mais rico para realizar o encontro entre realidades diversas, buscando saídas das crises sociais que nos cercam (CRIPPA, 2015, p. 2).



(QUINO, 1999, não paginado).

RESUMO

A pesquisa versa sobre o cenário de invisibilidade das bibliotecas públicas municipais no contexto da sociedade capitalista contemporânea. Analisa o impacto da narrativa neoliberal e das tecnologias da informação e comunicação nas políticas públicas para bibliotecas no âmbito das prefeituras municipais do Estado do Espírito Santo. Verifica como a narratividade neoliberal incide sobre o Estado e opera para o esvaziamento das bibliotecas públicas municipais enquanto espaços de promoção de uma sociedade de direitos. Empreende-se uma pesquisa documental de caráter analítica-crítica pela qual busca-se analisar, dados relativos ao orçamento público e por estes instrumentos, busca-se aferir o orçamento destinado à promoção da cultura dos municípios selecionados e, se estão sendo empregados os recursos para garantir o adequado funcionamento das bibliotecas públicas municipais. Objetiva-se desvelar como se constitui a produção de invisibilidade das BPMs no Estado do Espírito Santo, no contexto da sociedade capitalista neoliberal contemporânea, pela via da precarização desse serviço público. Ao propor demonstrar a insuficiência de recursos destinados às bibliotecas públicas municipais, pretendemos não apenas evidenciar que há um projeto de precarização que inviabiliza essa instituição, mas também defender que as bibliotecas públicas municipais são instituições mediadoras da informação com capacidade de estabelecerem diálogos e interações transversais e multidisciplinares com a sociedade para a promoção de uma via informativa que propicie uma relação ética de função emancipatória crítica e por meio da mediação da informação realizada pelo profissional bibliotecário, orientada pelo agir comunicativo, numa proposta de bibliotecas públicas municipais como esferas públicas na perspectiva habermasiana.

Palavras-chave: biblioteca pública; invisibilidade; neoliberalismo; esfera pública; agir comunicativo.

ABSTRACT

The research that follows deals with the invisibility scenario of municipal public libraries in the context of contemporary capitalist society. The impact of neoliberal narrative and information and communication technologies on public policies for libraries in the scope of municipal governments in the State of Espírito Santo is analyzed. In this way, it is intended to verify how the neoliberal narrative focuses on the State and operates towards the emptying of municipal public libraries as spaces for promoting a society of rights. An analytical-critical documentary research is undertaken through which it seeks to analyze data relating to the public budget and through these instruments, it seeks to assess the budget for the promotion of culture in the selected municipalities and, if the resources are being used, to ensure the proper functioning of municipal public libraries. The objective is to unveil how the production of invisibility of BPMs in the State of Espírito Santo is constituted, in the context of contemporary neoliberal capitalist society, through the precariousness of this public service. By proposing to demonstrate the insufficiency of resources allocated to municipal public libraries, we intend not only to show that there is a precariousness project that makes this institution unfeasible, but also to defend that municipal public libraries are information mediating institutions with the capacity to establish cross-cutting dialogues and interactions. multidisciplinary with society to promote an informational path that provides an ethical relationship with a critical emancipatory function and through the mediation of information carried out by the librarian, guided by the communicative action, in a proposal of municipal public libraries as public spheres in the Habermasian perspective.

Keywords: public Library; invisibility; neoliberalism; public sphere; act communicative.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Matrizes curriculares das Universidades do Sudeste que ofertam o curso de Biblioteconomia	37
Quadro 2 - Fontes bibliográficas selecionadas na Base de Dados Ridi	50
Quadro 3 - Fontes bibliográficas selecionadas na Base de Dados Brapci	51
Quadro 4 - Fontes documentais	81

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Dotação e execução orçamentária de Bom Jesus do Norte	97
Gráfico 2 - Dotação e execução orçamentária de Presidente Kennedy	98
Gráfico 3 - Dotação e execução orçamentária de Conceição da Barra.....	99
Gráfico 4 - Dotação e execução orçamentária de Domingos Martins	100
Gráfico 5 - Dotação e execução orçamentária de Linhares	100

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Representação das BPMs em páginas institucionais.....	39
Tabela 2 - Critérios para seleção da amostra.....	88
Tabela 3 - Recursos destinados a biblioteca do município de Vila Pavão (Biblioteca Alfredo Timm) nos programas, projetos e ações para a área da cultura - 2014 a 2019	91
Tabela 4 - Recursos destinados a biblioteca do município de Bom Jesus do Norte (Biblioteca Romeu Couto) nos programas, projetos e ações para a área da cultura - 2014 a 2019	91
Tabela 5 - Recursos destinados a biblioteca do município de Atilio Vivacqua nos programas, projetos e ações para a área da cultura - 2014 a 2019.....	92
Tabela 6 - Recursos destinados a biblioteca do município de Presidente Kennedy nos programas, projetos e ações para a área da cultura - 2014 a 2019	92
Tabela 7 - Recursos destinados a biblioteca do município de Santa Teresa (Biblioteca Orlando Nascimento) nos programas, projetos e ações para a área da cultura - 2014 a 2019	93
Tabela 8 - Recursos destinados a biblioteca do município de Conceição da Barra (Biblioteca Professor Cunha Júnior) nos programas, projetos e ações para a área da cultura - 2014 a 2019	93
Tabela 9 - Recursos destinados a biblioteca do município de Domingos Martins (Biblioteca Argentina Lopes Tristão) nos programas, projetos e ações para a área da cultura - 2014 a 2019	94
Tabela 10 - Recursos destinados a biblioteca do município de Linhares (Biblioteca Antônio Azevedo Lima) nos programas, projetos e ações para a área da cultura - 2014 a 2019	95
Tabela 11 - Recursos destinados a biblioteca do Município de Vitória (Biblioteca Adelpho Poli Monjardim) nos programas, projetos e ações para a área da cultura – 2014 a 2019.....	95

LISTA DE SIGLAS

APMs	Administrações Públicas Municipais
BPMs	Bibliotecas Públicas Municipais
Brapci	Base de Dados Referencial de Artigos de Periódicos em Ciência da Informação
CI	Ciência da Informação
DLLLb	Departamento de Livro, Leitura, Literatura e Bibliotecas
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
Ibict	Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia
Ifla	Federação Internacional de Associações e Instituições Bibliotecárias
IJSN	Instituto Jones dos Santos Neves
IPCA	Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo
LDO	Lei de Diretrizes Orçamentárias
LOA	Lei Orçamentária Anual
MINC	Ministério da Cultura
NT	Nota Técnica
PPA	Planos Plurianuais
PPGCI	Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação
Ridi	Repositório Institucional do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia
SCDC	Secretaria da Cidadania e da Diversidade Cultural
SNBP	Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas
TICs	Tecnologias da Informação e Comunicação
Ufes	Universidade Federal do Espírito Santo

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	13
2 BREVE CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA DAS BIBLIOTECAS	17
2.1 BIBLIOTECA PÚBLICA MUNICIPAL: UMA INSTITUIÇÃO SUPERADA?	29
2.2 INVISIBILIDADE DAS BIBLIOTECAS: UM PROJETO NEOLIBERAL	40
3 DIÁLOGO COM A ESFERA PÚBLICA DAS PESQUISAS SOBRE BIBLIOTECAS PÚBLICAS MUNICIPAIS	49
3.1 A INVISIBILIDADE DA BIBLIOTECA PÚBLICA MUNICIPAL: UMA PRETENSÃO DE VALIDADE	53
3.2 A BIBLIOTECA PÚBLICA MUNICIPAL COMO INSTRUMENTO CONTRA-HEGEMÔNICO: O AGIR COMUNICATIVO E A ESFERA PÚBLICA	67
4 DO ORÇAMENTO PÚBLICO À PRODUÇÃO DE INVISIBILIDADE DAS BIBLIOTECAS PÚBLICAS MUNICIPAIS	74
4.1 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS E COTEJAMENTO DE DADOS.....	79
4.2 ESPAÇO DAS BIBLIOTECAS PUBLICAS MUNICIPAIS NOS ORÇAMENTOS DAS CIDADES.....	90
4.3 O SILENCIAMENTO DAS BIBLIOTECAS PÚBLICAS MUNICIPAIS COMO PROJETO.....	96
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	105
REFERÊNCIAS	109

1 INTRODUÇÃO

O interesse em pesquisar o universo das bibliotecas públicas municipais (BPMs) surgiu no contexto da graduação em Biblioteconomia, na Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes), onde, paradoxalmente, havia momentos em que prevalecia no debate a narrativa de esvaziamento das bibliotecas como espaços destacados para a obtenção de informação e de produção de conhecimento. Não raro, durante as aulas, eram proferidas frases como: “bibliotecário não é só biblioteca!”, “não somos bibliotecários, somos profissionais da informação, gestores da informação e do conhecimento!”, “cabe ao profissional bibliotecário demonstrar que tem capacidade de atuar para além do espaço das bibliotecas!”, “mas, por que pesquisar biblioteca pública?”. Dotando às competências administrativas do currículo em biblioteconomia e às tecnologias digitais um protagonismo que suplanta a atuação das bibliotecas e da pragmática biblioteconômica, sendo estas destituídas de importância nos próprios ambientes formativos do profissional bibliotecário.

Reconhecemos a complexidade do cenário informacional contemporâneo, no qual a informação não está apenas circunscrita nos livros impressos e guardada liturgicamente pelas bibliotecas. A informação na atualidade está disseminada em espaços digitais e impulsionada pela revolução das tecnologias de informação e comunicação (TIC). Todavia, abdicar dos espaços consolidados pela tradição como espaços de atuação do profissional bibliotecário não nos parece uma estratégia eficaz de valorização do ofício biblioteconômico. Entendemos que, ao deslegitimarmos as bibliotecas nos próprios espaços de formação do profissional bibliotecário caminhamos para um processo de esvaziamento da capacidade de intervir criticamente nas realidades observadas na sociedade capitalista contemporânea, via os saberes e fazeres biblioteconômicos.

Desta forma, defendemos as bibliotecas, em especial as BPMs, como espaços capazes de produzir uma via alternativa e opositora à narrativa neoliberal alienante, que, pela reificação das relações, transforma todas as esferas do *Mundo da Vida* – ambiência na qual as relações humanas acontecem, por meio, unicamente, da interação comunicativa dos cidadãos (HABERMAS, 1989), em arenas de consumo potencializadas pela instantaneidade que dita as redes digitais e a *internet*, espaços

monetarizados pelo capitalismo. Tal fenômeno, no contexto neoliberal da sociedade capitalista contemporânea, ocorre por meio de operações algorítmicas binárias que homogeneízam experiências e produzem um esvaziamento sociocultural à medida que as relações são, ordinariamente, orientadas para e pelo consumo, e em uma estrutura que não questiona a manutenção da dominação ancorada no alijamento de direitos e na pauperização do trabalhador, que, por sua vez, não se caracterizam como exploração, dado o enfraquecimento da consciência de classe.

O canto de sereia neoliberal, numa mera alteração semântica, faz com que os menos atentos se considerem parte do excludente grupo dos detentores dos meios de produção, pelo uso de nomenclaturas como: gestores da informação e do conhecimento, empreendedores digitais, bibliotecários gerenciais. Esse léxico meritocrático que nos quer empreendedores de nós mesmos é propagandeado pelos conglomerados midiáticos comerciais e pelas mídias digitais, espaços dedicados à produção de consensos alienantes, por meio de uma narrativa violenta que elimina o contraditório e o direito de divergir. Nesses espaços, a adesão é produzida artificialmente, via personalização da oferta de conteúdos, o que ocorre por meio de operações algorítmicas que dirigem as ações dos usuários nesses ambientes, apresentando respostas que os enredam na teia capitalista neoliberal.

Entendemos assim a pertinência de discutir os efeitos da narrativa neoliberal nas pautas de Estado, buscando compreender como essa narrativa converge para a precarização das BPMs, a fim de que, reconhecendo as estruturas que nos silenciam, sejamos capazes de vislumbrar uma via que passe pelo entendimento da relevância das BPMs e de seus processos de mediação da informação na sociedade, estabelecendo-as como instituições mediadoras da informação, com capacidade interventiva na dinâmica informacional dos municípios do Estado do Espírito Santo e do Brasil.

Para tanto, organizamos o trabalho em cinco capítulos. Após a introdução, na qual situamos a discussão, apresentamos a seção dois, buscando evocar a historicidade do objeto de pesquisa e contextualizá-lo em sua contemporaneidade. Traçamos um panorama histórico do surgimento das bibliotecas em sua expressão pública, para compreendermos sua relevância na sociedade atual, dialogando com a literatura

biblioteconômica e da Ciência da Informação (CI). Após essa contextualização, apontamos questões relativas à narrativa neoliberal e à aposta no informacionalismo como impulsionador de uma agenda liberal para o Estado (*new public management*), analisando também como essa agenda incide na formação do bibliotecário e promove seu distanciamento do ambiente das BPMs.

Na continuidade deste mesmo capítulo, situamos nosso problema (como se constitui a produção de invisibilidade das BPMs no Estado do Espírito Santo, no contexto da sociedade capitalista neoliberal contemporânea?) e o objetivo geral de pesquisa (investigar a produção de invisibilidade das bibliotecas públicas municipais do Estado do Espírito Santo). Para cumprirmos o referido objetivo geral, buscamos de forma específica:

- Cotejar dados acerca dos investimentos realizados nas BPMs pelas administrações públicas municipais, por meio dos documentos do orçamento público.
- Desvelar os impactos da narratividade neoliberal na precarização das BPMs pelo Estado.
- Analisar os efeitos de tais impactos nas políticas para BPMs.

Tais objetivos buscam desvelar o projeto de precarização das BPMs na sociedade capitalista contemporânea, por meio, de uma narratividade neoliberal que se engendrou nos ambientes digital, midiático e estatal, e os formataram de acordo com as demandas produtivas e de consumo do capital.

Na seção três, lançamo-nos a um diálogo com a *Esfera Pública*¹ das pesquisas sobre BPMs, a fim de localizarmos e analisarmos os estudos em andamento, suas lacunas, controvérsias e contribuições, e assim contextualizarmos nossa pesquisa frente aos estudos da área da CI dedicados a compreender as BPMs, via teoria crítica e segundo a perspectiva habermasiana, ou seja, com o mesmo universo de pesquisa ao qual nos debruçamos.

¹ Compreendemos como, esfera pública, o espaço em que o indivíduo se constitui como ser político. Habermas, 2003.

Na seção quatro abordamos o percurso metodológico, caminhamos, por meio de uma pesquisa documental e exploratória, analisando os planos orçamentários públicos, que perfazem os anos de 2014 a 2021, dos municípios selecionados na amostra. Em uma perspectiva analítico-crítica, estabelecemos pontos de contato entre a pragmática biblioteconômica e a *Teoria do Agir Comunicativo*² (TAC). Bem como, apresentamos e discutimos os resultados obtidos na pesquisa ao fim do percurso.

Por fim, neste mesmo capítulo, abrimos espaço para refletirmos as BPMs enquanto *Esfera Pública*, atuantes numa interação comunicativa que deseja emancipar os sujeitos pelo acesso à informação. Compreendo que o conceito de Agir Comunicativo pressupõe, como esclarece Reese-Schäfer (2009):

A ideia central da teoria do agir comunicativo é a seguinte: é possível atribuir as patologias da Modernidade, sem nenhuma exceção, à invasão da racionalidade econômica e burocrática às esferas do mundo da vida, às quais essas formas de racionalidade não são adequadas e, por isso, levam a perdas de liberdade e de sentido. O agir comunicativo é concebido por Habermas de modo a abrir as oportunidades para um entendimento em sentido abrangente, não restritivo (REESE-SCHÄFER, 2009, p. 46).

Percebendo as BPMs como ambientes sistêmicos, que se orientam por pressupostos que vão além dos imperativos econômicos, sendo, portanto, instituições com capacidade de estabelecerem-se como espaços reflexivos reorientados por uma razão comunicativa.

Na última seção, tecemos considerações finais considerando o cenário que se desvelou, a partir da incursão realizada campo de pesquisa em bibliotecas públicas.

² Desenvolvida a partir das premissas da *Teoria do Agir Comunicativo, Consciência Moral e Agir Comunicativo* de Habermas. Juntas concebem o cerne da *Teoria Comunicativa* como um paradigma da comunicação, da intersubjetividade, da ação comunicativa, contraposta ao sistema (*dinheiro e poder*), conforme será tratado nos próximos capítulos.

2 BREVE CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA DAS BIBLIOTECAS

As transformações pelas quais passa a sociedade contemporânea demandam que reflitamos sobre a atuação do profissional bibliotecário e do papel que deve ser desempenhado pelas BPMs, trazendo-as à perspectiva da interação com a informação em seus mais variados suportes e formatos, organizando-a, preservando-a e provendo-a adequadamente aos usuários.

Desde o surgimento das primeiras bibliotecas nos impérios antigos até a atualidade, a profissão de bibliotecário vem tendo a sua evolução acompanhada pela tecnologia. A criação de métodos e técnicas de organização, armazenamento, disseminação e preservação da informação têm exigido dos bibliotecários um constante repensar a sua profissão (AMARO, 2018, p. 34).

As bibliotecas surgem da necessidade do homem de organizar e preservar o conhecimento socialmente produzido e estão vinculadas, desde seu surgimento, com o desejo humano de sistematizar a informação e o conhecimento produzidos pelo homem, com vistas à sua preservação e recuperação, para suprir distintas necessidades. Essa organização vai desde necessidades legais, como: salvaguardar documentos que expressem um pacto social de convivência e comprovar o direito a posse de propriedade privada; a necessidades culturais, como: o registro de uma tradição imaterial com intenção de sua preservação no tempo; até necessidades técnico-científicas, como: a sistematização de teorias matemáticas e correntes historiográficas com fins de pesquisa, memoriais descritivos, patentes etc.

Podemos afirmar, portanto, serem as bibliotecas instituições de relevância destacada no processo de transmissibilidade do conhecimento produzido pelo homem e na forma como este se posiciona no mundo com base nas tradições e referencialidades que lhes são possíveis, graças ao trabalho de preservação desses registros ao longo da história.

Nesse sentido, Cunha e Cavalcanti (2008) trazem as seguintes definições para o verbete biblioteca:

[...] biblioteca library bib 1. Coleção de material impresso ou manuscrito, ordenado e organizado com o propósito de estudo e pesquisa ou de leitura

geral ou ambos. Muitas bibliotecas também incluem coleções de filmes, microfiches, discos, vídeos e semelhantes que escapam à expressão 'material manuscrito ou impresso'. 2. "Coleção organizada de registros da informação, assim como os serviços e respectivo pessoal, que têm a atribuição de fornecer e interpretar esses registros, a fim de atender às necessidades de informação, pesquisa, educação e recreação de seus usuários. Neste contexto, a palavra biblioteca abrange os objetivos e funções de outros tipos de serviços de informação, que seriam qualificados como centros de documentação, serviços de informação, unidades de informação, entre outros" (icnb, p. vii). 3. Sala ou prédio onde são guardadas, ordenadamente, coleções de livros e outras espécies documentárias [...] (CUNHA; CAVALCANTI, 2008, p. 48).

Nota-se que há uma pluralidade nas definições da biblioteca que a vinculam tanto com a materialidade que caracteriza a intervenção do homem no mundo, na forma dos registros físicos, quanto com a dimensão cognitiva que abarca o trabalho intelectual do profissional bibliotecário, empregado na pragmática biblioteconômica e exemplificado nas ações de organização, preservação, representação e mediação da informação. Sendo assim, “[...] a história das bibliotecas é a história do registro da informação, sendo impossível destacá-la de um conjunto mais amplo, a própria história do homem” (MILANESI, 1983, p. 16).

Portanto, não é possível desvincular os desdobramentos contemporâneos dos, da longa história que nos forjou. Desde o estabelecimento da biblioteca de Nínive, considerada em muitos estudos como a primeira biblioteca construída com o propósito de conter o conhecimento produzido em um único lugar (sua construção foi ordenada pelo rei assírio Assurbanípal, no século VII a.C.³); passando pela biblioteca de Alexandria⁴, construída no século III a.C., uma das mais famosas expressões da cultura helênica, sendo considerada uma das mais importantes bibliotecas da Antiguidade; demonstrando a necessidade do homem de sistematizar e preservar a informação, desde as mais remotas civilizações.

³ Segundo Medeiros (2019) a biblioteca de Nínive “[...] introduz a concepção das bibliotecas enciclopédicas, trezentos anos antes de Alexandria. A biblioteca era composta de 22.000 tabuletas de argila, embora se acredite que também houvesse papiros, quadros de madeira e de cera. Era também organizada utilizando-se colofões. O acervo era composto por textos administrativos, religiosos e ritualísticos, além de obras de referência. Porém, seu grande legado foi preservar a Epopéia de Gilgamesh, considerada a primeira obra literária escrita” (MEDEIROS, 2019, p. 72).

⁴ Segundo Medeiros (2019) “Foi fundada por Ptolomeu II, mas idealizada por Alexandre, o Grande, que morreu precocemente antes de vê-la construída. Com sua morte, o império que incluía a Mesopotâmia, a Pérsia e o Egito, foi dividido em três partes. A Ptolomeu, general macedônio, coube ao Egito, fundando aí a dinastia de faraós ptolomaicos. Esta dinastia se encerrou no ano 30 a.C. com a morte de Cleópatra, e a capitulação ao domínio de Roma” (MEDEIROS, 2019, p. 75).

Já a biblioteca em sua expressão pública foi um legado dos Romanos. Medeiros (2019) afirma que a “[...] primeira biblioteca pública foi idealizada por Júlio César que não chegou a ver sua instalação, devido a seu assassinato, em 44 a.C”. (MEDEIROS, 2019, p. 79). Ainda em relação à estrutura administrativa do império Romano, a autora identifica que:

Roma chegou a ter um sistema com 29 bibliotecas, conforme arrolado em um catálogo sobre prédios romanos relevantes, datado de 350 d.C. Esse sistema era dirigido por um Diretor de Bibliotecas, e contava com um corpo de funcionários dedicados à administração do prédio, além de restauradores e escribas. Esses ocupavam um papel de destaque nas bibliotecas, pois cabia a eles copiar as obras [...] (MEDEIROS, 2019, p. 80).

Durante o período medieval, vemos ganhar os contornos daquilo que Burke (2003) classificou como uma geografia do conhecimento. Situando os mosteiros e conventos como os grandes centros biblioteconômicos do ocidente, a organicidade da sociedade medieval era centrada na religiosidade cristã católica, foi o cristianismo o maior veio de transmissão da herança romana para o ocidente medieval.

No entanto, essa centralidade não sugere que o período medieval tenha sido um tenebroso hiato entre a antiguidade clássica e a renascença. Pelo contrário, a idade média foi um período de grandes transformações e continuidades que, na longa duração, modificou as bases do mundo ocidental, muito embora seja frequente, no campo da CI e Biblioteconomia, atribuir-se ao período denominado Idade Média um julgamento pejorativo e anacrônico.

[...] a Idade Média Ocidental conhecerá uma religião aberta, e o diálogo destas duas faces do Cristianismo dominará a "idade intermediária". Economia fechada ou economia aberta, mundo rural ou mundo urbano, unidade ou diversidade? O Ocidente medieval levará dez séculos para encontrar a melhor solução entre tais alternativas (LE GOFF, 2005, p. 21).

Portanto, faz-se mister esclarecer que este trabalho adota a perspectiva contida em Le Goff (2005), compreendendo que a moral do homem medieval se inscreve em um contexto no qual:

A Igreja elabora para esta sociedade um novo humanismo cristão: o do homem humilhado expresso no Livro de Jó, aplicando-o em referência à imagem de Deus; transforma a devoção graças ao desenvolvimento do culto marial e à humanização do modelo-cristológico: altera a geografia do

Além ao interpor o Purgatório entre o Paraíso e o Inferno, privilegiando por este meio a morte e o julgamento individual (LE GOFF, 2005, p. 10).

Essa compreensão é fundamental para que não incorramos em anacronismo, ao lançarmos nosso interesse de análise para um homem orientado por um modelo de humanidade estranho ao modelo imposto ao homem contemporâneo.

Ainda recorrendo a Le Goff (2005), verifica-se que apesar de a igreja intentar manter e reforçar seu controle ideológico e intelectual, a alfabetização avança e o “[...] binômio *litterati-il-literati* (instruídos - ignorantes; conhecedores do latim e gente limitada às línguas vernáculas) não opõe mais necessariamente os clérigos aos laicos” (LE GOFF, 2005, p. 10).

Sendo a Igreja católica a herdeira maior da burocracia imperial romana, no ocidente medieval, a preservação do conhecimento da antiguidade helênica e latina era uma preocupação latente e, por essa razão, os grandes mosteiros se encarregaram do ofício biblioteconômico de preservação de seus acervos. Havia um *Scriptorium*, que era uma espécie de oficina de copistas, na qual os trabalhos eram conduzidos por um monge. Havia ordens em que o trabalho escriturário constava em suas regras como dever piedoso e esse trabalho, assumido pelas ordens religiosas, contribuiu sobremaneira para salvar, por meio de cópias sucessivas, muitas obras cristãs e da Antiguidade.

Crippa (2004) localiza em Cassiodoro (485-580) o modelo precursor de biblioteca adotado pela Igreja Católica, a partir da leitura do *Vivarium*, a pesquisadora defende que:

A ‘vitória’ da espiritualidade cristã leva, a partir desse pressuposto ao estado de isolamento e a sensação de “antiguidade” da concepção didática e cultural de Cassiodoro. Pouca importância, nesse sentido, realmente aparenta ter o autor no desenvolvimento filosófico da espiritualidade medieval. Porém, aos poucos, a proposta de biblioteca elaborada por Cassiodoro acaba sendo adotada pela própria ordem beneditina, que substitui gradativamente os preceitos mais simples de escrita e de leitura de sua regra, a partir do uso que se vê necessitada a fazer de materiais originários da *Vivarium* (CRIPPA, 2004, p. 52).

A autora evidencia, por meio da recuperação da fonte histórica *De Institutione Divinarum Litterarum*⁵, um manual de organização de biblioteca, e consegue estabelecer que foi este o modelo adotado pelas bibliotecas monásticas no medievo. Crippa (2015a) afirma que Cassiodoro:

[...] constituiu uma biblioteca de comentadores da Bíblia, bem como de alguns autores clássicos, tornando-a rica em escolhas e variedade. Através das atividades cotidianas de manutenção, cópia restauração e transcrição dos manuscritos, Vivarium sempre foi considerado como um lugar, significativo na produção dos livros no século VI. O tratado IDL, em sua divisão disciplinar e em sua proposta de uma ordem (re)produzida na biblioteca, se torna exemplo de verdadeira “política da Informação”, visando oferecer uma educação cristã completa, através de um texto detalhista e cheio de títulos. Não se trata, porém, de uma simples lista de livros presentes na biblioteca fundada por seu autor: a proposta de Cassiodoro é, com efeito, uma seleção de títulos para os monges seguirem um percurso de conhecimento instigante, que combina sugestões, recomendações e aponta para a disponibilidade ou a necessidade de procurar os materiais. É ao universo do manuscrito cristão medieval que a leitura do IDL nos leva: manual para uso da biblioteca, catálogo [...] (CRIPPA, 2015a, p. 88-89).

Dissertando sobre o funcionamento das bibliotecas, a autora aponta como o livro encontra espaço na experiência monástica e em sua organização cultural, a partir de práticas ascéticas individuais e coletivas: “*Vivarium* revela uma diversidade organizacional inconciliável com aquela das primeiras comunidades: havia, de fato, um *scriptorium* e adequado sistema de conservação dos livros” (CRIPPA, 2004, p. 52).

Outro evento transformador para a realidade das bibliotecas ocorrera durante o período temporal denominado, para fins didáticos, Idade Moderna. No século XV observa-se a utilização, em larga escala, da prensa tipográfica desenvolvida por Gutenberg⁶. Segundo Linares Columbié (2004) houve três mudanças imediatas para o contexto biblioteconômico em decorrência do uso da prensa tipográfica e sua ampliada capacidade de disseminação da informação via livros impressos: o

⁵ Trata-se do tratado de Flávio Magno Aurélio Cassiodoro (s/d, tomos 70, p. 1106-1150) *De Institutione Divinarum Litterarum*, escrito no século VI d.c, como manual de instrução da biblioteca de *Vivarum* (CRIPPA, 2004, p. 48).

⁶ “Johannes Gutenberg, nascido em Mainz na Alemanha em c. 1400, é anunciado como o inventor da impressão com tipos móveis. Ele foi um artesão, empresário e pioneiro de uma das maiores revoluções de todos os tempos - a revolução da mídia. No final da Idade Média, ele criou um sistema técnico complexo que iria mudar o mundo. Sua invenção da impressão de livros com cartas produzidas em série, normatizadas e reutilizáveis em conjunto com o uso de uma prensa de impressão facilitou o evento da sociedade da informação como a conhecemos hoje. Em 1998, Johannes Gutenberg foi eleito ‘Homem do Milênio’ pela revista Time Life” (GUTENBERG FOUNDATION, 2021, não paginado).

aumento da produção de impressos, culminando no crescimento das coleções; o crescimento dos acervos e por essa razão, segundo o autor, ocorreram mudanças na arquitetura das edificações para abrigar coleções cada vez maiores; e, por fim, com o aumento de livros impressos, novos meios de organizá-los e representá-los foram demandados (LINARES COLUMBIÉ, 2004).

Já para Martins (2002) o advento da prensa tipográfica impacta as bibliotecas modernas culminando nos processos de laicização, democratização, especialização e socialização pelos quais passaram. Segundo o autor, democratizar o acesso a informação é em si, um processo de laicização que se opõe ao ideário sagrado mantido pelas monarquias absolutistas. Ressalta o autor que esse processo que levou “[...] a democratização, que significa, igualmente, ascensão do homem comum aos privilégios que antes estavam reservados apenas a uma minoria é, necessariamente, um processo de especialização” (MARTINS, 2002, p. 324).

Com efeito, essa aceleração da circulação de ideias tensionou o continente Europeu, durante a modernidade, produzindo oposição ao modelo medieval e às estruturas absolutistas, destacando-se o movimento intelectual conhecido como Iluminismo⁷, no século XVII, que buscou na razão científica explicar o mundo, intentando deslocar do centro das explicações a figura de Deus.

Burke (2003) afirma que as bibliotecas aumentaram sua importância assim como seu tamanho após a prensa tipográfica e que, em determinadas universidades, passaram a rivalizar com as tradicionais salas de conferência das universidades modernas. Fora do ambiente acadêmico, o autor identifica bibliotecas públicas e

⁷ “O Iluminismo é um dos temas mais importantes na História das ideias, influenciando toda a estrutura mental do Ocidente contemporâneo. Como conceito, foi criado pelo filósofo alemão Immanuel Kant, em 1784, para definir a filosofia dominante na Europa ocidental no século XVIII. A palavra Iluminismo vem de Esclarecimento (*Aufklärung* no original alemão), usada para designar a condição para que o homem, a humanidade, fosse autônomo. Isso só seria possível, afirmava o Iluminismo, se cada indivíduo pensasse por si próprio, utilizando a razão. O Iluminismo abarcou tanto a Filosofia quanto as ciências sociais e naturais, a educação e a tecnologia, desde a França até a Itália, a Escócia e mesmo a Polônia e a América do Norte. Os pensadores e escritores de diversas áreas que aderiram a esse movimento de crítica às ideias estabelecidas pelo Antigo Regime eram chamados comumente de *philosophes*, filósofos em francês, mas entre eles havia também economistas, como Adam Smith, e historiadores, como Vico e Gibbons. Esses filósofos do século XVIII, que chamados hoje de iluministas, definiam a si mesmos como homens do ‘século das luzes’. Para eles o século XVIII foi o ápice da maturidade intelectual e racional do homem” (SILVA; SILVA, 2009, p. 210).

particulares, citando como exemplo: as bibliotecas que se tornaram públicas em Paris no século XVII, a biblioteca do cardeal Mazarino, a biblioteca de Saint-Victor e a biblioteca do Jardim Real – que se tornaram centros de estudos, locais de sociabilidade, troca de informações e lugares de leitura. Evidenciando que as sedes de conhecimento, dentre as quais, as bibliotecas, multiplicavam-se e se tornavam mais especializadas a partir da complexificação da sociedade ocidental.

Já o século XVIII abrigou o evento que mudou os rumos do mundo ocidental, a Revolução Francesa⁸, considerada o marco inicial da Idade Contemporânea, representando “[...] um momento fundador essencial, não apenas da história nacional, mas da humanidade” (VOLVELLE, 2012, p. 1).

Cavallo e Chartier (2002) nos provocam a pensar se não houvera também uma revolução da leitura, ao considerarmos as profundas mudanças que a democratização do acesso à leitura, provocada pela impressão tipográfica e pelas traduções de obras antes disponíveis apenas em língua latina, provocaram no universo bibliográfico. Como observaram também no que diz respeito às mudanças nas preferências temáticas do público leitor, apresentando dados de feiras de livros da época, que sugerem, apesar de todas as insuficiências estatísticas, que houveram alterações nas práticas de leitura e, “[...] o esmagador predomínio do produto teológico e religioso diminuiu rapidamente, o que caracterizou tanto o afastamento dos eruditos da igreja quanto o abandono, pelo público protestante, da literatura edificante de até então” (CAVALLO; CHARTIER, 2002, p. 152).

Esse aumento do escopo de leitura também ampliou o acesso às bibliotecas como os autores demonstram em sua pesquisa, quanto ao avanço da leitura por fruição e lazer: “Não apenas cresceu o número de títulos, como também o de exemplares. É bem verdade que as tiragens médias não subiram na mesma proporção, devido à

⁸ “Conceituar a Revolução Francesa é mais difícil do que parece, mesmo porque muitas definições são construídas por diferentes visões historiográficas. A definição clássica, de fundamentação marxista, é uma das mais utilizadas. Segundo ela, a Revolução Francesa foi uma revolução política da burguesia. E essa classe, economicamente pujante no século XVIII, mas politicamente excluída no Antigo Regime, teria assumido o poder político formal pela revolução e, por meio dela, construído uma nova sociedade baseada na ideologia liberal. Nesse sentido, a Revolução Francesa teria posto fim às estruturas do Absolutismo e do Feudalismo e inaugurado a nova ordem capitalista. Essa definição apoia a tese marxista de que a burguesia havia feito a sua revolução, e o passo seguinte seria o proletariado fazer também a sua” (SILVA; SILVA, 2009, p. 367).

reimpressão e ao avanço das bibliotecas de empréstimo” (CAVALLO; CHARTIER, 2002, p. 153).

O avanço das bibliotecas de empréstimo tem a ver com o dispêndio que envolvia a aquisição do cobiçado produto literário.

Na Alemanha, assim como na Inglaterra, pelo preço de um romance toda uma família podia alimentar-se durante até duas semanas. Até mesmo na classe média burguesa, a grande maioria do público leitor que agora surgia refugiava-se, por isso, nas bibliotecas circulantes e nas sociedades literárias para satisfazer suas necessidades intelectuais [...] (CAVALLO; CHARTIER, 2002, p. 153).

Para sustentar esse extensivo e crescente hábito de leitura que se difundia com rapidez nas classes médias, foram as bibliotecas circulantes as parceiras ideais de tal empreendimento, multiplicando-se pela Europa e possibilitando a leitura literária a “[...] estudantes e aprendizes de artesãos, moças e mulheres, grupos sociais marginais em parte de origem acadêmica, como preceptores e informadores, militares não-nobres e escreventes” (CAVALLO; CHARTIER, 2002, p. 157). No entanto, forças conservadoras da época se opunham contra a mudança comportamental em relação aos hábitos de leitura, e as bibliotecas circulantes sofreram duras críticas.

As mesmas vozes contemporâneas que bradavam contra a fatal fúria de leitura encarregaram-se de tratar sobretudo as bibliotecas para empréstimos como as mais importantes incubadeiras desse vício. Elas eram consideradas como “locais moralmente venenosos e bordéis”, que instilavam seu “arsênico espiritual”, seja no jovem, seja no velho, no socialmente superior ou inferior. Bibliotecas com uma composição prioritariamente literária, da qual faziam parte, ao lado das histórias de cavalaria, de salteadores e fantasmas, também os romances familiares e de amor sentimental-emotivos, tais bibliotecas muitas vezes eram denominadas desdenhosamente de “estabelecimentos marginais”. [...] Esse antigo tipo de biblioteca circulante para a pura diversão muitas vezes era dirigido por antiquários, encadernadores ou pessoas estranhas aos ramos, mas também alguns livreiros sérios de cidades menores se viam impelidos a adequar sua oferta a essa espécie de consumo, Em 1809, nove entre dez bibliotecas públicas de *Wurtemberg* correspondiam a tais firmas de esquina, com catálogos entre cem e seiscientos livros (CAVALLO; CHARTIER, 2002, p. 156).

Embora às críticas e ataques, as bibliotecas circulantes seguiram com sua atuação e mantiveram-se relevantes durante os séculos XVIII e XIX, contribuindo para o estabelecimento de uma importante esfera pública de fomento de ideias

revolucionárias, como aponta Habermas (2003) ao discutir a mudança estrutural da esfera pública, que levou à efervescência de espaços de cultura nos quais discussões políticas se tornaram públicas e a cultura passou a ser vista como mercadoria, sendo possível, embates sobre a subjetividade e sua assimilação.

Nesse sentido, a biblioteca circulante - que entendemos como precursora das bibliotecas públicas tal como conhecemos hoje - em sua missão de democratizar o acesso à informação, constituiu-se numa esfera pública de perspectiva habermasiana, um espaço para a crítica de uma sociedade decadente, que é como essa nascente burguesia, motivada pelos ideais iluministas, enxergava o antigo regime, questionando a primazia da informação e da interpretação dos fatos sociais pelas autoridades eclesiais e estatais. Período de disputas, como demonstram Cavallo e Chartier (2002):

As bibliotecas públicas ou monacais, as municipais e cortesãs, assim como a maiorias das bibliotecas universitárias (com exceção da Göttingen), ao contrário, não representaram papel algum na satisfação da nova fome de leitura e chegaram até a contrariá-la (CAVALLO; CHARTIER, 2002, p. 156).

O trecho citado acima nos confronta com as idiosincrasias das bibliotecas, o que torna a experiência de pesquisa rica, no sentido de desvelar os múltiplos desdobramentos desse espaço ao longo dos séculos. Espaço em disputa, onde o imperativo político e as concepções socioculturais de cada época se manifestam nas respostas dadas pelas bibliotecas para a sociedade.

Não por acaso, esta disputa marca o contexto daquele que identificamos ser o último evento modificador do rumo das bibliotecas no século XX, trata-se da 2ª Guerra Mundial e, mais precisamente, a geopolítica do mundo no pós-guerra com a polarização entre Estados Unidos da América (EUA) e União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS). Vimos uma corrida científica e tecnológica promovida por esses dois países para liderarem importantes realizações mundiais que demonstrassem, cada vez mais, suas capacidades técnico-científicas e militares de se apresentarem como lideranças mundiais.

A partir de 1945, após a segunda guerra mundial, uma nova realidade tomava forma no cenário internacional. Estados Unidos da América (EUA) e

União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), as principais potências emergentes do conflito, iriam iniciar uma longa disputa pela hegemonia global, denominada Guerra Fria, disputa essa que ocupou a agenda mundial pelos quase 45 anos seguintes. Apesar do justificável aspecto da ameaça nuclear ser apresentada como a característica mais marcante desse período, outro fator, de consequência mais notável para o surgimento da Ciência da Informação, foi a produção maciça de documentos e o rápido e vertiginoso desenvolvimento de serviços de acumulação e armazenamento da informação, onde pesquisadores e cientistas das mais variadas áreas de estudo repensaram suas práticas de produção e gestão informacional. É, pois, a partir da competição entre as superpotências e da explosão documental e de informações que a área atualmente conhecida como Ciência da Informação começou a se desenvolver como campo científico (SANTOS JUNIOR, 2012, p. 130-131).

Nesse contexto, empreenderam-se estudos em Biblioteconomia, Documentação e Ciência da Informação em uma perspectiva desenvolvimentista, alinhada com os interesses das duas grandes vencedoras do conflito que transformou o mundo contemporâneo. Na URSS os problemas com a recomposição dos acervos implicaram em disputas e perda de autonomia, por parte dos países integrados ao governo comunista.

Essas nações tiveram, por um lado, que adotar políticas de centralização de seus conjuntos documentais, o que muitas vezes significou a perda de poder de alguns bibliotecários para organismos políticos ligados ao partido comunista. Por outro lado, esses países, no final dos anos 1950, além de terem recuperado grande parte de seus conjuntos documentais, obtiveram também legislações que melhor regulamentaram o funcionamento de suas bibliotecas e arquivos, além da delimitação do papel dos bibliotecários e arquivistas nessas instituições (SANTOS JUNIOR, 2017, p. 64).

Santos Junior (2017) salienta, no entanto, que as informações relativas à constituição dos acervos das bibliotecas do leste europeu no pós-guerra, mostraram-se obscuras na bibliografia levantada. Todavia, o trabalho soviético não se ateve apenas a reorganização das bibliotecas no bloco soviético, houve um intenso trabalho de organização para

[...] ‘unificar’ as redes de informação e os centros de documentação no Leste Europeu, influenciado pelos primeiros anos da guerra fria e do entrincheiramento dos campos político e econômico entre a Europa ocidental e oriental, ocorre no final dos anos 1940, mais especificamente com a criação do Conselho para Assistência Econômica Mútua (COMECON), em 1949, que visava a integração econômica das nações do Leste Europeu. Zunde (1969) e Richards (1999) citam a existência de projetos de cooperação entre as bibliotecas e arquivos nacionais desses países, incluindo a constituição de conferências e congressos, reuniões bianuais com os diretores desses organismos, visitas e cursos entre profissionais, eventos de divulgação, além de projetos de automação dos

serviços de informação e de preservação dos acervos documentais. Em 1963, o COMECON instituiu a Comissão Permanente de Coordenação das Pesquisas Técnicas e Científicas, unindo bibliotecas, universidades e instituições de pesquisa da região, estimulando a publicação de periódicos ligados à Informação Científica, além da publicação de vocabulários, dicionários técnicos e revistas de resumo de trabalhos científicos (essa última em ampla publicação e utilização na URSS desde 1953) (RICHARDS, 1998; ZUNDE, 1969). Em relação ao campo de informação científica, um importante marco aconteceria com a criação, em junho de 1952, do Instituto Estatal de Informação Científica e Técnica, ou VINITI, espécie de 'órgão central' que coordenou a maior parte das pesquisas e projetos ligados à Ciência da Informação na URSS (SANTOS JUNIOR, 2017, p. 67).

Desses esforços, surge em 1966 o conceito de *Informatika* que vislumbra a associação de dois objetos de análise: a informação científica, que pode ser definida como a informação lógica que se obtém no processo de aquisição do conhecimento, processo no qual se reflete as leis do mundo objetivo e as aplica na prática histórica; e a informação social, que teria alguma utilidade para o conjunto da sociedade e de agentes políticos e econômicos, devendo então ser organizada e disseminada.

Houveram inclusões de conceitos ligados a essa disciplina científica, além dos termos Informação científica e social, em cursos de formação de bibliotecários e documentalistas na região. Richards (1992; 1998) e Chernyi (2005) afirmam que, entre o final dos anos 1960 e por quase toda a década seguinte, especializações e mestrados ligados a Informação Científica/ Informatika/ Ciência da Informação foram consolidados nesses países, e pesquisadores soviéticos como A. D. Ursul, Yuri Schreider e Ruggero Gilyarevskii ministraram disciplinas, onde uma "filosofia/epistemologia da informação" socialista foi apresentada. Os cursos de graduação em Biblioteconomia, curiosamente, tiveram pouca inserção da Informatika em seus currículos, e somente depois do comunismo discutiriam a mudança de sua denominação, incluindo o termo Ciência da Informação em seu escopo (SANTOS JUNIOR, 2017, p. 69-70).

O percurso soviético apresentado por Santos Junior (2017) nos indica que a influência da URSS no campo biblioteconômico e da CI ficou restrito ao Leste Europeu, devido a necessidade do país de reconstruir-se no pós-guerra e reordenar suas bases políticas, tanto interna como externamente.

Nos EUA a realidade do pós-guerra, foi menos desafiadora que a Soviética, lembremo-nos que o país do continente americano não teve seu território atacado de

modo significativo em seu território pelas forças do eixo⁹, essa realidade permitiu acelerar seu desenvolvimento informacional e tecnológico, sendo:

[...] o período do pós-guerra foi marcado pela consolidação de uma nova realidade de produção e armazenamento da informação, e com o aparecimento de novas tecnologias, muitas delas relacionadas aos computadores. O país, que realizava pesquisas de caráter tecnológico desde os anos 1920, apresentaria quase todas as principais inovações nesse campo: em 1946, era construído o ENIAC (Electronic Numerical Integrator and Computer), o primeiro sistema de computadores desenvolvidos no país; a invenção do transistor e do micro chip em 1947; a consolidação de centros de produção e pesquisa para computadores (o mais conhecido, o Vale do silício, desenvolvido a partir dos anos 1950); a construção dos semicondutores e do circuito integrado por Robert Noyce e Jack Kilby, permitindo a “miniaturização” do computador; surgimento dos modelos 7090 (1958) e de 360/370 mainframes (1964), os primeiros computadores a obterem sucesso no âmbito empresarial norte-americano; desenvolvimento do microprocessador (1971) e dos primeiros computadores “pessoais” (Kenback-1 em 1971, Altair 8800 em 1975 e o Apple 1, em 1976) ; e, por fim, nos anos 1980, o aparecimento do IBM PC e Macintosh, consolidando efetivamente os computadores pessoais no país. Nos EUA, as novas tecnologias de informação progressivamente tiveram sua produção e utilização afastadas do contexto estritamente militar, sendo gradativamente inseridos nos ambientes das empresas privadas (na década de 1960) e no âmbito de uso pessoal durante as décadas de 1970 e 1980. Esse fato permitiu o papel de vanguarda e liderança do país na chamada “terceira revolução industrial”, que seria mantida após 1991 (SANTOS JUNIOR, 2012, p. 133).

A Biblioteconomia e a CI estadunidense têm forte associação como o imperativo tecnológico digital e esse modelo influenciou as políticas de bibliotecas do mundo em desenvolvimento, sobretudo, na América Latina que trilhou seus caminhos influenciada pela orientação humanística europeia e pelo imperativo tecnológico estadunidense de cunho capitalista neoliberal.

Como visto acima, em todas as épocas a biblioteca se ocupou do tratamento dos registros humanos em sua interação transformativa com o mundo físico e social, e o breve histórico produzido demonstra que a existência das bibliotecas foi e é marcada por pulsões de transformação e resistência, próprias das tensões socioculturais que forjam as instituições e erigem seus propósitos, historicamente.

No entanto, identificamos no contexto geopolítico pós-segunda guerra mundial a aposta nas tecnologias digitais, principalmente no caso estadunidense. Houve uma

⁹ O termo *eixo* refere-se a aliança firmada entre Alemanha, Itália e Japão durante a segunda guerra mundial.

mudança de paradigma e a primazia do imperativo econômico impondo-se sobre todos os demais campos da vida social, reduzindo as relações em pragmáticas relações monetarizadas de troca. Por essa razão, localizamos nas bibliotecas públicas as herdeiras dessa missão democratizante de propiciar a livre circulação da informação em nossa era. E para tanto, essa missão não pode ter amarras do imperativo econômico que pauta as esferas do mundo da vida na contemporaneidade.

Desta forma, compreendemos relevante e necessária, a produção de pesquisas e estudos que visem contribuir para o fortalecimento da compreensão dos saberes e fazeres desenvolvidos nas bibliotecas, em especial nas BPMs, destacando sua relevância na sociedade contemporânea como espaços contra-hegemonômicos e possibilitadores de uma forma de interação não orientada, exclusivamente, por uma lógica produtivista e utilitarista oferecida pelo neoliberalismo.

2.1 BIBLIOTECA PÚBLICA MUNICIPAL: UMA INSTITUIÇÃO SUPERADA?

Vimos no capítulo acima como as bibliotecas caminharam ao longo dos anos com as tensões e conflitos próprios de cada época. Nesta seção discutiremos os desdobramentos do pós-guerra e a opção pelo neoliberalismo no contexto biblioteconômico com a imposição tecnológica digital e o utilitarismo da informação.

Tal mudança fez com que a relação que estabelecemos com a informação seja, quase majoritariamente, de tipo utilitário. Todavia, cremos ainda haver uma pulsão criativa nas BPMs, mesmo em um mundo de instantaneidade e pragmatismo, que serviria como um contraponto à visão neoliberal reducionista, que intenta padronizar comportamentos e esvaziar as possibilidades reflexivas que nos levariam a formas de vida fora da lógica agressiva e predatória do mundo capitalista neoliberal.

Essa criatividade é possibilitada pela interação investigativa com os mais variados temas de pesquisa no ambiente da biblioteca, tomando contato com as lacunas informativas, com a transversalidade que os perpassa e com a infinitude da busca, como nos lembra Milanesi (1983):

Antes esgota-se o pesquisador do que o assunto pesquisado, pois, se a análise esclarece um aspecto, pode trazer novos problemas, antes insuspeitos. Quanto mais uma biblioteca propicia esse jogo de dados, a multiplicidade das informações que se reforçam ou se anulam, mais estará ela chegando no seu objetivo – que por sinal, está sempre um pouco mais à frente. Como não existe no campo das investigações o dado definitivo, também não existem bibliotecas definitivas. Ela própria traz em seu bojo as contradições que vão exigir novos desdobramentos (MILANESI, 1983, p. 9).

Nessa ambiência biblioteconômica somos colocados em contato com o contraditório, com o desconhecido, com os limites trazidos pelas múltiplas facetas explicativas para o mesmo objeto. Essa pluralidade é que faz com que a BPM se estabeleça como uma esfera pública convergente para um agir comunicativo, menos suscetível às manipulações do capital.

Essa é a razão pela qual a informação migra, atualmente, para o ambiente digital, quase como uma via única, pois, as possibilidades de controle e de monetarização se efetivam de forma eficaz pelo capitalismo no ambiente digital.

Valendo-se do aparelhamento das estruturas de telecomunicações e redes digitais, o capitalismo coopta a produção de informação e a molda como instrumento de dominação à medida que os conteúdos passam a ser produzidos e difundidos para a promoção do modo de vida consumista e predatório dos recursos naturais que reforça a produção de pobreza, típica do sistema capitalista.

Tomemos como exemplo, as redes sociais digitais, que provocam a transferência da sociabilidade para uma esfera digital virtualizada, regida por engendramentos algorítmicos binários que se alimentam dos dados que disponibilizamos na *internet*.

Essa transferência da sociabilidade orientada por lógica binária é capaz de produzir alterações na estrutura social, principalmente, pela sua capacidade de destruição criativa e agudamento da cultura do efêmero na sociedade que se orienta por um estado de vigilância do consumo, como indica Zuboff (2015) ao apresentar o conceito de *surveillance capitalism*¹⁰.

¹⁰ O Termo, *surveillance capitalism*, foi cunhado por Shoshana Zuboff, professora emérita da Universidade de Harvard, no artigo *Big other: surveillance capitalism and the prospects of an information civilization*, publicado em 2015 pelo *Journal of Information and Technology*, define a nova ordem econômica que se apropria das experiências humanas com finalidades comerciais,

O capitalismo de vigilância se expressa pela alta capacidade de controle dos dados de usuários pelas grandes corporações que dominam o mercado digital, pois o “[...] capitalismo de vigilância estabelece uma nova forma de poder na qual, contratos e Estado de Direito são suplantados pelas recompensas e punições de um novo tipo de mão invisível” (ZUBOFF, 2015, p. 82, tradução nossa).

Se tratarmos do volume de informação gerado diariamente, a profusa produção de informação presenciada na contemporaneidade não guarda paralelo com outros períodos históricos. Burke (2003) estima que circulavam na Europa em meados do ano de 1500, treze milhões de livros para uma população de cem milhões de habitantes. Para o primeiro quarto do século XXI, Reinsel, Gantz e Rydning (2018) estimam que a *Global DataSphere*, que engloba todos os dados criados ao redor do mundo por meio do ambiente digital, passará de 33 *zettabytes* em 2018, para 175 *zettabytes* até 2025. Isso significa um aumento da produção de dados que, se armazenada em DVDs, geraria um volume capaz de circundar a terra 222 vezes.

Nesta condição, de contínuo bombardeamento de informações, o ser vivente se vê incapaz de assimilar e acessar o volume informacional que é apresentado, evidenciando nossa incapacidade de lidar com a oferta informacional difusa que a *internet*, as redes sociais digitais e os conglomerados midiáticos disponibilizam na contemporaneidade. O tratamento da informação e a sua mediação, orientados por uma lógica que não seja, majoritariamente, a do capital se tornam condições *sine qua non* para que possa haver uma sociedade emancipada para o uso crítico das informações disponibilizadas na sociedade capitalista informacional. Fora desta perspectiva de emancipação, via uso crítico da informação, o que resulta é um cenário de explosão informacional difusa e de acesso limitado (embora tenha a aparência ilimitada), que aguda as desigualdades e produz alienação social.

Nesse sentido, outro importante problema a ser superado refere-se ao acesso ao ambiente digital, em um mundo profundamente desigual é preciso relativizar o discurso de democratização do acesso à *internet*, pois, estudos demonstram

em um processo de apropriação das informações que disponibilizamos na internet agindo como uma ameaça as liberdades individuais e direitos fundamentais.

disparidades na capacidade de uso desta rede e desconsiderá-las na análise dos impactos do capitalismo sobre a rede *internet* e a informação circulante neste ambiente é alinhar-se à lógica capitalista de geração de pobreza e exclusão social.

A despeito das falas de um mundo digital e conectado, mais de 40% da população global ainda está fora da Internet. Outra parte sofre com conexões limitadas, seja pela quantidade de dados disponíveis nos pacotes, seja pelas baixas velocidades de conexão. Já entre os que estão conectados, há desigualdades gritantes. Enquanto na Europa 84,2% dos lares possuem acesso, na África o índice é de 18%. Já no recorte de gênero, o índice de penetração chega a 51% entre os homens contra 45% entre as mulheres. A diferença é fortemente definida pela renda. No Reino Unido, a conectividade entre os mais pobres é de 62%, enquanto entre os mais ricos chega a 98%. Na Rússia, essa diferença fica, respectivamente, entre 51% e 81%. No Senegal, entre 18% e 42%. E, no Brasil, entre 42% e 76% (INTERVOZES, 2018, p. 17).

A desigualdade de acesso à *internet* no Brasil também apresenta contornos dramáticos. Segundo a *Pesquisa Sobre o Uso das Tecnologias de Informação e Comunicação nos Domicílios Brasileiros - TIC DOMICÍLIOS (NÚCLEO, 2019)*, 70% dos lares brasileiros, localizados em áreas urbanas, dispõem de acesso à *internet*, todavia, a análise por classe social revela que, entre os mais ricos (classes A e B), 96,5% das casas têm sinal de *internet* e entre os mais pobres (classes D e E), esse índice cai para 59% e nessa população cuja renda familiar é inferior a 1 salário mínimo, 78% das pessoas com acesso à *internet* usam exclusivamente o celular.

Esse contexto desigual se agudou profundamente, a partir do final de 2019, em decorrência da pandemia de Covid-19, que causa uma doença respiratória aguda grave pelo vírus SARS-CoV-2, de alta transmissibilidade e contágio, e que já vitimou milhões de pessoas em todo o planeta. Visando minimizar os impactos da doença, as autoridades sanitárias de todo o mundo recomendam medidas de distanciamento físico, consideradas essenciais para o controle da doença. Sendo as experiências de sociabilidade remotas possíveis pela conectividade via *internet*, a nova ordem para mitigar transmissibilidade da moléstia.

No entanto, devido às desigualdades que o sistema capitalista cultiva, a possibilidade do cuidado e da preservação da vida é tida como privilégio e, muitos, não dispõem de condições mínimas que lhes garantam o direito ao cuidado fitossanitário. Preto, Bonilla e Sena (2020) alertam que:

Em um país com uma enorme desigualdade social, como o Brasil, é necessário especificar que essa casa, para as classes média e alta, se constitui numa edificação com diversos cômodos, que permite arranjos para o desenvolvimento de atividades individuais e coletivas; já para as classes populares, a casa é, muitas vezes, um único cômodo, onde convivem muitas pessoas, de pequenos a idosos, o que torna praticamente impossível permanecer nesse espaço o dia todo, ou desenvolver qualquer tipo de atividade que exija o mínimo de concentração e dedicação, como são geralmente aquelas ligadas à experiência educacional. No entanto, com esse enorme contingente juvenil sem aula nas escolas, começam a surgir, aqui e em diversos países, soluções para que a educação continue, em casa, sob a responsabilidade dos grupos familiares. Portanto, as hashtags #fiqueemcasa e #aescolacontinua têm significados absolutamente diferentes para uma ou outra realidade, uma ou outra classe social (PRETTO; BONILLA; SENA, 2020, p. 2-3).

Após mais de um ano da pandemia de Covid-19, a desigualdade entre ricos e pobres em relação ao acesso às oportunidades de educação, de trabalho, de geração de renda e de cultura é desoladora e a transferência de sociabilidade para os meios digitais se mostrou ainda mais excludente, devido à ausência de ações por parte do atual governo brasileiro no estabelecimento de políticas públicas que, efetivamente, propiciassem condições de cuidado e assistência às pessoas vulneráveis.

Tal exemplo demonstra que o caminho para superação das desigualdades passa por um Estado garantidor de condições mínimas de dignidade para seus cidadãos e com suas instituições estabelecidas e fortalecidas, dentre elas as BPMs, trabalhando para atender a sociedade oferecendo serviços e produtos que possam diminuir o fosso social entre ricos e pobres no País, justamente o modelo de Estado que os conglomerados midiáticos brasileiro atacam diuturnamente em conluio com o capital especulativo.

Devido à revolução digital que culminou no informacionalismo¹¹, na perspectiva de Castells (1999) e ofereceu resposta alinhada à ideologia tecnocrática, que é “[...] muito mais indevassável que as do passado, porque ela está negando, na verdade, a própria estrutura da ação comunicativa, assimilando a ação instrumental”

¹¹ “O que é específico ao modo informacional de desenvolvimento é a ação do conhecimento sobre os próprios conhecimentos como principal fonte de produtividade. [...] Um círculo virtuoso de interação entre as fontes de conhecimentos tecnológicos e a aplicação da tecnologia para melhorar a geração de conhecimentos e o processamento da informação: é por isso que, voltando à moda popular, chamo esse novo modo de desenvolvimento de informacional, constituído pelo surgimento de um novo paradigma tecnológico baseado na tecnologia da informação” (CASTELLS, 1999, p. 54).

(HABERMAS, 1990, p. 16). E, em sua origem, imbuída em dinamizar o modo de produção capitalista, principalmente, após a crise do petróleo na década de 70 do século XX, que evidenciou: a necessidade do sistema capitalista de aprofundar sua busca de lucro nas relações capital-trabalho; aumentar a produtividade do trabalho e do capital; globalizar a produção na intenção de aferir maiores lucros; e garantir o apoio do Estado para angariar maiores ganhos de produtividade e competitividade das economias nacionais em detrimento da proteção social. Assim, a onda conservadora do capitalismo consagra-se de vez com a leitura do pensamento neoliberal proposta por Margareth Thatcher:

[...] buscando uma estrutura mais adequada para atacar os problemas econômicos de sua época, descobriu politicamente o movimento [neoliberal] e voltou-se para seu corpo de pensadores em busca de inspiração e recomendações, depois de eleita em 1979. Em união com Reagan, ela transformou toda a orientação da atividade do Estado, que abandonou a busca do bem-estar social e passou a apoiar ativamente as condições 'do lado da oferta' da acumulação de capital. O FMI e o Banco Mundial mudaram quase que da noite para o dia seus parâmetros de política, e, em poucos anos, a doutrina neoliberal fizera uma curta e vitoriosa marcha por sobre as instituições e passara a dominar a política, primeiramente no mundo anglo-saxão, porém, mais tarde, em boa parte da Europa e do mundo (HARVEY, 2004, p. 130).

Percebeu-se que, ao menor sinal de arrefecimento das margens de lucro do capital, a resposta dada pelo capitalismo foi o impulsionamento de uma agenda global neoliberal para garantir que a velocidade no fluxo informativo não tivesse amarras estatais que pudessem prejudicar a livre circulação do capital especulativo pela economia global. Essa reestruturação do capitalismo, possível pela revolução tecnológica digital, produziu o desmantelamento da política de bem-estar social.

Encerrou-se um extenso período de governo centrista e moderadamente social-democrata [...]. Governos da direita ideológica, comprometidos com uma forma extrema de egoísmo comercial e laissez-faire, chegaram ao poder em vários países por volta de 1980 (HOBBSAWM, 1995, p. 245).

O imperativo tecnológico digital e as mudanças na organização do mundo capitalista foram fundamentais na reestruturação da ordem capitalista. O informacionalismo permitiu ao capitalismo sua expansão no modelo neoliberal. Este rearranjo produziu derrotas políticas às organizações dos trabalhadores e impôs uma disciplina econômica, encerrando os países subscritos na Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) em uma agenda de austeridade e ajuste fiscal.

A narrativa tecnocrática neoliberal que se pretende orientadora de um novo modelo de administração pública, pautada na eficiência produtiva e na gestão eficaz, não concebendo um Estado forte e promotor de uma organização social não orientada, exclusivamente, pela racionalização do *Mundo da Vida*. É a narrativa que, paulatinamente, vem se impondo como o modelo de gestão ideal às administrações públicas municipais (APMs). Para Diefenbach (2009) é necessária reflexão sobre os efeitos da *New Public Management* na ambiência das organizações públicas, haja vista, seu poder discursivo de convencimento e encantamento, pois, operar organizações públicas numa perspectiva exclusivamente mercadológica, precariza os serviços públicos e pauperiza a vida dos cidadãos.

Essa pressão para que o léxico de austeridade e empreendedorismo, proposto pela *New Public Management*, seja incorporado às grades curriculares de escolas e universidades, também é um desafio a ser enfrentado. Analisemos os dados do aspecto formativo do profissional bibliotecário no Estado do Espírito Santo.

O curso de Biblioteconomia é ofertado pela Universidade Federal do Espírito Santo, desde 1974, constitui-se no único curso voltado para formação de profissionais da área de Biblioteconomia do Estado. O projeto político pedagógico (PPP) em sua versão de 2016, atualizada em 2018, indica que o objetivo principal do curso ao final da trajetória formativa do discente é:

[...] formar bibliotecários em um processo de natureza multidisciplinar que institui a pesquisa como um princípio educativo, que posiciona o discente como parte do processo de construção de conhecimento e de saberes, articulando as características, humana, profissional, ética e cidadã para uma atuação crítica e consciente do seu papel político na sociedade e do agir de modo proficiente com o mundo do trabalho (UFES, 2018, p. 5).

Ao longo da construção do PPP, ao mesmo tempo em que se afirma a vocação humanística da formação do profissional, é abordada a relevância de se considerar todo o aspecto tecnológico digital na formação do bibliotecário, para sua efetiva atuação no mundo do trabalho. Enfatizando o objetivo de ofertar ao graduando, pelo processo formativo, “um refinamento contínuo para atuar em espaços híbridos de informação, educação, cultura, ciência, tecnologia e negócios, no que de mais

moderno apresenta o ciberespaço enquanto novas possibilidades” (UFES, 2018, p. 7).

Há uma tentativa de alinhamento do PPP com os novos arranjos produtivos, numa busca por novas alternativas na formação do profissional bibliotecário, intentando formar um profissional, nos termos do documento, com perfil diferenciado frente aos desafios da gestão da informação:

O crescimento socioeconômico sob novos arranjos produtivos (regional e local) e o desenvolvimento científico e tecnológico alcançado pelo Estado impõem uma realidade que nos move a buscar alternativas para a formação do profissional bibliotecário, orientado ao dinamismo dos setores e ambientes, diversificação de atividades e de manejo de recursos mediados por tecnologia e, principalmente, relacionados com a circulação da informação. Esse crescimento exige perfis cada vez mais diferenciados no que tange à gestão da informação gerando oportunidades e também desafios para os egressos de biblioteconomia, dentre outros profissionais envolvidos com o campo da informação (UFES, 2018, p. 3).

Compreendemos que o referido documento deve ser lido também pelos seus silenciamentos, percebendo o PPP como o documento que revela a proposta da instituição frente suas funções e pretensões sociais. Na perspectiva de Vasconcellos (2004),

[...] é o plano global da instituição. Pode ser entendido como a sistematização, nunca definitiva, de um processo de planejamento participativo, que se aperfeiçoa e se concretiza na caminhada, que define claramente o tipo de ação educativa que se quer realizar. É um instrumento teórico – metodológico para a intervenção e mudança da realidade. É um elemento de organização e integração da atividade prática da instituição neste processo de transformação (VASCONCELLOS, 2004, p. 169).

Identificamos haver uma tendência no PPP de alinhamento com as demandas informacionais orientadas ao mundo do trabalho conectado e digital e que os espaços tradicionais, sobretudo as bibliotecas, são tratadas como campos secundários no interesse formativo do profissional bibliotecário. Essa afirmação encontra base para sustentar-se ao analisarmos a matriz curricular do curso de Biblioteconomia ofertado pela Universidade Federal do Espírito Santo.

Para que seja conferido ao discente o título de bacharel em Biblioteconomia é necessário o cumprimento de 2.490 horas entre aulas, atividades extracurriculares e

estágio supervisionado obrigatório. Em meio a carga horária ofertada não há na matriz curricular disciplinas voltadas, exclusivamente, para as bibliotecas em suas distintas manifestações. Indicando que o processo de invisibilidade dos espaços das bibliotecas pela narrativa neoliberal ocorre também no espaço formativo do profissional em Biblioteconomia no Estado do Espírito Santo.

Este cenário se difere dos currículos de Biblioteconomia das universidades federais do sudeste do Brasil. Abaixo, apresentamos quadro com as matrizes curriculares, para ilustrarmos em termos comparativos a incidência de disciplinas que abordam, nominalmente, o espaço das bibliotecas nos currículos e programas dessas instituições. A sistematização em quadro permite identificarmos de forma evidente a presença de disciplinas que versam sobre bibliotecas na proposta de formação do discente de cada instituição.

Quadro 1 - Matrizes curriculares das Universidades do Sudeste que ofertam o curso de Biblioteconomia

(continua)

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO (USP, c1999-2021)		
Disciplinas que versam sobre bibliotecas	Códigos	Nome das Disciplinas
6	CBD 0185	Biblioteca, Informação e Sociedade
	CBD 0265	Planejamento e Avaliação de Bibliotecas e Serviço de Informação I
	CBD 0266	Planejamento e Avaliação de Bibliotecas e Serviço de Informação II
	CBD 0270	Software Livre e informatização de Bibliotecas
	CBD 0277	Biblioteca com Função Educativa: A Criança e o Jovem
	CBD 0296	Tecnologia da Informação em Bibliotecas Digitais
UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO (UNIRIO, 2010)		
Disciplinas que versam sobre bibliotecas	Códigos	Nome das Disciplinas
4	HEB 0095	História do Livro e das Bibliotecas I
	HEB 0084	História do Livro e das Bibliotecas II
	HEB 0088	Organização e Administração de Bibliotecas I
	HEB 0089 -	Organização e Administração de Bibliotecas II

Quadro 1 - Matrizes curriculares das Universidades do Sudeste que ofertam o curso de Biblioteconomia

(conclusão)

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS (UFMG, 2008)		
Disciplinas que versam sobre bibliotecas	Códigos	Nome das Disciplinas
1	OTI 087	Bibliotecas, Arquivos e Museus Digitais
UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO (UFRJ, 2008)		
Disciplinas que versam sobre bibliotecas	Códigos	Nome das Disciplinas
4	ACA 579	Bibliotecas, Informação e Sociedade
	ACA 607	Gestão de Bibliotecas Escolares
	ACA 608	Gestão de Bibliotecas Públicas
	ACA 609	Gestão de Bibliotecas Universitárias
UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO (UFES, 2016)		
Disciplinas que versam sobre bibliotecas	Códigos	Nome das Disciplinas
0	-	-

Fonte: USP (c1999-2021), Unirio (2010), UFMG (2008), UFRJ (2008) e Ufes (2016).

Nota: apresentação dos dados adaptada pelo autor.

O quadro acima indica uma tendência de esvaziamento da importância do espaço da biblioteca, que já havíamos observado na leitura do PPP do curso de Biblioteconomia ofertado pela Ufes, em detrimento dos novos espaços informativos alinhados com as tecnologias digitais e o mercado.

É necessário alertar que a análise apresentada acima não intenta encerrar o debate nem tampouco simplificá-lo com base em um quantitativismo que vise estabelecer, por meio, da mera contagem do termo biblioteca nas matrizes curriculares relações finalísticas com o processo de silenciamento das bibliotecas, no contexto formativo do profissional bibliotecário no Estado do Espírito Santo. No entanto, os dados cotejados na pesquisa reforçam a percepção heurística de um processo de invisibilidade das bibliotecas que perpassa o espaço formativo no cenário espírito-santense.

A pouca importância dada as BPMs nos espaços formativos, é observada também nas administrações municipais do Estado do Espírito Santo, em levantamento realizado nas páginas institucionais em ambiente *Web* dos 78 municípios do Estado

do Espírito Santo, entre os dias 24 a 29 de abril de 2019. Ramos Junior e Gerlin (2019) apontam que 82,05% dos municípios analisados não destinam espaço em suas páginas institucionais na *Web* para que as BPMs promovam suas atividades e divulguem os serviços que são oferecidos à comunidade, apenas em 10,26% da amostra verificada, observou-se constância na publicidade relativa às atividades das BPMs.

Tabela 1 - Representação das BPMs em páginas institucionais

BPMs EM %	ESPAÇO CONFERIDO
82,05%	Não garantem espaço sistemático para que as atividades das BMPs sejam apresentadas de forma regular
5,13%	Disponibilização do contato telefônico apenas
1,28%	Mencionado o nome da BPMs apenas
10,26%	Destacam as atividades nas páginas institucionais em ambiente web das Prefeituras

Fonte: Ramos Júnior e Gerlin (2019).

O *ethos* do Estado e do serviço público está na proteção do cidadão e na garantia de sua liberdade. Para nos valermos de um clássico da filosofia política encontramos em Hobbes (1974) definição quanto à importância do estabelecimento de um Estado Leviatã:

[...] Portanto, onde não há Estado nada pode ser injusto. De modo que a natureza da justiça consiste no cumprimento dos pactos válidos, mas a validade dos pactos só começa com a instituição de um poder civil suficiente para obrigar os homens a cumpri-los [...] (HOBBS, 1974, p. 53).

Por essa razão, o neoliberalismo aposta no informacionalismo que, por um processo alienante de dinâmica algorítmica binária nas redes digitais e massificação cultural nos grandes conglomerados midiáticos, atua para que sejam pasteurizadas as consciências e, assim, se possa operar pela lógica do capital na criação e demandas informacionais aos homogeneizados grupos sociais, baseando-se em fundamentos mecânicos posto que o poder dos fluxos é mais importante que os fluxos do poder.

Se os grandes conglomerados de mídia já eram fundamentais para a formação do gosto – e para a reprodução e consolidação da ideologia dominante – antes da chamada “revolução digital”, hoje esse papel é ainda

mais significativo com a constituição das ITCs num gigantesco complexo tecnoempresarial. Sua “centralidade econômica e ideológica supera a de seus elementos constitutivos, quando tomados isoladamente”. Importa apreendê-lo como mediador fundamental da luta ideológica e também no aspecto econômico, como sistema produtor de mercadorias e de consumidores (SCHNEIDER, 2015, p. 148).

Por conta de tais características os agentes econômicos do mundo capitalista neoliberal promovem, gradual e incessantemente, a transferência da sociabilidade para os ecrãs e ambientes virtuais, pois, a esfera virtual opera para que nos comuniquemos por um conjunto de signos que promovem um processo de racionalização do mundo da vida numa perspectiva destrutiva, posto, orientada por um conjunto de coações da reprodução material que contribuem para que o sistema capitalista, com sua lógica utilitarista, se sobreponha sobre todos os demais sentidos que os indivíduos possam produzir em suas vidas.

Na subseção 2.2 trataremos da invisibilidade das BPMs como um projeto neoliberal, considerando o que já discutimos até aqui e apresentaremos nosso problema de pesquisa e objetivos estabelecemos no intuito de refletir a realidade das BPMs.

2.2 INVISIBILIDADE DAS BIBLIOTECAS: UM PROJETO NEOLIBERAL

Nesta subseção buscamos explicitar o problema e os objetivos de pesquisa sobre os quais nos debruçamos, ressaltando a nossa problemática que busca compreender: como se constitui a produção de invisibilidade das BPMs no Estado do Espírito Santo, no contexto da sociedade capitalista neoliberal contemporânea? A pesquisa em questão apresenta como desafio para a CI ressaltar a importância das BPMs e sua capacidade de mediação da informação, destacando a posição da biblioteca como um espaço de interação informativa, comunicativa e social, servindo como alternativa ao processo homogeneizante, típico do mundo capitalista, que apresenta a vida hiperconectada, como via única de interação no mundo contemporâneo. Lima (2012) alerta que as “[...] novas tecnologias de informação e comunicação que oferecem a promessa de democracia e igualdade social, de fato criam linhas de desigualdade e exclusão” (LIMA, 2012, p. 162).

Com o desenvolvimento das TIC emerge uma série de questões relacionadas à utilização da informação, pulverizada no ambiente digital. No domínio da CI uma preocupação latente se refere à relação com a informação que passa a ser produzida e difundida no ambiente digital, aparentemente, sem que haja uma estrutura que controle o fluxo da informação, pois, há no senso comum a ilusória percepção de que o ambiente digital e a *internet* possibilitam a comunicação direta. Como se a informação que é consumida na contemporaneidade, majoritariamente pela *internet*, não esteja afetada pela estrutura do sistema capitalista neoliberal, que coloniza as expressões do *mundo da vida* em função da manutenção de sua capacidade de gerar e explorar pobreza.

As demandas consumistas e predatórias são vastamente reproduzidas nos conglomerados midiáticos e nas redes sociais digitais, orientando a interação informativa e comunicativa dos usuários numa produção contínua de estímulos de consumo. Lima (2012) alerta para a necessidade do capital de impedir que o indivíduo produza a si mesmo, ao apropriarem-se do tempo liberado pelas economias do tempo de trabalho para explorarem os sentidos e vontades do sujeito, sendo as redes sociais digitais uma via pela qual a fetichização¹² do indivíduo é efetivada.

Por essa necessidade de exploração do tempo e dos sentidos humanos, compreendemos as redes sociais digitais como um ópio contemporâneo, pois, o capital, para perpetuar seu poder, precisa controlar as atividades nas quais se funda a capacidade dos indivíduos e das comunidades de se responsabilizarem por si mesmas, isto é, sua capacidade de autonomia (LIMA, 2012).

A racionalização do mundo da vida agudou os engendramentos e maquinações que os meios, *dinheiro e poder*¹³, impõem sobre as trocas informacionais da sociedade e o discurso orientado pelo capital se tornou a via comum, aceita pela sociedade

¹² “O fetichismo é o exemplo mais simples e universal do modo pelo qual as formas econômicas do capitalismo ocultam as relações sociais a elas subjacentes, como, por exemplo, quando o capital, como quer ser entendido, e não a mais-valia, é tido como a fonte de lucro” (BOTTOMORE, 2001, p. 150).

¹³ Componentes da esfera sistêmica da sociedade, considerados inférteis do ponto de vista da interação da vida autônoma, que por sua vez permite ao sujeito, senhor de si, experimentar o outro numa simbiose propiciada unicamente pelo livre exercício da interação através da linguagem.

contemporânea, deixando de fazer sentido pensar o mundo sob outra ótica que não a mercadológica.

Temos neste cenário a seguinte contradição: a informação, em muitos casos, é um direito público e de uso coletivo, mas, a infraestrutura de telecomunicação, que permite o acesso à rede da *internet*, está colonizada pelo mundo capitalista. Atualmente, este mercado é dominado pelas chamadas *big techs* (*Amazon, Apple, Facebook, Google e Microsoft*) e se orienta pela promoção e criação de necessidades de consumo nos usuários, numa dinâmica de produção artificial de necessidades de consumo pelos agentes do mercado, como ocorre com os influenciadores digitais, a partir dos quais vemos a consolidação da imposição de formas de consumo.

Os ambientes sociais digitais, quando encarados como novas comunidades de usuários para o exercício biblioteconômico no século XXI, permitem a compreensão, por parte dos bibliotecários, de que os dados disponíveis em rede não são diferentes das placas de argila escritas em caracteres cuneiformes na biblioteca de Ebla e Nínive, no século VII a.C, ou dos rolos de papiro da biblioteca de Alexandria, do século III a.C. Sendo necessário que a CI proponha uma leitura crítica da influência da *internet* e das tecnologias digitais, matizando sua importância dentro da pragmática do campo biblioteconômico.

Logo, o fazer e o saber bibliotecário, por meio de sua pragmática, busca apresentar-se como um elo facilitador do consenso entre o autor e o sujeito com necessidades informacionais, atuando assim, na mediação da informação pelo consenso linguístico, trazendo para a biblioteca a perspectiva de converter-se em uma *Esfera Pública*, na qual

Sob o aspecto funcional do entendimento, a ação comunicativa serve à tradição e à renovação do saber cultural; sob o aspecto de coordenação da ação, serve à integração social e à criação de solidariedade; sob o aspecto da socialização, finalmente, serve à formação de identidades pessoais (HABERMAS, 2003b, p. 196).

Não sendo possíveis, portanto, interpretações que apresentem as TIC como mais importantes do que o conhecimento técnico e humanístico acumulado pela

Biblioteconomia ao longo da história. Tocqueville (1997), em seu clássico *o Antigo Regime e a Revolução*, discorre sobre como o processo de revolução na França do século XVIII produziu um novo cenário para a sociedade francesa, ao passo que produziu rupturas igualmente caras para o ideal de liberdade, presente no bojo da revolução francesa. Como afirmara o autor, avaliados os efeitos “[...] essa revolução que, por um lado, destruiu tantas instituições, ideias e hábitos contrários a liberdade, por outro lado, aboliu tantos outros dos quais a liberdade dificilmente poderia prescindir” (TOCQUEVILLE, 1997, p. 159).

A revolução digital propiciada pelas TIC deve ser analisada sob esse prisma exposto por Tocqueville (1997), em que pese todos os benefícios que a instantaneidade proporcionada pela TIC trouxera para o universo informacional, também produziu engendramentos nocivos às relações informacionais e comunicativas. Trazemos à baila, os efeitos das notícias falsas – sempre presentes no contexto da comunicação social, todavia, maximizadas com o advento das redes sociais digitais – que se disseminam com velocidade exponencial e fragilizam o estabelecimento de uma relação ética da sociedade com a informação, uma vez que a produção de notícias falsas, impulsionadas pelo poder econômico, desequilibra a disputa pela hegemonia narrativa apresentada à opinião pública na esfera digital.

Em vez de sujeito democrático, a opinião pública é um campo de conflito definido por relações de poder nas quais se pode e deve intervir politicamente, através da comunicação, da produção cultural e de todas as outras formas de produção biopolítica. Esse campo é não equânime e radicalmente assimétrico. O reconhecimento de que a opinião pública é um campo de conflitos não fornece respostas, mas esclarece o problema. (LIMA, 2012, p. 163)

Com o poder econômico intervindo desonestamente no campo de conflito, que é a opinião pública, outra patologia emerge no ambiente digital, as bolhas ideológicas, que encerram os usuários das redes sociais digitais em suas zonas de preferências, por meio de maquinações algorítmicas binárias, utilizando algoritmos para personalizar a oferta de conteúdo, conforme os gostos manifestados por cada usuário.

O algoritmo da rede social é capaz de analisar todas as ações que seu utilizador realiza, como com quais pessoas ele mais interage (curte, comenta ou compartilha suas postagens), com que tipo de informação ele mais interage quais páginas ele mais frequenta e até mesmo em quais vídeos fica por mais tempo. O algoritmo, então, utiliza todas essas

informações como inputs, processando-as e gerando como outputs, um comando para que as pessoas ou páginas com as quais os usuários mais interagem apareçam, sempre, no topo de seu feed de notícias (ABIDO, 2018, p. 162).

O desafio nesse contexto social é ampliar o papel da mediação da informação, percebendo o conceito de mediação da informação, na perspectiva dos autores Almeida Junior e Bortolin (2007), como toda ação de interferência realizada pelo profissional da informação. A capacidade mediadora dos profissionais da informação é demandada pelos complexos movimentos de conectividade dos indivíduos, sendo necessário solidificar os acessos às bases de conhecimento local, às demais fontes de informação e conhecimento disseminadas na sociedade contemporânea.

As BPMs, quando implicantemente da promoção de igualdade, visam o amplo acesso à informação e ao conhecimento produzido pela humanidade, apresentam-se como alternativa ao discurso homogeneizante típico do mundo capitalista que se arvora como única possibilidade e único modelo de vida socializada, o que ocorre desde o processo de transição do regime soviético, entre os anos de 1985 e 1991.

Para Fukuyama (1992) o fracasso das ideologias e práticas socialistas evidenciou que um Estado homogêneo e universal não poderia ser outro, senão, o da democracia liberal e da liberdade de mercado. Nessa sociedade, a razão foi diminuída às formas mais práticas de sua atribuição, tornando-se uma racionalidade instrumental, fazendo da vida uma infrutífera rotina de trabalho e consumo, tornando-a uma experiência precarizada que não se problematiza, ou na definição de Morin (2000):

A racionalização se crê racional porque constitui um sistema lógico perfeito, fundamentado na dedução ou na indução, mas fundamenta-se em bases mutiladas ou falsas e nega-se à contestação de argumentos e à verificação empírica. A racionalização é fechada, a racionalidade é aberta. A racionalização nutre-se nas mesmas fontes que a racionalidade, mas constitui uma das fontes mais poderosas de erros e ilusões. Dessa maneira, uma doutrina que obedece a um modelo mecanicista e determinista para considerar o mundo não é racional, mas racionalizadora (MORIN, 2000, p. 23).

Desta forma, entendemos que a profusão informacional e o uso das tecnologias digitais, dinamizando o acesso às informações, não produzem, necessariamente, a

ambiência para uma produção de conhecimento que provoque a emancipação das consciências. Ao contrário, não raro observa-se que em meio a um *tsunami* informacional, disponibilizada via *internet*, o usuário não é capaz de absorver o volume de dados de forma crítica e processá-las adequadamente para que se torne conhecimento, o que contribui para a alienação das consciências, visto que

[...] o ser alienado já não problematiza a realidade e isso favorece os discursos ideológicos e consequentemente o sistema de poder. Discursos políticos e religiosos, por exemplo, servem para manobrar e “aquietar” uma população consciente e comprometida com seus direitos em uma sociedade (ALVES; MELLO, 2016, p. 107-108).

Essa alienação engendrada pelo sistema capitalista na produção informacional propicia a instabilidade no Estado Democrático de Direito. Exemplifico a afirmação evocando os acontecimentos políticos recentes no Brasil, precisamente o intervalo que compreende as manifestações de junho de 2013 às eleições presidenciais de 2018.

A instrumentalização das reivindicações de 2013 produziu uma agenda de interesses corporativistas e eleitoreiros que impossibilitaram a governabilidade no Brasil nos anos de 2014 e 2015, promovendo uma série de medidas e ações governamentais que levaram a um desajuste econômico e a uma severa recessão. Tais fatos ajudaram a produzir o ambiente político necessário para o processo de *impeachment* da então Presidenta, Dilma Vanna Rousseff, em agosto de 2016 e o ambiente para uma

Polarização ideológica que teve início em 2013, forçada pelos conservadores, baseada em uma visão dualista da realidade que não admitia meios termos e que precisava ser expressa nos termos de uma postura moral de indignação, de ódio ao contrário, de irritação para com o outro, de tom emocional exagerado, ou seja, da elaboração de uma autoridade. Não bastava dizer certas coisas, mas ser capaz de expressá-las em gestos, atos de fala, imagem pessoal, postura. É neste sentido que o processo de acumulação de capital simbólico realizado por Bolsonaro antes da campanha oficial fez grande diferença, pois ele disseminou tais características (PEREIRA, 2019, p. 177).

Exemplos de intervenção ilícita, valendo-se do uso do capital e dos espaços de poder para macular o processo democrático, estão sendo estudados e a comunidade de bibliotecários e de cientistas da informação não deve assumir uma

postura passiva frente a essas discussões, afinal, tais profissionais trabalham com a memória institucional de um povo, portanto, devem estar nas trincheiras mais destacadas da luta pela preservação dos direitos civis e constitucionais.

É necessário, entretanto, antes de iniciar qualquer esforço de pesquisa, alertar para a urgência de o Estado Brasileiro garantir a existência de bibliotecas públicas, gratuitas e de qualidade por meio da Lei Federal nº 10.753, de 30 de outubro de 2003, que diz: “[...] a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios consignarão, em seus respectivos orçamentos, verbas às bibliotecas para sua manutenção e aquisição de livros” (BRASIL, 2003, on-line).

Todavia, a guinada neoliberal pela qual o país foi acometido a partir de 2016, com a conclusão do processo de *impeachment* da Presidenta Dilma Vanna Rousseff, trouxe no seu bojo consequências severas de esvaziamento da capacidade do Estado de garantir investimentos básicos, uma delas é a Emenda Constitucional nº 95/2016, que instituiu um novo regime fiscal no âmbito dos orçamentos fiscal e da seguridade social da união, por um período de 20 anos. Por este instrumento, ficou estabelecida a limitação do orçamento da União pelo do exercício imediatamente anterior, corrigido pela variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), publicado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

A implicação dessa Emenda à Constituição é a incapacidade de investimento do governo federal brasileiro, uma vez que o orçamento prevê apenas a manutenção dos gastos atuais e sua correção inflacionária.

Soma-se à investida neoliberal no campo econômico o movimento persecutório que o atual governo trava com a cultura do País, como a extinção do Ministério da Cultura (MINC), reclassificado como Secretaria Especial da Cultura pelo Decreto nº 9.674, de 2 de janeiro de 2019. No mesmo ano, por meio do Decreto nº 10.107, de 6 de novembro de 2019, a Secretaria de Cultura foi institucionalmente incorporada ao Ministério do Turismo.

Em meio a todas essas mudanças, o Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas (SNBP) enfrenta a descontinuidade de suas políticas e o desmantelamento de sua

estrutura, como ocorrido em 2016 com a Diretoria de Livro, Leitura, Literatura e Bibliotecas sendo requalificada como Departamento de Livro, Leitura, Literatura e Bibliotecas (DLLLLB), sendo vinculada à Secretaria da Cidadania e da Diversidade Cultural (SCDC). Já em 2017 as atribuições do DLLLLB foram transferidas para o Secretário da Economia da Cultura, do MINC, por meio da Portaria nº 84/2017 (BRASIL, 2017), estendida para o ano 2018 pela Portaria nº 30/2018 (BRASIL, 2018a). O Decreto nº 9.411/2018 (BRASIL, 2018b) incorporou o DLLLLB, suas duas Coordenações-Gerais e as três Coordenações à Secretária de Economia Criativa.

Vê-se assim, um ritmo intenso de mudanças, que ocorreram em um curto espaço de tempo, provocando uma descontinuidade das políticas que inviabilizam as ações de coordenação do órgão. Se esta é a realidade no âmbito dos órgãos gestores das políticas públicas para as bibliotecas, não nos surpreende o que constata Mendes (2013):

[...] as bibliotecas públicas usufruem de políticas de governo, marcadas pela falta de continuidade nas ações e pela inexistência de ações planejadas e prontas para serem adotadas, principalmente, por parte dos governos municipais e estaduais que ainda não enxergam as bibliotecas públicas para além de um espaço apenas de guarda de livros e pesquisa, e por isso, há enormes lacunas quanto aos investimentos no que se refere aos eixos: espaço físico, acervo, mediação e gestão dessas unidades de informação. Aliado a isso, tem-se também os espaços físicos inadequados, os acervos desatualizados, associados ainda à falta de formação continuada para as equipes, além da ausência de planos de gestão para os espaços e, sobretudo, a ausência de políticas públicas estruturantes e permanentes para o segmento, são os aspectos marcantes da história das bibliotecas públicas brasileiras (MENDES, 2013, p. 52).

Tornar as BPMs instituições com capacidade de atuar para a integração e confluência dos fluxos de informação no contexto municipal passa por uma mudança paradigmática na percepção da função das BPMs, ou seja, é necessário reconhecer a biblioteca e a pragmática biblioteconômica como detentoras de capacidade técnica para capitanear esse processo de mediação da informação.

Parece tratar-se de uma obviedade compreender as BPMs como espaços que se constituem como interlocutores entre as ações da administração pública direta e a população, dada sua vocação informativa, no entanto, a pesquisa demonstra um

cenário de alijamento das BPMs do cotidiano da municipalidade, vinculando-as, quase que exclusivamente, às funções culturais e educativas, que são, evidentemente, áreas de fundamental importância, mas que não devem ser as únicas áreas de influência das BPMs nos contextos municipais.

Tendo em vista a problemática que nos propusemos responder (qual seja: como se constitui a produção de invisibilidade das BPMs no Estado do Espírito Santo, no contexto da sociedade capitalista neoliberal contemporânea?) e a discussão estabelecida ao longo dos primeiros capítulos, constituímos nosso objetivo de pesquisa: investigar a produção de invisibilidade das bibliotecas públicas municipais (BPMs) do Estado do Espírito Santo. Para cumprirmos o referido objetivo geral, buscamos de forma específica:

- Cotejar dados acerca dos investimentos realizados nas BPMs pelas administrações públicas municipais, por meio dos documentos do orçamento público.
- Desvelar os impactos da narrativa neoliberal na precarização das BPMs pelo Estado.
- Analisar os efeitos de tais impactos nas políticas para BPMs.

Deste modo, buscamos analisar medidas legislativas orçamentárias e sua influência sobre as BPMs, observando como a relação entre o capital e o Estado inviabiliza as BPMs e as condicionam ao esvaziamento junto às APMs, em uma intencionalidade que coopera para o apagamento da biblioteca como uma esfera pública, que atue via mediação da informação.

3 DIÁLOGO COM A ESFERA PÚBLICA DAS PESQUISAS SOBRE BIBLIOTECAS PÚBLICAS MUNICIPAIS

Para o diálogo entre o problema proposto nos limites desta pesquisa e o pensamento biblioteconômico e informacional, empreendemos buscas nas bases de dados específicas da área da CI, a fim de recuperar pesquisas que versem sobre o tema de interesse deste trabalho, em especial aquelas nas quais os autores se dedicaram a abordar a biblioteca pública sob uma perspectiva instada na referencialidade teórica crítica, mais especificamente, a habermasiana.

Realizamos buscas no Repositório Institucional do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (Ridi)¹⁴. A escolha da referida fonte de informação, deve-se à abrangência temporal dos itens recuperados, que cobrem os anos de 1970 a 2020. Foram considerados também, nesse processo de escolha, as recentes publicações e os eventos promovidos pelo Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (Ibict), os quais estabeleciam diálogo entre a CI e o pensamento crítico habermasiano.

Como estratégia de busca, lançamos as expressões e os termos “Biblioteca Pública”, “Biblioteca Pública Municipal” e “Invisibilidade” ou “Biblioteca Pública Municipal” e “Investimento” de forma concomitante. Realizamos a leitura dos campos resumo e palavras-chave, a fim de identificar os termos de forma combinada, e nesse universo de dados recuperamos um documento para análise. Já utilizando as expressões “Biblioteca Pública”, “Esfera Pública” e “Agir Comunicativo” na estratégia de busca, com a finalidade de verificar como a referencialidade teórica crítica, de orientação habermasiana, está sendo aproveitada na produção acadêmica da área da CI e analisando a presença de tais expressões nos campos resumo e palavras-chave, foram recuperados cinco trabalhos, entre artigos, teses, dissertações e trabalhos apresentados em eventos. Destes, selecionamos dois que consideramos serem relevantes para nosso contexto de pesquisa. Em outro momento buscamos pelos descritores “Mediação”, “Informação”, “Agir Comunicativo” e “Representação Temática”, foi recuperado um quantitativo de 24 resultados, analisados, assim como

¹⁴ As buscas foram empreendidas no decorrer dos primeiros semestres de estudo no Mestrado em Ciência da Informação do PPGCI/ Ufes (2019/2 e 2020/1).

nas demais buscas, os campos resumos e palavras-chave no intuito de identificar a presença dos conceitos mediação da informação e *Agir Comunicativo* de maneira conjunta, foi selecionado um item que atendeu ao critério estabelecido.

A seguir listamos as fontes selecionadas na Base de Dados Ridi, apresentando título, autor, breve resumo e tipo de documento:

Quadro 2 - Fontes bibliográficas selecionadas na Base de Dados Ridi

Título	Autor (data)	Breve resumo	Tipo de documento
Desconhecida pela comunidade e desprezada pelas autoridades: a biblioteca pública no Brasil na opinião de atores políticos e pesquisadores	Ana Liga Silva Medeiros (2015)	Discute o cenário de esvaziamento das bibliotecas públicas, o impacto das TIC e a crise institucional que atinge as bibliotecas públicas	Tese
A reinvenção da Esfera Pública: os discursos em rede, reconhecimento e política deliberativa	Marcio Gonçalves e Clóvis Ricardo Montenegro de Lima (2011)	Discute a crise da esfera pública moderna, e a sua reinvenção na sociedade da informação	Artigo
Habermas na literatura de Ciência da Informação: investigação das publicações na "library and information science abstracts" (LISA)	Marianna Zattar e Clóvis Ricardo Montenegro de Lima (2013)	Apresenta a utilização de Habermas na Literatura de Ciência da Informação	Artigo
(In) formação como instrumento de mediação no âmbito do orçamento participativo	Adolfo Júlio Porto de Freitas e Marlene Melo (2014)	O artigo defende a referencialidade teórica crítica e o estudo da informação à luz da teoria da Ação Comunicativa de Habermas, orientada pelas noções do agir comunicativo, procurou articular essa teoria com os pressupostos da ciência da informação pela visão do paradigma sociocognitivo que compreende a informação como parte de um lugar de aprendizagem que comporta elementos de um sistema de signo (linguagem) que, pela racionalidade (procedimental), estabelece um ambiente propício (mediação) para o compartilhamento intersubjetivo de informações no âmbito de uma estrutura sociopolítica	Artigo

Fonte: produção do próprio autor.

Na Base de Dados Referencial de Artigos de Periódicos em Ciência da Informação (Brapci)¹⁵, empreendemos as buscas utilizando os mesmos descritores, de forma combinada: “Biblioteca Pública”, “Biblioteca Pública Municipal” e “Invisibilidade” ou “Biblioteca Pública Municipal” e “Investimento”. Com esta última estratégia de busca nenhum resultado foi recuperado, lançamos assim as seguintes expressões: “Biblioteca Pública” e “Biblioteca Pública Municipal”, a partir dos quais recuperamos 14 resultados, sendo destes, dois avaliados como relevantes para esta pesquisa, após a leitura dos campos palavras-chave e resumo. Já ao lançarmos as expressões “Biblioteca Pública”, “Esfera Pública” e “Agir Comunicativo”, foram recuperados quatro resultados, dos quais avaliamos que um contribuiu para as discussões propostas neste trabalho.

Por fim, utilizando na busca os descritores “Mediação”, “Informação”, “Agir Comunicativo” e “Representação Temática”, na base de dados Brapci, e avaliados os campos palavras-chave e resumo, três itens foram recuperados num intervalo temporal que abarca os anos de 2015 a 2017, no entanto, nenhum trabalho desta seleção foi levado em conta para análise nos limites dessa pesquisa.

A seguir listamos as fontes selecionadas na Base de Dados Brapci, apresentando título, autor, breve resumo e tipo de documento:

Quadro 3 - Fontes bibliográficas selecionadas na Base de Dados Brapci

(continua)

Título	Autor (data)	Breve resumo	Tipo de documento
As bibliotecas públicas municipais e a administração pública direta: o apoio legal para o suporte financeiro das bibliotecas: qual é e como conseguir?	Claudiomiro Machado Ferreira (2012)	Demonstrar jurídica e administrativamente como as bibliotecas públicas municipais devem se estruturar e agir para cobrar do município a aplicação do artigo 16 da Lei Federal nº10 753, de 30 de outubro de 2003	Artigo

¹⁵ As buscas foram empreendidas no decorrer dos primeiros semestres de estudo no Mestrado em Ciência da Informação do PPGCI/ Ufes (2019/2 e 2020/1).

Quadro 3 - Fontes bibliográficas selecionadas na Base de Dados Brapci

(conclusão)			
A função social da biblioteca pública na era da informação	Francisco António Lourenço Vaz (2020)	Compreender as funções sociais da biblioteca pública na era da informação e seu papel no acesso ao conhecimento, desenvolvendo da criticidade, contribuindo para a criação da esfera pública, e de uma sociedade mais justa	Artigo
Informação mediada como instrumento de transformação social	Rosiane da Silva Costa e Maria Giovanna Guedes Farias (2019)	Compreender o exercício da prática mediadora e da informação como instrumento de transformação social analisando a BPM Capistrano de Abreu, situada na cidade de Maranguape, Ceará, Brasil	Artigo

Fonte: produção do próprio autor.

No ensejo de melhor situar o cenário de pesquisa no qual este trabalho pretende se inserir, buscou-se compreender o quadro de invisibilidade e silenciamento das BPMs no contexto da sociedade da capitalista informacional e como a referencialidade teórica habermasiana vem sendo explorada na área da CI.

A pesquisa nas bases de dados demonstrou uma carência de produções acadêmicas em CI tendo como objeto de estudo as BPMs, o que nos parece ser mais um indício de sua condição de invisibilidade. O resultado justifica o interesse de pesquisa que se desvela nessa produção, debruçar-se sobre as BPMs e apontar os caminhos que levam à invisibilidade, ao silenciamento, bem como, os caminhos possíveis para as BPMs como *esfera pública* orientada pelo *agir comunicativo*. Espera-se contribuir para a construção de uma leitura acadêmica das BPMs como instituições mediadoras das relações informativas em uma opção contra-hegemônica às redes sociais digitais, à *internet* e aos conglomerados midiáticos, como a principal ambiência informacional das massas. Uma vez que a prevalência do uso da *internet* e da grande mídia como meios exclusivos de interação informativa e comunicativa expõem os usuários a uma série de maquinações do capitalismo neoliberal na busca pelo controle das massas.

3.1 A INVISIBILIDADE DA BIBLIOTECA PÚBLICA MUNICIPAL: UMA PRETENSÃO DE VALIDADE

O conhecimento se dá pelo processo coletivo de embates de ideias, conceitos que contribuem para teorias e concepções que nos ajudam a compreender e explicar as questões que a complexidade das interações sociais nos imputa. Contudo, as discussões nesta arena devem ocorrer respeitando o que foi cientificamente desenvolvido e inserindo nossa pesquisa em meio às produções já estabelecidas, como mais uma a servir de contributo no quadro de investigações sobre essa temática, sendo esse estudo fruto e reflexo dessa coletividade de pesquisas.

Partindo para análise dos artigos recuperados, verifica-se que a relação entre comunicação, ação e sistema na concepção habermasiana traz possibilidades teóricas e metodológicas, especialmente no que se refere as organizações sistêmicas, a serem exploradas pela CI em uma perspectiva de emancipação das consciências para as formas de racionalização do *mundo da vida*.

No artigo intitulado *As Bibliotecas Públicas Municipais e a Administração Pública Direta: O apoio legal para o suporte financeiro das bibliotecas: Qual é e como conseguir?* Ferreira (2012) traz a proposta de orientar o profissional bibliotecário quanto aos mecanismos possíveis na requisição de verbas para aquisição de livros e manutenção das BPMs por meio do acionamento da Lei Federal nº 10.753, de 30 de outubro de 2003, que instituiu a Política Nacional do Livro.

Mesmo se propondo a uma abordagem meramente explicativa, faz uma leitura rasa da legislação e apresenta-se como um manual com pouco aprofundamento teórico e pouco estudo da realidade das BPMs. A abordagem apresenta os instrumentos legislativos orçamentários e os mecanismos para seu acionamento. Para o contexto desta pesquisa, a discussão pretendida é essencial, no sentido de estudarmos esses instrumentos legislativos orçamentários correlacionando-os ao universo das BPMs, ampliando o limite explicativo de tais instrumentos na produção de invisibilidade das BPMs. No entanto, esses limites não foram explorados no universo do artigo produzido por Ferreira (2012), que abordou o tema de maneira descritiva e

com pouco aprofundamento, tanto da legislação quanto da caracterização do objeto de pesquisa.

Deste modo, entendemos que a pesquisa carece de aprofundamento, pois cada administração tem autonomia para compor sua estrutura administrativa. Portanto, propor o bibliotecário como um “ordenador de despesas” é uma proposta ingênua e descolada da realidade das BPMs, que, em não raras ocasiões, apresentam quadro deficitário ou inexistente de profissional bibliotecário. Quanto ao embasamento teórico, o trabalho de Ferreira (2012) não apresentou rigor acadêmico, o que o torna insuficiente como contributo na produção científica em busca de compreender a complexidade do espaço das BPMs de forma plural e aprofundada.

Aprofundamento que encontramos no artigo intitulado *A Função Social da Biblioteca Pública na Era da Informação*, de Vaz (2020), que apresenta de forma sumária a visão de alguns cânones da Biblioteconomia dos séculos XIX e XX, nos ajudando a compreender que funções sociais cabem à biblioteca pública na sociedade, sendo eles: António Panizzi, Melvil Dewey, Paul Otlet e Shiyali Ranganathan.

Por meio de uma pesquisa bibliográfica o autor discute a função social das bibliotecas públicas, valendo-se da referencialidade teórica dos autores apresentados, que demonstra a defesa das bibliotecas como espaços dotados de capacidade interventiva na sociedade. Sendo, portanto, imprescindível que a CI e a Biblioteconomia, conheçam e reconheçam essa tradição de defesa das Bibliotecas Públicas. “De facto, nas ideias de Panizzi a biblioteca não é apenas um meio onde se conservam os livros, mas também um recurso ao serviço dos leitores e particularmente dos mais desfavorecidos” (VAZ, 2020, p. 4).

Já ao desenvolver as concepções de Melvil Dewey acerca da função social da biblioteca, Vaz (2020) alerta para a biografia de Dewey e para o fato de ele não se restringir apenas à biblioteca pública, posto sua experiência como bibliotecário de uma biblioteca escolar. Ao referir-se à biblioteca como equipamento que deve exercer sua função social, o faz numa perspectiva global como a instituição onde, por intermédio dos livros e da leitura, as capacidades comunicativas e informacionais se desenvolvem na comunidade.

Na mesma perspectiva global, Paul Outlet apresenta uma visão universalista, propondo uma perspectiva metodológica que pudesse representar e organizar todo o conhecimento registrado para uso de quem dele necessite e com ele acrescente e enriqueça intelectualmente a humanidade.

Relativamente à biblioteca pública, considera que é “um órgão coletivo que tem como finalidade socializar a leitura e de prestar um serviço público de cariz intelectual e educativo” (OTLET, 1934, p. 337, tradução nossa), acrescentado que é um organismo social, que deve fazer nascer o interesse do público pelas “coisas do espírito”. Portanto, a biblioteca tem como função social a educação, deve ser uma espécie de laboratório, ou atelier [...] (VAZ, 2020, p. 6).

Por fim, o autor apresenta a visão nas ideias de Ranganathan, ao tratar da função social da biblioteca, particularmente da biblioteca pública. Para Ranganathan esse espaço não deve se limitar ao fornecimento e acesso à coleções de livros, mas deve ser, antes, um organismo em crescimento, prolongando a influência do passado nas gerações do presente, mas dando também a essa geração o melhor dos seus próprios trabalhadores, promovendo uma constante e contínua atualização dos conhecimentos produzidos pela humanidade.

Apresentada essas concepções, o autor parte para a discussão da função social da biblioteca pública no contexto de interação em rede, percebendo que a “[...] sociedade em rede, em termos simples, é uma estrutura social baseada em redes operadas por tecnologias de comunicação e informação fundamentadas na microelectrónica e em redes digitais de computador [...]” (CASTELLS, 2005, p. 20). Nesse sentido, o autor prossegue sua argumentação apresentando o conceito de informacionalismo cunhado por Castells (2005), conforme segue:

[...] As principais características deste novo modo de desenvolvimento são a ação do conhecimento sobre o próprio conhecimento, como fonte principal da produtividade, o processamento da informação, centrado no incremento da tecnologia, a flexibilidade (os processos e as organizações são reversíveis, podem ser reconfigurados em qualquer momento) e a crescente convergência de tecnologias específicas num sistema altamente integrado; a microeletrônica, as telecomunicações, a optoeletrônica e os computadores estão integrados nos sistemas de informação (VAZ, 2020, p. 9).

Tal conceito nos ajuda na compreensão das maquinações do capital sobre a informação, de forma a modelá-la de acordo com suas necessidades produtivas.

Portanto, Vaz (2020) defende que no informacionalismo, a informação é a matéria-prima e as novas tecnologias da informação têm efeitos que agem na sua penetração e disseminação. Desta forma, segundo o autor, os avanços tecnológicos não podem nos deslumbrar, posto que a potencialidade da biblioteca pública em sua função social está no encontro face a face, e na promoção do *agir comunicativo*.

Mais do que nunca, numa era ameaçada pela virtualidade, a biblioteca deve ser um pólo de sociabilidade, promovendo o encontro físico dos leitores e as formas orais de leitura. A perspectiva que nos parece adequada é encarar a revolução do presente como mais uma, entre várias que já ocorreram na produção e difusão de livros e da leitura. E, portanto a biblioteca pública deve continuar a ser um organismo em crescimento, onde os leitores encontram os livros, de preferência todos os livros publicados, e o local onde partilham com os outros as suas leituras. Na imensa floresta que são os livros, cabe à biblioteca a função social de ser a instituição por excelência para orientar o leitor pelos caminhos do conhecimento e assim contribuir para criar uma esfera pública de cidadãos livres, que lêem e adquirem espírito crítico [...] (VAZ, 2020, p. 14-15).

O trabalho apresentado por Vaz (2020) traz uma contribuição singular para nosso contexto de pesquisa, quando apresenta a tradição biblioteconômica de defesa do espaço da biblioteca pública como bem público de produção de equidade social e ao matizar os efeitos das TIC sobre as bibliotecas públicas. Por fim, vislumbramos o intuito do autor em apresentar as bibliotecas públicas como *esfera pública* e espaço de sociabilidade, na perspectiva habermasiana, embora, cumpra dizer que há uma inconsistência teórica no trabalho desenvolvido pelo autor que se vale do conceito de *esfera pública*, porém, não caracteriza, de forma explícita no texto, a influência da construção teórica de Habermas.

Já a abordagem proposta pelas autoras Costa e Farias (2019), no artigo intitulado *Informação mediada como instrumento de transformação social*, aborda a importância da função mediadora da Biblioteca Pública Municipal Capistrano de Abreu, situada na cidade de Maranguape, Ceará, Brasil. Por meio de pesquisa exploratória, as autoras constataram que a mediação ocorre por meio da interação estabelecida entre usuários, profissionais e biblioteca, motivando a participação no planejamento dos serviços oferecidos. O foco é voltado para o papel mediador da biblioteca na apropriação da informação por meio de intervenção social, como ações culturais e mediação de leitura, conforme caracterização que segue:

A mediação da informação se caracteriza como um ciclo, onde a informação mediada ao mesmo tempo em que responde questionamentos gera novas incertezas. Sabemos que a mediação da informação pode ocorrer em qualquer espaço, mas destacamos aqui o espaço das bibliotecas e unidades de informação como adequados meios interativos de disseminação. As bibliotecas, de modo geral, têm em sua essência a obrigação de manter vínculos com a comunidade e abrir espaços de diálogo (COSTA; FARIAS, 2019, p. 363).

Uma definição do termo mediar é lançada por Santaella e Nöth (2004), como um processo qualquer, no qual dois elementos são postos em articulação por meio da intervenção de um terceiro. Como exemplo dessa interação, apresenta-se que “[...] os signos, isto é, a produção e troca simbólicas, sempre existiram e são fatores de constituição da própria condição humana” (SANTAELLA; NÖTH, 2004, p. 22). Sobretudo, se compreendermos signo como “[...] mediação entre algo a que ele se refere ou aplica-se e os efeitos que serão produzidos no receptor” (SANTAELLA; NÖTH, 2004, p. 77).

A proposta das autoras é credenciar as bibliotecas públicas como o fiel da balança entre a sociedade capitalista neoliberal e seu imperativo tecnológico e a promoção de uma sociedade mais igualitária, via acesso à informação. Assim definem que o advento da sociedade da informação, que situam nas transformações socioeconômicas e nas novas composições das estruturas informacionais, é caracterizado por um cenário de oportunidades e ansiedades nas esferas econômica e social, posto que esta sociedade, fortemente afetada pelas tecnologias digitais, é marcada por oportunidades e exclusões.

As autoras concluem, após análise do pequeno universo de pesquisa em se inseriram, por meio de observação participante, aplicação de questionários e entrevistas (numa perspectiva exploratória), que a mediação da informação se perfaz em um caminho de atuação para o cumprimento da função social das bibliotecas públicas, no contexto da sociedade da informação. Embora o estudo careça de aprofundamento teórico e melhor caracterização dos efeitos do capitalismo na produção de desigualdades, o resultado obtido coaduna com a perspectiva desta pesquisa, de problematizar o cenário de produção de invisibilidade das BPMs, além de indicar possibilidades para esses espaços por meio da interação com a comunidade e com o olhar voltado para a construção coletiva de

conhecimento, a partir do compartilhamento de experiências mediadas pelo espaço das bibliotecas públicas.

A tese de Medeiros (2015), intitulada *Desconhecida pela Comunidade e Desprezada pelas Autoridades: a biblioteca pública no Brasil na opinião de atores políticos e pesquisadores*, analisa o cenário de invisibilidade das bibliotecas públicas no Brasil por meio de entrevistas semiestruturadas, realizadas no período de junho de 2014 a fevereiro de 2015, com profissionais bibliotecários. Nas entrevistas a autora buscou elementos para trabalhar questões sobre crise institucional na atualidade, o uso das TIC e seu impacto nas bibliotecas públicas, a situação das bibliotecas brasileiras e sua relação com a comunidade e as expectativas acerca de uma política específica para a área.

Neste sentido, o problema central da tese é o potencial das bibliotecas públicas brasileiras, visando à obtenção de subsídios para entender as razões do seu fraco desempenho no país [...]. Para tal, traçamos como principal objetivo a identificação das visões da biblioteca pública, explorando especificamente as ideias sobre a relação entre biblioteca e sociedade (MEDEIROS, 2015, p. 18).

O resultado aferido e demonstrado pelas opiniões presentes nas entrevistas evidenciou a invisibilidade das bibliotecas públicas brasileiras, reflexos da supervalorização do uso das TIC, da crise institucional das bibliotecas públicas frente à comunidade e às administrações públicas (MEDEIROS, 2015):

Hoje, a sociedade atravessa um período de grandes mudanças econômicas e sociais, refletida em uma crise institucional. Além de adaptar-se a novos modelos de financiamento e gestão, o impacto das TIC que provocou um questionamento sobre as funções da biblioteca pública. Os leitores, acostumados com a rapidez encontrada em suas pesquisas na Internet, e atores ligados à política de bibliotecas públicas, em vários países, passaram, muitas vezes, a considerá-la uma instituição ultrapassada (MEDEIROS, 2015, p. 151).

A tese dedica parte significativa de sua escrita ao panorama das bibliotecas nos cenários internacional e nacional e apresenta trechos das entrevistas, numa abordagem descritiva. Desta maneira, não verificamos de forma precisa um posicionamento crítico acerca dos engendramentos do sistema capitalista na produção de invisibilidades das bibliotecas públicas. Talvez a timidez no

posicionamento crítico se deva ao condicionamento que as respostas dos entrevistados impuseram à autora:

Para um dos entrevistados as TIC são vistas como mais um avanço tecnológico ligado ao desenvolvimento humano. O seu impacto é equivalente ao de qualquer outra tecnologia, “tanto quanto o automóvel teve sobre a carruagem. Essa é a dinâmica normal do desenvolvimento humano, afetado por múltiplos fatores, principalmente pelo desenvolvimento tecnológico” (MILANESI, 2014 apud MEDEIROS, 2015, p. 99).

Mesmo quando são abordados os problemas de acesso para os usuários de idade avançada, o impacto das TIC é tratado em uma perspectiva das competências dos usuários em utilizar tais tecnologias:

É um impacto muito grande nos países mais desenvolvidos. Na Europa, nos EUA, hoje o modelo de biblioteca pública que se busca é no mínimo o de uma biblioteca híbrida. Porque esse processo que vai do impresso ao digital, isso tem que ser comandado pelas bibliotecas públicas. Porque você sabe que no processo do impresso ao digital, as pessoas de uma idade mais avançada têm dificuldade com digital, então a biblioteca tem que capacitar outros novos usuários. Os usuários adolescentes, eles já adentram a biblioteca com uma capacidade tecnológica muito grande. A biblioteca tem que se preparar possibilitar todos os acessos (SUAIKEN, 2014 apud MEDEIROS, 2015, p. 101).

A inevitabilidade das TIC sobre as bibliotecas públicas foi trabalhada de forma acrítica e analisada sob a ótica da agilidade da recuperação da informação e pelo avanço das tecnologias digitais, carecendo problematizar o discurso homogeneizante do capitalismo sobre o uso das tecnologias, as relações humanas, as interações socioculturais e afetivas que devem ser consideradas no universo de uso das bibliotecas públicas.

Nesta perspectiva, a autora cita o conceito habermasiano de *esfera pública*, contudo, a explicação conceitual é feita de forma rasa, considerando *esfera pública* como “[...] um espaço público onde não há restrição de qualquer ordem para seu uso, além de estimular o contato entre pessoas e grupos” (MEDEIROS, 2015, p. 45).

A autora se limita a dizer que:

Há diversos estudos baseados na teoria de Habermas aplicados a comunidades e a bibliotecas públicas, vistas como o lugar ideal para a promoção de intercâmbio de ideias e comportamentos. Esta perspectiva tem respaldo na própria história institucional com ênfase no acesso livre e igualitário da instituição (MEDEIROS, 2015, p. 45).

Defendemos, ao contrário da afirmação da autora, que as bibliotecas públicas estão distantes de desempenharem a função de *esfera pública* na perspectiva habermasiana, haja vista a condição de invisibilidade e silenciamento desses espaços. Portanto, vislumbramos a necessidade de desvelar a invisibilidade das BPMs de modo a termos subsídios para propormos ações que efetivem a biblioteca como arena de ação comunicativa em uma perspectiva crítica. Medeiros (2015), em sua tese, entretanto, abre o campo de pesquisa para o aprofundamento das questões acerca do desprestígio e da desconexão das bibliotecas públicas junto à sociedade, sendo um importante estudo no contexto desta pesquisa.

O estudo desenvolvido por Gonçalves e Lima (2011), intitulado *A Reinvenção da Esfera Pública: Os Discursos em Rede, Reconhecimento e Política Deliberativa*, aborda a reinvenção da *esfera pública* na sociedade em rede, por meio das negociações de interesse e conflitos de reconhecimento. Devido aos novos cenários políticos da informação, da comunicação e das emergências das tecnologias digitais, os autores propõem uma aproximação do conceito de *esfera pública* com a noção de sociedade em rede, presente em Castells (1999), buscando compreender os processos de tematização, problematização e solução de conflitos. A partir desse entendimento, espera-se contribuir para orientar e permitir uma crítica da *internet* como espaço de discussão política e a informação como produto do trabalho imaterial na sociedade, tendo em vista a necessidade de entender o fluxo informacional no que tange a sua criação, desenvolvimento e transferências. Para os autores, portanto,

A centralidade da informação nos processos produtivos, associado à generalização intensa das organizações sociais em rede, abre espaço para dinâmicas políticas e organizacionais inovadoras. Este cenário abriga conflitos de interesses e de opinião em torno daquilo que se pode denominar hegemonia cultural (GONÇALVES; LIMA, 2011, p. 1644).

Essa hegemonia cultural está sob forte influência do sistema capitalista e, portanto, os autores defendem que a produção de saber organizada, conforme uma divisão do trabalho, gera uma distribuição desigual de competências e de conhecimentos, sendo a *esfera pública*

[...] espaços de cooperação entre agentes e atores que, a partir de canais específicos de comunicação, integram habilidades, conhecimentos e técnicas, resultando no fortalecimento de competências e maximização de resultados. Com isso há o compartilhamento e a discussão de opiniões e a criação de entendimento mútuo. Essa idéia de espaço ou ambiente de discussão para os agentes participantes torna-se importante pelo fato de que os próprios agentes possuem a oportunidade de discutir pressupostos, além de demonstrá-los e defendê-los publicamente (GONÇALVES; LIMA, 2011, p. 1644).

Nesse entendimento situa-se o elemento central na aproximação da teoria habermasiana com a CI, pois há na interação comunicativa uma função coordenadora na pretensão de validade que as ações comunicativas cotidianas desempenham numa ação reflexiva. Ao entrarem numa argumentação, os participantes prosseguem sua ação comunicativa em uma atitude reflexiva, com objetivo de restaurar um entendimento perturbado, “o consenso universal pressupõe um contexto livre de violência e coação, em que todos os integrantes de um discurso possam participar em pé de igualdade” (HABERMAS, 1990, p. 24).

Desta forma, a argumentação para os autores perfaz-se por um processo comunicativo que, para além de tematizar todas as possíveis informações e explicações relevantes sobre determinado assunto, seja submetido à força revisora dos argumentos que flutuam livremente pela *esfera pública*. Nesse sentido,

As pressuposições mais importantes são as seguintes: (a) inclusão e caráter público: não pode ser excluído ninguém que tenha uma contribuição relevante a dar no contexto de uma pretensão de validade controversa; (b) igualdade comunicativa de direitos: todos têm a mesma chance de se manifestar sobre um tema; (c) exclusão da ilusão e do engano: os participantes têm de acreditar no que dizem; (d) ausência de coações: a comunicação deve ser livre de restrições que impeçam a formulação de argumento capaz de por fim a discussão (HABERMAS, 2007 apud GONÇALVES; LIMA, 2011, p. 1648).

Os autores consideram que a *internet* poderia ser um refúgio para a *esfera pública*, afastando-a das influências dos meios, *dinheiro e poder*, “[...] a internet permite fazer uma comunicação não controlada pelos sistemas de comunicação, e não facilmente corruptível pelo dinheiro como é a comunicação de massa” (GONÇALVES; LIMA, 2011, p. 1655), acreditando que a *internet* e as redes poderiam ser o púlpito democratizante, afetando o poder do sistema de comunicações. No entanto, os próprios autores reconhecem que os meios, *dinheiro e poder*, incidem de maneira determinante no ambiente das redes e da *internet*:

Os atores, nas praças virtuais de esfera pública hiperconectada, podem ser classificados em termos de poder ou do capital que têm a sua disposição. A estratificação das oportunidades de transformar o poder em influência do público através dos canais de comunicação mediada revela uma estrutura de poder (GONÇALVES; LIMA, 2011, p. 1655).

A interpretação de que pela reflexividade de uma *esfera pública*, seja possível mitigar as maquinações capitalistas sobre esta ambiência, credita ao uso das redes e da *internet* uma possibilidade de emancipação que se mostrou, no decorrer dos anos, pouco eficaz, dado o estabelecimento da influência capitalista, determinando os modos de uso desses ambientes a partir do entendimento de que

[...] se o mundo virtual reflete as relações de força existentes no mundo presencial, é lógico concluir que essas forças, muito desiguais, buscam apropriar-se desse novo campo, no qual se reproduzem e se amplificam as relações de poder preexistentes, num sentido muito diverso da pretendida “horizontalidade” da “sociedade em rede” (MORETZSOHN, 2017, p. 295).

Ainda no intuito de verificar a utilização da teoria crítica de orientação habermasiana na CI, discutimos o artigo intitulado *Habermas na Literatura de Ciência da Informação: Investigação Das Publicações Na “Library and Information Science Abstracts” (LISA)*, que, por meio de pesquisa bibliográfica, objetivou apresentar o uso de Habermas na literatura da CI, identificando a prevalência da abordagem crítica de orientação habermasiana por meio dos conceitos *agir comunicativo* e *esfera pública*.

O estudo se propõe a mapear o uso da referencialidade teórica crítica habermasiana no contexto das pesquisas em CI. Os autores observaram pesquisas com essa referencialidade, em um recorte temporal que remonta ao ano de 1993. Todavia, verifica-se uma contínua produção a partir dos anos 2000, os autores identificam que esse intervalo temporal abarca a virada linguística e pragmática do autor, o que se caracteriza como:

A nova compreensão da linguagem obtém relevância paradigmática graças, principalmente, às vantagens metódicas que exhibe frente à filosofia do sujeito, cujo acesso às realidades da consciência é inevitavelmente introspectivo. É possível alguém se certificar da validade intersubjetiva de observações através da prática experimental, portanto, através da transformação regulada de percepções de dados (ZATTAR; LIMA, 2013, p. 162).

Zattar e Lima (2013) compreendem que pela linguagem oferece-se um novo horizonte para a compreensão das relações entre economia, direito e informação, permitindo que no espaço dessas relações mediadas pela linguagem sejam confrontadas as plurais demandas de reformulação ou desativação de conceitos comuns às ciências sociais, tais como: trabalho, mercadoria e poder. Com isso, a informação coloca-se como uma dupla ancoragem, a sociocognitiva e a instrumental-estratégica.

Assim as informações constituem uma espécie de zona de negociação entre os mundos da vida e o mundo. Na forma que esta zona só é acessível através de temas e em situações singulares, demarcadas pelos interesses e disposições de um ator social (ZATTAR; LIMA, 2013, p. 166).

Nesse sentido, o “[...] processo de ‘colonização do mundo da vida’ implica na substituição da regulação social mediada pela interação linguística, pela regulação do poder e do dinheiro, do Estado e da economia” (ZATTAR; LIMA, 2013, p. 167). Situam, portanto, a mudança de perspectiva da filosofia da consciência para a filosofia da linguagem como o poderoso instrumento de crítica da informação e a principal alteração que possibilitou a utilização da referencialidade habermasiana nas discussões centrais da CI, destacando-se artigos que abordam o uso das teorias para falar de *internet*, TIC e bibliotecas públicas.

Em que pese que as discussões sobre informação a partir da filosofia da linguagem não sejam recentes e não se restrinjam à referencialidade habermasiana, todos aqueles que desejam compreender a informação para além de um redutor de incerteza, encontram na Teoria do Agir Comunicativo e nas contribuições críticas presentes nas construções teóricas habermasiana campo fértil de investigação, começando pela noção de linguagem com funções expressivas, comunicativas e não apenas instrumentais.

Verificamos em *(In) formação como instrumento de mediação no âmbito do orçamento participativo*, de Freitas e Melo (2014), que os autores intentam apresentar a informação, enquanto elemento da linguagem, como parte fundamental de mediação, como ação orientada pelo *agir comunicativo* para as práticas democráticas participativas, fundamentando a informação nas noções dos princípios

da emancipação, segundo Habermas (1989), quando se reporta à razão ética e à razão moral da ação comunicativa (FREITAS; MELO 2014). A informação enquanto instrumento de mediação corrobora para a formação de uma consciência crítica, que leva os atores sociais a reconhecerem a necessidade do estar e agir no mundo. Compreendem que a informação, tanto pode ser percebida como o próprio elemento de mediação da informação “[...] ao se constituir em elemento de mediação (vetor) que contribui para a formação de uma consciência cidadã [...]” (FREITAS; MELO 2014, p. 188), como também ser pela linguagem “[...] capaz de corroborar para reproduzir práticas de comunicação e informação não condizentes com os princípios da democracia [...]” (FREITAS; MELO 2014, p. 188).

Nesse sentido, a associação com a TAC contribui para a fundamentação do conceito de mediação da informação em CI, por via da representação temática, na medida em que os indivíduos orientam suas ações para uma interação social consensual pela ação comunicativa, assim

[...] a informação só adquire validade (fundamento) para o processo de aprendizagem (formação de novos padrões de mediação) quando passa a comportar elementos de um sistema de signo (linguagem), que por meio de uma racionalidade (procedimental) estabelece um ambiente propício para o compartilhamento intersubjetivo da informação, que retorna na forma de significação (conhecimento) para os atores sociais que participam do processo informacional (FREITAS; MELO, 2014, p. 189).

Entende-se, portanto, que é pela via da representação da informação (processo da pragmática biblioteconômica) que se estabelece essa ambiência propícia para o compartilhamento intersubjetivo da informação em uma perspectiva de mediação perpassada pela organização sistêmica, campo de atuação central da CI. Para Brascher e Café (2010) a organização do conhecimento, no âmbito da biblioteconomia e da CI, diz respeito a essa organização e sistematização cognitiva do conhecimento, pela organização dos conceitos e pela construção de sistemas de organização do conhecimento. O que os autores buscam ao propor uma proximidade com a referencialidade teórica habermasiana é:

[...] uma abordagem teórica válida para a informação constituir um instrumento que subsidia a mediação, enquanto “discurso”, entre o Estado ↔ cidadão ↔ sociedade, isto é, refere-se à proposta de construção de um “contexto informacional” propício (ideal) para que ocorra a razão comunicativa [...] (FREITAS; MELO 2014, p. 189).

No artigo, os autores abordam, embora sem citar os saberes e fazeres biblioteconômicos de forma explícita, um conceito de mediação que seja suportada pela informação, em um contexto informacional orientado pela razão comunicativa.

A aproximação da TAC com conceito de mediação da informação não supõe deslocar do eixo central das discussões da CI os processos de organização do conhecimento e elaboração de sistemas de organização do conhecimento, ao contrário, a aproximação deve propiciar melhor entendimento das questões inerentes à linguagem e às suas apropriações pela via comunicativa no entendimento coletivo.

Para Habermas (2003a) o *Agir Comunicativo* é uma atividade racional e intersubjetiva, e são os símbolos de linguagem que atuam na mediação orientando-as, necessariamente, por normas numa definição de expectativas recíprocas de comportamento, que são tidas como válidas. E tais normas devem ser reconhecidas por, pelo menos, dois atores desse processo comunicativo. Habermas (1989) propõe uma reorientação da racionalidade imposta pelos meios, *dinheiro e poder*, sobre o *Mundo da Vida* para uma racionalidade comunicativa que objetiva coordenar suas ações pela via do entendimento comunicativo, possibilitando consenso entre os atores sociais, por meio do conjunto de regras já existentes.

A biblioteca como potencial instância mediadora entre as APMs e a comunidade é possível a partir de sua capacidade de ser espaço para o pensamento crítico, para a troca interativa entre os cidadãos como concluem Alves e Mello (2016): “[...] é somente através do Agir Comunicativo que os indivíduos podem resistir à instrumentalização das relações, aos discursos ideológicos e a alienação sócio-política” (ALVES; MELLO, 2016, p. 125).

Não obstante às discussões e críticas a essa razão que exagera a prevalência do econômico em detrimento do *Mundo da Vida*, a razão foi diminuída às formas mais práticas de sua atribuição, tornando-se uma racionalidade instrumental, conferindo valor aos saberes práticos adquiridos pelo homem. Como questionam Adorno e Horkheimer (1985):

O que se perde com isso? Perde-se a capacidade reflexiva, isto é, compreender as coisas, fatos, situações não apenas como relações espaço-temporais abstratas, mas ao contrário, pensá-las como aspectos mediatizados do conceito, que só se realizam em seu sentido social, histórico e humano (ADORNO; HORKHIEMER, 1985, p. 39).

Analisando a crítica feita à razão alienada que reforça a concepção do saber como legitimador dos mecanismos de controle e de poder, o saber converte-se em mecanismos tecnicistas de formação de mão de obra, resultando no atual cenário de desvalorização e esvaziamento das BPMs.

A capacidade mediadora dos profissionais da informação se faz necessária considerando os complexos movimentos de conectividade dos indivíduos, sendo necessário solidificar os acessos às bases de conhecimento local e às demais fontes de informação e conhecimento disseminadas na sociedade contemporânea. Na perspectiva de Bicheri (2008), a mediação da informação incide a todo o momento, em diferentes lugares e situações, abarcando diferentes objetos e sujeitos.

A mediação envolve a ação de alguém que interfere por algo ou por um outro; implicando em vários caminhos, opções e escolhas. Constatamos que na mediação alguém está entre duas ou mais pessoas/coisas, facilita uma relação, serve de intermediário, sugere algo, sem agir pela pessoa ou lhe impor alguma coisa (BICHERI, 2008, p. 93).

A CI e a Biblioteconomia se ocupam e se preocupam, conforme definição de Smit e Barreto (2002), “[...] com os princípios e práticas da criação, organização e distribuição da informação desde sua criação até sua utilização, e sua transferência ao receptor em uma variedade de formas, por meio de uma variedade de canais” (SMIT; BARRETO, 2002, p. 17-18). Desta maneira, organizar de forma plural – ora seletiva, ora exaustivamente –, bem como disseminar adequadamente o conhecimento registrado, é uma das razões pelas quais se estuda a mediação da informação no campo da CI e da Biblioteconomia.

Assumimos assim, a urgência do conhecimento biblioteconômico para auxiliar a sociedade a responder seus dilemas contemporâneos, o que significa ampliar o conceito de mediação da informação para fronteiras pouco exploradas de uma atuação que busque formação crítica dos usuários para o enfrentamento dos efeitos da exploração capitalista neoliberal.

Nesta seção tivemos o intuito de dialogar com as pesquisas desenvolvidas nas áreas da CI e da Biblioteconomia com a temática BPMs, e observar como a referencialidade teórica habermasiana vem sendo aproveitada por essas ciências em uma perspectiva que apresente as BPMs enquanto *Esfera Pública*, dirigidas pelo *Agir Comunicativo*.

3.2 A BIBLIOTECA PÚBLICA MUNICIPAL COMO INSTRUMENTO CONTRA-HEGEMÔNICO: O AGIR COMUNICATIVO E A ESFERA PÚBLICA

Não obstante as discussões e críticas à racionalização do *Mundo da Vida*, entende-se que o pragmatismo permeia as relações com o meio ambiente, com a sociedade, com a educação, com as artes e a motivação de tais relações tende a ser, majoritariamente, funcionalista e voltada para a realização de uma função meramente econômica. Devido a este contexto, Pinto (1995) compreende que somente a “[...] racionalidade comunicativa, refletida numa autocompreensão da modernidade, oferece uma lógica interna [...] para resistir contra a colonização do mundo da vida pela dinâmica interna de sistemas autônomos” (PINTO, 1995, p. 91).

Oliveira (1989), ao refletir sobre *A crise da racionalidade moderna*, evidencia que o diagnóstico acerca da razão moderna não poderia ser mais sombrio, tendo sido a razão posta a serviço da dominação sobre a natureza e sobre o homem, assim, a vida humana sofre cada vez mais de uma repressão intensa. “[...] A tecnificação da vida vai desembocar no ceticismo ético já que a razão instrumental [...] vai reduzir todo problema moral a um problema de ordem técnica” (OLIVEIRA, 1989, p. 21). Essa acentuação das desigualdades, engendrada nessa nova percepção de poder, ao invés de propiciar tensões que levadas ao extremo culminariam em um novo modelo, criaram mecanismos alienantes que mascaram as estruturas dominantes, gerando, dentre outras distorções, um esvaziamento do conceito de *Classe*¹⁶.

¹⁶ “Conceito este fundamentado na teoria Marxista, a partir da qual os proprietários de simples força de trabalho, os proprietários de capital e os proprietários de terras, cujas respectivas fontes de renda são o salário, o lucro e a terra, quer dizer, os operários assalariados, os capitalistas e os detentores de terras, formam as três grandes classes da sociedade moderna, baseadas no regime capitalista de produção” (MARX, 1867 *apud* SANTOS, 1982).

A CI e a Biblioteconomia podem atuar possibilitando meios para que seja possível o desenvolvimento das tecnologias para melhor gerenciamento da informação, sem prescindir de uma visão humanista e garantidora dos direitos sociais e ambientais de todos, igualmente. Eventos do mundo contemporâneo demonstram que a sociedade capitalista informacional pode se mostrar ainda mais desigual, caso as maquinações alienantes sejam eficazmente engendradas dentro das instituições nessa sociedade.

[...] Alguns autores, como Leal (1996) chegam a formular os desafios éticos da sociedade da informação em termos de uma múltipla perda: perda de qualificação, associada à automação, e desemprego; de comunicação interpessoal e grupal, transformada pelas novas tecnologias ou mesmo destruída por elas; de privacidade, pela invasão de nosso espaço individual e efeitos da violência visual e poluição acústica; de controle sobre a vida pessoal e o mundo circundante; e do sentido da identidade, associado à profunda intimidação pela crescente complexidade tecnológica. Já outros, como Brook e Boal (1995) dedicam-se a examinar estratégias de resistência para, como um novo “luddismo”, lutar contra os aspectos perniciosos da tecnologia virtual acusada de disseminar na sociedade a utilização de um simulacro de relacionamento como substituto de interações face a face e contra a alegada usurpação pelo capital do direito de definir a espécie de automação que desqualifica trabalhadores, amplia o controle gerencial sobre o trabalho, intensifica as atividades e corrói a solidariedade (WERTHEIN, 2000, p. 75).

Pela TAC (HABERMAS, 1989) a prática comunicativa cotidiana compreende uma ação realizada a partir de uma tomada de consciência dos efeitos da razão instrumental nos atos comunicativos e informativos, uma vez que a razão instrumental não é entendida pelo autor como razão comunicativa, mas como razão opressora e dogmática. Nesse sentido, Milman (1996) defende o conceito de racionalidade cunhado pela teoria habermasiana, instado nas práticas dos sujeitos comunicativos.

Assim, esta racionalidade se manifesta nos consensos e/ou regramentos postos à comunicação, estando a linguagem regulada por padrões normativos invariantes e universais. Nota-se que o poder do capital se instalou no *Mundo da Vida* e transformou as interações humanas em pragmáticas relações de trocas e essas relações reorientadas pelos meios, *dinheiro e poder*, esvaziam a ação comunicativa para a vida humana, tornando-a em uma prática meramente utilitária no processo de acumulação do capital, como aborda Pinto (1995):

[...] com a institucionalização legal do meio monetário que marca a emergência do capitalismo, a ação orientada para o sucesso, guiada por cálculos egocêntricos de utilidade, perde sua conexão com a ação orientada para o entendimento mútuo [...] (PINTO, 1995, p. 84).

Para Habermas (1989), o *agir comunicativo* enquanto atividade racional e intersubjetiva atua na mediação, orientando-a necessariamente por normas e símbolos de linguagem, em uma definição de expectativas recíprocas de comportamento que são tidas como válidas, e tais normas devem ser reconhecidas por, pelo menos, dois atores desse processo comunicativo. Habermas (1989) propõe uma reorientação da racionalidade imposta pelos meios, *dinheiro e poder*, sobre o *mundo da vida* para uma racionalidade comunicativa que objetiva coordenar suas ações pela via do entendimento comunicativo, possibilitando consenso entre os atores sociais, por meio do conjunto de regras já existentes.

As BPMs constituem-se como essa ambiência formada por pessoas privadas em uma *esfera pública* que, pela autonomia que lhes é conferida na inter-relação com a informação, reúnem possibilidades de incidir sobre o poder econômico pela via política. Para as BPMs também é cara as noções de saber e de conhecimento, e o seu estabelecimento público é possibilitado pela mediação no uso da informação, por meio da pragmática biblioteconômica, sendo que “[...] a coisa mais importante em CI é considerar a informação como uma força constitutiva na sociedade e, assim, reconhecer a natureza teleológica dos sistemas e serviços de informação” (BRAMAN, 1989 *apud* CAPURRO; HJORLAND, 2007, p. 151).

Associa-se a esses conceitos a perspectiva etimológica da palavra informação, a construção lexical da palavra informação, do latim *informatio*, consiste no ato de *moldar a mente* e/ou no ato de *comunicar* conhecimento. Tais ações operam em um nível de subjetividade e interação entre os sujeitos e os meios sociais. Assim, dar forma ou pôr em formato de requer uma ação intersubjetiva e recíproca entre os sujeitos. Nessa perspectiva se vislumbra a aproximação da CI e da pragmática biblioteconômica com o conceito de *Esfera Pública* e a TAC, uma vez que a CI se ocupa cientificamente dessa relação da informação com a sociedade.

Nesse sentido, a CI evidencia o potencial do *Agir Comunicativo* quando admite ser pela esfera comunicativa que as relações sociais se estabelecem, e é a partir desse movimento subjetivo que as transformações são operadas.

[...] É, mais uma vez, aí que reside o olhar informacional, o lugar de onde a Ciência da Informação observa os diferentes fenômenos da realidade. Mais uma vez agrupando as classificações dos diferentes autores citados, pode-se dizer que aqui emerge um conceito INTERSUBJETIVO de informação (ARAÚJO, 2014, p. 24-25).

Assim, as interseções entre a CI e a teoria habermasiana se dão via *Paradigma Social*¹⁷, por meio do estudo da informação, desvelando as relações de poder e suas intencionalidades que vislumbram a manutenção das forças colonizadoras sobre o *Mundo da Vida*. Notem que não é uma pretensão extrapolar os limites da CI, mas, antes, aproximá-la de uma prática transformadora, como sugere Araújo (2014):

Ou seja, os seres humanos, em suas diferentes ações no mundo (produzir pesquisa científica, construir sua identidade, monitorar o ambiente mercadológico, testemunhar direitos e deveres etc.), produzem registros materiais, documentos – eles in-formam. É essa ação de produzir registros materiais que é a informação, que é o objeto de estudo da Ciência da Informação. A Ciência da Informação não estuda a ação administrativa, política ou cultural em si mesmas, mas apenas naquilo que elas têm de informacional (ARAÚJO, 2014, p. 24).

Ao sucumbirmos à racionalidade instrumental percebemos que a vida humana perde suas possibilidades de interação em comunidade e em relação ao meio ambiente, tornando-se uma experiência individualista e vazia do ponto de vista da troca comunicativa autêntica, que se estabelece quando, ao menos, dois sujeitos estão aptos a compreenderem determinada expressão linguística.

Informação não é algo que comunicam duas cápsulas cognitivas com base em um sistema tecnológico, visto que todo sistema de informação está destinado a sustentar a produção, coleta, organização, interpretação, armazenamento, recuperação, disseminação, transformação e uso de conhecimentos e deveria ser concebido no marco de um grupo social concreto e para áreas determinadas (CAPURRO, 2003, p. 10).

¹⁷ O paradigma social na CI prioriza o reconhecimento do sujeito como sujeito social, percebendo-o como parte desse todo social e, portanto, constituído como 'produtores de sentido' que se articula em comunidades diversas, de diferentes naturezas: profissionais, étnicas, religiosas, sexuais, políticas, econômicas, etc. (ARAÚJO, 2008, p. 11).

Nesta perspectiva, a *Ação Comunicativa* deve alicerçar as construções sociais orientadas para o entendimento mútuo entre os diversos atores sociais, produzido pela racionalidade comunicativa, que pode ser explicitada na *práxis* comunicativa, no tratamento do conteúdo, a partir da pragmática biblioteconômica. Tendo em vista tal perspectiva, Guimarães (2008) afirma que a organização da informação se constitui em mediação da informação à medida que propicia a interlocução entre os variados contextos de produção, uso e disseminação da informação. Assim, a ambiência das BPMs que operam por uma racionalidade comunicativa que objetiva coordenar suas ações pela via do entendimento comunicativo, possibilitando consenso entre os atores sociais, por meio de um conjunto de regras já existentes, pode converter-se em uma instância mediadora, coordenando as relações informacionais no âmbito do município.

A hermenêutica em Habermas (1989) orienta a busca pela compreensão conjunta de algo ou uma maneira comum de ver determinada coisa, isto é, ajuda-nos a compreender a dinâmica da ação comunicativa no cotidiano interativo dos sujeitos atuantes em BPMs. A teoria habermasiana destaca três implicações do procedimento hermenêutico para o *Agir Comunicativo*, a primeira é a renúncia, por parte dos intérpretes, da posição de privilégio e superioridade de observador. Ao tomarem parte nas ações comunicativas, aceitam por princípio o estabelecimento de uma condição de paridade com aqueles que, com seus proferimentos, desejam compreender.

A segunda implicação considera que a “[...] pré-compreensão global da situação hermenêutica por parte do intérprete só pode ser examinada fragmentariamente e não pode ser colocada em questão como um todo” (HABERMAS, 1989, p. 42). O que significa dizer que a verdade emitida pelo interpretante necessita ser validada pelo contexto do outro, portanto, o interpretante necessita compreender que não é possível *a priori* estabelecer uma paridade de suposições e práticas entre ele próprio e os sujeitos de experiência. A terceira implicação afirma que:

[...] uma interpretação correta não é simplesmente verdadeira, como é o caso de uma proposição relatando uma interpretação correta; poder-se-ia antes dizer que uma interpretação correta convém a, é adequada a ou explicita o significado do *interpretandum* que os intérpretes devem alcançar (HABERMAS, 1989, p. 43).

O que compreende dizer que, para além das questões objetivas da linguagem na busca pela compreensão, há a dimensão holística da linguagem, manifestada em:

[...] seus proferimentos não descritivos e pretensões de validez não cognitivas. Na vida quotidiana, estamos com muito mais frequência de acordo (ou em desacordo) sobre a correção das ações e normas, sobre a adequação de avaliações e padrões e sobre a autenticidade ou a sinceridade de uma auto representação do que sobre a verdade de proposições (HABERMAS, 1989, p. 43).

A compressão se dá pela participação na ação comunicativa e não em sua mera observação. Todavia, como alerta o autor, toda a tentativa de fundar uma ciência instada na interpretação encontra dificuldades devido ao caráter pouco verificável das interpretações, não podendo ser medidas como os fenômenos físicos, por exemplo. Em sua discussão acerca de uma hermenêutica da informação, Capurro (2003) afirma que a compreensão se dá a partir de uma determinada comunidade na qual o usuário já está, implícita ou explicitamente, inserido.

A hermenêutica como paradigma da ciência da informação postula justamente a diferença entre pré-compreensão, oferta de sentido e seleção, tomando como marco de referência, não a pré-compreensão de um sujeito ou usuário isolado, mas a de determinada comunidade assim como a de um campo específico de conhecimento e/ou de ação no qual o usuário está já implícita ou explicitamente inserido (CAPURRO, 2003, p. 11).

A partir desta discussão hermenêutica, vislumbra-se o estabelecimento de reflexões acerca do aspecto subjetivo da dimensão informacional, sem negar toda a historicidade dos estudos em CI, nascida de questões práticas da guarda, recuperação e uso de documentos, e também como esta pode contribuir nos limites de sua atuação para os dilemas da sociedade da informação no contexto digital de profusão informacional e no enfrentamento da prevalência do discurso orientado para o uso das conexões em redes digitais e na *internet*.

Cabe as BPMs, com sua capacidade de mediação por meio da pragmática biblioteconômica e por meio de sua capacidade de entendimento quanto às necessidades informacionais do cidadão, atuar no estabelecimento da ambiência para esse entendimento, possibilitando:

Uma reflexão crítica que permita compreender as presentes transformações sociais e avaliar suas implicações com base em critérios definidos, deverá

permitir a integração de critérios sócio-culturais e éticos aos econômicos e políticos usualmente associados à prescrição da “sociedade da informação” e, desta forma, colocar à disposição do cidadão caminhos para uma participação ativa na construção de seu futuro (WERTHEIN, 2000, p. 75).

Nesse sentido, reconhecemos no papel das BPMs e em sua capacidade mediadora as bases para solidificar os acessos às fontes de conhecimento local e as demais fontes de informação e conhecimento disseminadas na sociedade contemporânea.

Pelos processos de organização, armazenamento, acesso, recuperação e disseminação da informação vislumbra-se uma atuação sistêmica das BPMs, propiciando a mediação da informação, orientada pelos saberes e fazeres biblioteconômicos, com vistas a um consenso linguístico entre os atores atuantes no sistema, visando uma razão comunicativa com pretensão de validade. Ou, como nos indica Crippa (2015b):

Enquanto no Google tudo é confuso, pois toda informação está no mesmo plano, em uma biblioteca a segurança reside na manutenção da uma ordem capaz de organizar a realidade. O senso de estabilidade é percebido pelo usuário comum. Transformar as práticas positivas de bibliotecas que melhoram a qualidade de vida de seus usuários em capital social é um dos elementos essenciais (CRIPPA, 2015b, p. 3).

Fruto de uma razão comunicativa desenvolvida pelos atores imbricados nesse processo de organização, disseminação e uso da informação, a associação com Habermas (1989) mostra-se frutífera, pois, a partir do *Agir Comunicativo*, podemos pensar a pragmática biblioteconômica por um paradigma intersubjetivo e comunicacional e não, tão somente, por um paradigma produtivista como imposto pelo capital.

Frente à discussão desenvolvida neste capítulo, defendemos, a partir da referencialidade teórica habermasiana, que as BPMs possuem as prerrogativas para apresentarem-se como *Esferas Públicas* orientadas por um *Agir Comunicativo*, sendo capazes de oporem-se à razão alienante do capital e promover, via mediação da informação, oposição à narrativa reducionista e utilitarista neoliberal.

Na próxima seção, exploramos os documentos no intuito de identificarmos os desafios orçamentários que são impostos às BPMs.

4 DO ORÇAMENTO PÚBLICO À PRODUÇÃO DE INVISIBILIDADE DAS BIBLIOTECAS PÚBLICAS MUNICIPAIS

Nesta seção analisamos as fontes documentais confrontando-as com a referencialidade que embasa teoricamente as proposições deste trabalho. Tendo em vista a nossa problemática de pesquisa (como se constitui a produção de invisibilidade das BPMs no Estado do Espírito Santo, no contexto da sociedade capitalista neoliberal contemporânea?), estudamos as peças orçamentárias no intuito de investigar a produção de invisibilidade das bibliotecas públicas municipais (BPMs) do Estado do Espírito Santo, desvelando a lógica comunicativa / informativa do sistema capitalista neoliberal, que se engendra em todas as esferas do *mundo da vida*, criando uma agenda comunicativa que pretende, exclusivamente, propagandear um modelo de Estado austero, para a classe trabalhadora, e garantidor das condições necessárias para a obtenção de lucros pela entidade mercado.

A Constituição Federal de 1988 no Art. 165 celebra as seguintes leis orçamentárias, estabelecendo a integração entre elas: Lei do Plano Plurianual (PPA); Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO); Lei do Orçamento Anual (LOA). Giacomini (2012) esclarece que:

A integração entre o plano plurianual e orçamento anual fica ainda mais bem explicitada por meio do papel cumprido por outra novidade da Constituição de 1988 – a Lei de Diretrizes Orçamentárias, que além de fornecer orientação para a elaboração dos orçamentos anuais, tem por finalidade destacar, da programação plurianual, as prioridades e metas a serem executadas em cada orçamento anual (GIACOMINI, 2012, p. 216).

O regramento orçamentário descrito acima demonstra que no espírito das leis brasileiras há a intenção de estabelecer adequada relação entre o orçamento e o interesse público, conforme consta nos artigos 165, 166 e 167 da Constituição Federal (BRASIL, 2016).

Art. 165. § 1º - A lei que instituir o plano plurianual estabelecerá, de forma regionalizada, as diretrizes, objetivos e metas da administração pública federal para as despesas de capital e outras delas decorrentes e para as relativas aos programas de duração continuada. § 2º - A lei de diretrizes orçamentárias compreenderá as metas e prioridades da administração pública federal, incluindo as despesas de capital para o exercício financeiro

subseqüente, orientará a elaboração da lei orçamentária anual, disporá sobre as alterações na legislação tributária e estabelecerá a política de aplicação das agências financeiras oficiais de fomento. § 7º - Os orçamentos previstos no § 5º, I e II, deste artigo, compatibilizados com o plano plurianual, terão entre suas funções a de reduzir desigualdades inter-regionais, segundo critério populacional. Art. 166. § 3º - As emendas ao projeto de lei do orçamento anual ou aos projetos que o modifiquem somente podem ser aprovadas caso: I - sejam compatíveis com o plano plurianual e com a lei de diretrizes orçamentárias; § 4º - As emendas ao projeto de lei de diretrizes orçamentárias não poderão ser aprovadas quando incompatíveis com o plano plurianual. Art. 167. § 1º - Nenhum investimento cuja execução ultrapasse um exercício financeiro poderá ser iniciado sem prévia inclusão no plano plurianual, ou sem lei que autorize a inclusão, sob pena de crime de responsabilidade (BRASIL, 2016, p. 103).

Este é o enquadramento legal que estabelece as regras do planejamento orçamentário em todas as instâncias governamentais do Estado Brasileiro, servindo como indicador do planejamento de médio e longo prazo, definindo as prioridades no investimento e na alocação dos recursos públicos, balizando as diretrizes orçamentárias municipais.

Na esfera municipal essa integração ocorre por intermédio do Plano Diretor do Município (PDM), documento que estipula o planejamento municipal. O PDM foi instituído pela Lei n.º 10.257 de 10 de julho de 2001 que dispõe sobre o Estatuto das Cidades (BRASIL, 2001) e serve como base para o planejamento de médio prazo do PPA, cabendo ao poder legislativo a apreciação e aprovação dessas diretrizes orçamentárias. Esse momento deveria servir para o estabelecimento de um amplo debate com a sociedade na definição sobre as prioridades orçamentárias e os recursos destinados para cada área.

O PPA é elaborado a cada quatro anos, no primeiro ano do mandato da administração eleita, devendo ser contemplados nesse planejamento os três anos restantes do seu mandato e o primeiro ano da administração subsequente. Pereira (1999) esclarece que:

O plano plurianual tem como objetivo formular as diretrizes para as finanças no período do plano, incluindo a política de fomento e o programa de aplicações das agências financeiras de crédito; identificar e avaliar os recursos disponíveis para o desenvolvimento de ações a cargo da administração pública, incluindo aqueles provenientes de financiamento, estabelecer as despesas, segundo função, subfunção e programa de governo, entre outras definições (PEREIRA, 1999, p. 143).

O PPA deve ser elaborado a partir de um problema ou de uma necessidade da sociedade, e importante seria que os problemas fossem apontados a partir de um diálogo estabelecido com a própria base comunitária, não arbitrariamente pela administração municipal, visto que pode levar à criação de demandas artificiais. Assim, determinadas as demandas, passa-se para à próxima etapa do processo, que consiste na busca das suas causas, para então dedicar-se às possíveis soluções, bem como definir o cronograma de execução, a dotação dos recursos e a própria constitucionalidade das proposições.

O poder executivo municipal deve organizar seus planos de trabalho no PPA sob a forma de programas, de modo a efetivar uma orientação estratégica de acordo com as previsões de recursos a serem distribuídos pelos setores da administração municipal. Um requisito fundamental no PPA é a transparência, sendo obrigatório ao poder executivo dar publicidade às informações referentes aos programas, com o intuito de facilitar o controle da aplicação dos recursos e a aferição dos resultados obtidos, seja pelo poder legislativo, seja pela própria população.

Concernente às ações a serem desenvolvidas pelos programas, pode-se dividi-las em: atividades de modo contínuo, que garantam, por exemplo, a manutenção de programas permanentes de gastos com as secretarias municipais; projetos que são definidos com recorte temporal bem marcado, ou seja, marca-se o início e o fim do projeto, como ocorre em construções de bibliotecas, museus, unidades de saúde básica; e, por fim, as operações especiais que se referem à aquisição de bens, serviços ou auxílios prestados à população em decorrência de prioridades definidas, como ocorre em ações para controle da pandemia de Covid-19.

A Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) tem vigência de um ano, e na LDO deverão estar relacionadas as metas e as prioridades da Administração Pública que orientarão a elaboração da Lei Orçamentária Anual (LOA), conforme o § 2º do artigo 165 da Constituição Federal:

§ 2º A lei de diretrizes orçamentárias compreende as metas e prioridades da administração pública municipal, incluindo as despesas de capital para o exercício financeiro subsequente, servindo de orientação a elaboração da lei orçamentária anual (LOA), dispondo sobre as alterações na legislação

tributária e estabelecendo a política de aplicação dos recursos BRASIL, 2016, p. 103).

Com a aprovação da Lei Complementar (LC) nº 101 de 4 de maio de 2000 (BRASIL, 2000), Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), a LDO ganhou novas atribuições. Uma delas é a de ser o fiel da balança entre equilíbrio de receitas e despesas. O projeto de lei para as diretrizes orçamentárias deve ser encaminhado pelo Poder Executivo ao Poder Legislativo até oito meses e meio antes do encerramento do exercício financeiro e devolvido por sanção até o encerramento do primeiro período da sessão legislativa.

A Lei Orçamentária Anual é o orçamento consolidado. Contém a estimativa da receita e a fixação das despesas. É na aprovação da LOA que se contempla o processo de planejamento iniciado na elaboração do PPA com a definição dos programas, seguido pela elaboração das diretrizes orçamentárias, por meio da LDO.

Sobre a LOA, a Constituição Federal de 1988, artigo 165º, diz que:

§ 5º A lei orçamentária anual compreenderá: I – o orçamento fiscal referente aos Poderes da União, seus fundos, órgãos e entidades da administração direta e indireta, inclusive fundações instituídas e mantidas pelo poder público; II – o orçamento de investimento das empresas em que a união, direta ou indiretamente, detenha a maioria do capital social com direito a voto; III – o orçamento da seguridade social, abrangendo todas as entidades e órgãos a ela vinculados, da administração direta ou indireta, bem como os fundos e fundações instituídos e mantidos pelo Poder Público. § 8º A lei orçamentária anual não conterá dispositivo estranho à previsão da receita e à fixação da despesa, não se incluindo na proibição a autorização para abertura de créditos suplementares e contratação de operações de crédito, ainda que por antecipação de receita, nos termos da lei (BRASIL, 2016, p. 105).

A elaboração da lei orçamentária obedece a uma série de princípios: princípio da unidade, pelo qual cada ente público possuirá apenas um único orçamento; princípio da universalidade, o orçamento deve conter todas as receitas e todas as despesas do município; princípio do orçamento bruto, as receitas e despesas devem constar em valores brutos; princípio da anualidade, o orçamento deve ter a vigência de um exercício, isto é, um ano; princípio da não-afetação (não-vinculação) das receitas, a receita de impostos não poderá ser “reservada ou comprometida” para atender determinados gastos; princípio da discriminação ou especialização, as receitas e

despesas devem ser discriminadas, demonstrando origem e aplicação dos recursos; princípio da exclusividade, este princípio dispõe que não poderão existir dispositivos estranhos à lei orçamentária; princípio do equilíbrio, equilíbrio entre receita e despesas; e princípio da reserva legal, a iniciativa de propor as leis do PPA, LDO e LOA é de exclusividade do executivo.

Todo esse processo orçamentário e sua execução por obrigação legal deve ter seu acesso disponibilizado livremente, por meio dos portais da transparência. O marco legal para a criação dos portais da transparência, por todos os entes da unidade federativa, foi a promulgação da LC n° 131, de 27 de maio de 2009 (BRASIL, 2009) que alterou a LC n°101, de 04/05/2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF).

O objetivo era que os portais da transparência se convertessem em um dos principais meios de prestação de contas à sociedade, posto que a LC determina que sejam disponibilizadas, em tempo real, informações detalhadas a respeito da execução orçamentária e financeira da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. A ideia norteadora da LC 131/2009 consiste em dar publicidade para todos os atos financeiros das administrações públicas, a fim de incentivar a participação efetiva da sociedade na gestão pública, exercendo controle sobre o uso do dinheiro público.

Importante perceber como a natureza da LC 131/2009 invoca uma participação da população por meio do acesso à informação e sua capacidade de inferir criticamente sobre os dados disponibilizados, contudo, é necessário compreender que essa natureza está circunscrita no movimento capitalista neoliberal, em um processo que Habermas (2003c) conceitua como estatização da sociedade e de socialização do Estado.

Para Habermas (2003c), nas democracias de massa, instadas no processo de informatização econômica capitalista, a estabilidade da sociedade e a legitimidade do poder administrativo passam, fundamentalmente, pelo fomento do direito social. Em uma demonstração efetiva do conceito de materialização do direito, tal conceito refere-se, diretamente, à centralidade do direito social. Nas sociedades capitalistas contemporâneas essa é uma condição para a manutenção destas sociedades, na

medida em que essa condição é que garante a realização material dos direitos individuais e dos direitos políticos ao conceder aos sujeitos uma oferta de direitos sociais que lhes garantam certa dignidade.

Habermas (2003a) define a gênese lógica dos direitos como um exercício sincrônico que conjuga o direito privado dos sujeitos e os direitos sociais dos cidadãos que se efetivam, concomitantemente, em uma ação legislativa democrática. Ambos, direito privado e direito social, são esferas complementares, pois, dependem um do outro para existirem, não havendo primazia de uma classe de direito sobre a outra.

A discussão acima é fundamental para compreendermos a esfera pública como um campo em disputa. Conforme constatamos ao longo do texto, o capitalismo neoliberal acumula sucessivas vitórias sobre os demais grupos que ainda resistem discursivamente nessa esfera pública. Ao sequestrar a infraestrutura das telecomunicações e redes digitais, ao eliminar toda potência criativa, ao pasteurizar as consciências, por meio de entretenimento alienante e criação de demandas informativas via maquinações algorítmicas binárias, enfraquece-se a resistência e coopta-se as massas para a adesão acrítica ao modelo da *new public management*, pautado pela narrativa de austeridade e eficiência gestora.

Esse cenário permite, mesmo com um modelo legislativo que estimule a participação social direta, o controle do capital sobre as pautas do Estado, pois as oposições a esse modelo neoliberal estão sufocadas em um ambiente comunicativo e informativo sequestrado pelo capital. Tal arranjo interfere diretamente na atuação do Estado e nas políticas de promoção das BPMs.

4.1 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS E COTEJAMENTO DE DADOS

A metodologia científica é um instrumental essencial para distinguir as diversas obras do saber científico. Marconi e Lakatos (2007) afirmam “[...] que a utilização de métodos científicos não é da alçada exclusiva da ciência, mas não há ciência sem o emprego de métodos científicos” (MARCONI; LAKATOS, 2007, p. 83). Bem como, compreendemos que o pesquisador que se debruça sobre fatos sociais traz consigo um conjunto de interpretações constitutivas de seu próprio posicionamento perante

as realidades vividas e, portanto, “[...] não é capaz de ser absolutamente objetivo. Ele tem suas preferências, inclinações, interesses particulares, caprichos, preconceitos, interessa-se por eles e os avalia com base num sistema de valores pessoais” (GIL, 2008, p. 5). Considerando não ser possível, portanto, nas Ciências Sociais, um distanciamento absoluto do pesquisador de seu objeto de pesquisa, é importante estabelecer sobre quais categorias conceituais a pesquisa em questão pretende se situar, de modo a garantir verificação dos caminhos que percorremos para obtenção dos resultados ao final da pesquisa.

A pesquisa busca, para além da compreender a realidade investigada, incidir sobre essa realidade com o intuito de transformá-la, na defesa de um discurso não pautado na prevalência da lógica capitalista neoliberal em relação ao Estado. Não se configurando em uma pesquisa meramente descritiva, mas em um processo analítico crítico, interpretando as informações contidas no *corpus* documental em uma abordagem qualitativa, pois nos colocamos na pesquisa buscando oferecer explicações para o cenário de invisibilidade das BPMs e, exprimindo o que convém ser feito.

Analisamos os dados não de forma quantificada apenas, mas sim enquanto reflexos das disputas que ocorrem na sociedade, pretendendo servir ao campo da CI e da Biblioteconomia como um contributo teórico a substanciar ações de fomento para as BPMs. Na intenção de evidenciar a capacidade das BPMs de estabelecer diálogos, interações transversais e multidisciplinares com a sociedade, para a promoção de uma via informativa que conduza a uma relação ética de função emancipatória crítica, por meio da mediação da informação realizada pelo profissional bibliotecário no ambiente das BPMs.

Diante ao que objetivamos nesta pesquisa e descrevemos nesta seção, empreendemos uma pesquisa documental de caráter exploratória, analisando os documentos que compõem o orçamento público de Municípios do Estado do Espírito Santo. Analisamos os dados relativos aos PPAs e relatórios de execução orçamentária constantes na *internet*, nas páginas institucionais das prefeituras municipais do Estado do Espírito Santo, em cumprimento à LC n° 131, de

27/05/2009. Por estes instrumentos, analisamos os dados relativos ao orçamento destinado às bibliotecas nos municípios selecionados e como os recursos estão sendo empregados, conforme consta no quadro que segue:

Quadro 4 - Fontes documentais

(continua)

TÍTULO (AUTOR, DATA)	DESCRIÇÃO	MUNICÍPIO
LEIS		
Lei 908/2013 (VILA PAVÃO, 2013)	Dispõe sobre o Plano Plurianual para o Quadriênio 2014/2017 e dá outras providências.	Vila Pavão
Lei 1.099/2017 (VILA PAVÃO, 2017A)	Dispõe sobre o Plano Plurianual para o quadriênio 2018/2021 e dá outras providências.	Vila Pavão
Lei 041/2013 (BOM JESUS DO NORTE, 2013)	Dispõe sobre o Plano Plurianual para o período de 2014 a 2017.	Bom Jesus do Norte
Lei 017/2017 2013 (BOM JESUS DO NORTE, 2017a)	Dispõe sobre o plano plurianual para o período de 2018 – 2021.	Bom Jesus do Norte
Lei 1.041/2013 (ATÍLIO VIVÁQUA, 2013)	Dispõe Sobre o plano plurianual para o Município de Atílio Vivácqua para o período de 2014 – 2017.	Atílio Vivácqua
Lei 1.189/2017 (ATÍLIO VIVÁQUA, 2017a)	Dispõe Sobre o plano plurianual para o Município de Atílio Vivácqua para o período de 2018 – 2021.	Atílio Vivácqua
Lei 1.112/2014 (PRESIDENTE KENNEDY, 2014a)	Dispõe sobre o Plano Plurianual para o quadriênio 2014/2017 e dá outras providências.	Presidente Kennedy
Lei 1.353/2017 (PRESIDENTE KENNEDY, 2017a)	Dispõe sobre o Plano Plurianual para o quadriênio 2018/2021 e dá outras providências.	Presidente Kennedy
Lei 2.426/2013 (SANTA TERESA, 2013)	Dispõe sobre o plano plurianual para o período de 2014 – 2017.	Santa Teresa
Lei 2.690/2017 (SANTA TERESA, 2017a)	Dispõe sobre o plano plurianual para o período de 2018 – 2021.	Santa Teresa
Lei 2.675/2013 (CONCEIÇÃO DA BARRA, 2013)	Dispõe Sobre o plano plurianual para o Município de Conceição da Barra para o período de 2014 – 2017 e dá outras providências.	Conceição da Barra
Lei 2.768/2017 (CONCEIÇÃO DA BARRA, 2017a)	Dispõe Sobre o plano plurianual para o Município de Conceição da Barra para o período de 2018 – 2021 e dá outras providências.	Conceição da Barra

Quadro 2 - Fontes documentais

(continuação)

TÍTULO (AUTOR, DATA)	DESCRIÇÃO	MUNICÍPIO
LEIS		
Lei 2.579/2013 (DOMINGOS MARTINS, 2013)	Dispõe sobre o plano plurianual para o período de 2014 – 2017.	Domingos Martins
Lei 2.813/2017 (DOMINGOS MARTINS, 2017a)	Dispõe sobre o plano plurianual para o período de 2018 – 2021.	Domingos Martins
Lei 3.359/2013 (LINHARES, 2013)	Dispõe sobre o plano plurianual para o período de 2014 – 2017.	Linhares
Lei 3.708/2017 (LINHARES, 2017a)	Dispõe sobre o plano plurianual para o período de 2018 – 2021.	Linhares
Lei 8.590/2013 (VITÓRIA, 2013)	Dispõe sobre o plano plurianual para o período de 2014 – 2017.	Vitória
Lei 9.236/2017 (VITÓRIA, 2017a)	Dispõe sobre o plano plurianual para o período de 2018-2021.	Vitória
RELATÓRIOS DE EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA		
Relatório resumido da execução orçamentária (VILA PAVÃO, 2016)	Demonstrativo da execução das despesas por função/subfunção: orçamento fiscal e de seguridade social: 5º bimestre de 2016 – setembro a outubro de 2016	Vila Pavão
Relatório resumido da execução orçamentária (VILA PAVÃO, 2017b)	Demonstrativo da execução das despesas por função/subfunção: orçamento fiscal e de seguridade social: 6º bimestre de 2017 – novembro a dezembro de 2017.	Vila Pavão
Relatório resumido da execução orçamentária (VILA PAVÃO, 2018)	Demonstrativo da execução das despesas por função/subfunção: orçamento fiscal e de seguridade social: 6º bimestre de 2018 – novembro a dezembro de 2018.	Vila Pavão
Relatório resumido da execução orçamentária (VILA PAVÃO, 2019)	Demonstrativo da execução das despesas por função/subfunção: orçamento fiscal e de seguridade social: 6º bimestre de 2019 – novembro a dezembro de 2019.	Vila Pavão
Relatório resumido da execução orçamentária (BOM JESUS DO NORTE, 2016)	Demonstrativo da execução das despesas por função/subfunção: orçamento fiscal e de seguridade social: 6º bimestre de 2016 - novembro a dezembro de 2016.	Bom Jesus do Norte

Quadro 2 - Fontes documentais

(continuação)

TÍTULO (AUTOR, DATA)	DESCRIÇÃO	MUNICÍPIO
RELATÓRIOS DE EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA		
Relatório resumido da execução orçamentária (BOM JESUS DO NORTE, 2017b)	Demonstrativo da execução das despesas por função/subfunção: orçamento fiscal e de seguridade social: 6º bimestre de 2017 - novembro a dezembro de 2017.	Bom Jesus do Norte
Relatório resumido da execução orçamentária (BOM JESUS DO NORTE, 2018)	Demonstrativo da execução das despesas por função/subfunção: orçamento fiscal e de seguridade social: 6º bimestre de 2018 - novembro a dezembro de 2018.	Bom Jesus do Norte
Relatório resumido da execução orçamentária (BOM JESUS DO NORTE, 2019)	Demonstrativo da execução das despesas por função/subfunção: orçamento fiscal e de seguridade social: 6º bimestre de 2019 - novembro a dezembro de 2019.	Bom Jesus do Norte
Relatório resumido da execução orçamentária (ATÍLIO VIVÁCQUA, 2015)	Demonstrativo da execução das despesas por função/subfunção: orçamento fiscal e de seguridade social: bimestre novembro / dezembro de 2014.	Atílio Vivácqua
Relatório resumido da execução orçamentária (ATÍLIO VIVÁCQUA, 2016)	Demonstrativo da execução das despesas por função/subfunção: orçamento fiscal e de seguridade social: janeiro a dezembro de 2015 / bimestre novembro - dezembro.	Atílio Vivácqua
Relatório resumido da execução orçamentária (ATÍLIO VIVÁCQUA, 2017b)	Demonstrativo da execução das despesas por função/subfunção: orçamento fiscal e de seguridade social: janeiro a dezembro de 2016 / bimestre novembro - dezembro.	Atílio Vivácqua
Relatório resumido da execução orçamentária (ATÍLIO VIVÁCQUA, 2018)	Demonstrativo da execução das despesas por função/subfunção: orçamento fiscal e de seguridade social: janeiro a dezembro de 2017 / bimestre novembro - dezembro.	Atílio Vivácqua
Relatório resumido da execução orçamentária (ATÍLIO VIVÁCQUA, 2019)	Demonstrativo da execução das despesas por função/subfunção: orçamento fiscal e de seguridade social: janeiro a dezembro de 2018 / bimestre novembro - dezembro.	Atílio Vivácqua

Quadro 2 - Fontes documentais

(continuação)

TÍTULO (AUTOR, DATA)	DESCRIÇÃO	MUNICÍPIO
RELATÓRIOS DE EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA		
Relatório resumido da execução orçamentária (ATÍLIO VIVÁQUA, 2020)	Demonstrativo da execução das despesas por função/subfunção: orçamento fiscal e de seguridade social: janeiro a dezembro de 2019 / bimestre novembro - dezembro.	Atílio Vivácqua
Relatório resumido da execução orçamentária (PRESIDENTE KENNEDY, 2014b)	Demonstrativo da execução das despesas por função/subfunção: orçamento fiscal e de seguridade social: 5º bimestre de 2014.	Presidente Kennedy
Relatório resumido da execução orçamentária (PRESIDENTE KENNEDY, 2016)	Demonstrativo da execução das despesas por função/subfunção: orçamento fiscal e de seguridade social: 6º bimestre de 2015 - novembro a dezembro de 2015.	Presidente Kennedy
Relatório resumido da execução orçamentária (PRESIDENTE KENNEDY, 2017b)	Demonstrativo da execução das despesas por função/subfunção: orçamento fiscal e de seguridade social: 6º bimestre de 2016 - novembro a dezembro de 2016.	Presidente Kennedy
Relatório resumido da execução orçamentária (PRESIDENTE KENNEDY, 2018)	Demonstrativo da execução das despesas por função/subfunção: orçamento fiscal e de seguridade social: 6º bimestre de 2017 - novembro a dezembro de 2017.	Presidente Kennedy
Relatório resumido da execução orçamentária (PRESIDENTE KENNEDY, 2019)	Demonstrativo da execução das despesas por função/subfunção: orçamento fiscal e de seguridade social: 6º bimestre de 2018 - novembro a dezembro de 2018.	Presidente Kennedy
Relatório resumido da execução orçamentária (PRESIDENTE KENNEDY, 2020)	Demonstrativo da execução das despesas por função/subfunção: orçamento fiscal e de seguridade social: 6º bimestre de 2019 - novembro a dezembro de 2019.	Presidente Kennedy
Relatório resumido da execução orçamentária (CONCEIÇÃO DA BARRA, 2014)	Demonstrativo da execução das despesas por função/subfunção: orçamento fiscal e de seguridade social: janeiro a dezembro 2014 / bimestre novembro - dezembro.	Conceição da Barra

Quadro 2 - Fontes documentais

(continuação)

TÍTULO (AUTOR, DATA)	DESCRIÇÃO	MUNICÍPIO
RELATÓRIOS DE EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA		
Relatório resumido da execução orçamentária (CONCEIÇÃO DA BARRA, 2015)	Demonstrativo da execução das despesas por função/subfunção: orçamento fiscal e de seguridade social: janeiro a dezembro 2015 / bimestre novembro - dezembro.	Conceição da Barra
Relatório resumido da execução orçamentária (CONCEIÇÃO DA BARRA, 2017b)	Demonstrativo da execução das despesas por função/subfunção: orçamento fiscal e de seguridade social: janeiro a dezembro 2016 / bimestral novembro - dezembro.	Conceição da Barra
Relatório resumido da execução orçamentária (CONCEIÇÃO DA BARRA, 2018)	Demonstrativo da execução das despesas por função/subfunção: orçamento fiscal e de seguridade social: janeiro a dezembro 2017 / bimestral novembro - dezembro.	Conceição da Barra
Relatório resumido da execução orçamentária (CONCEIÇÃO DA BARRA, 2019)	Demonstrativo da execução das despesas por função/subfunção: orçamento fiscal e de seguridade social: janeiro a dezembro 2018 / bimestral novembro - dezembro.	Conceição da Barra
Relatório resumido da execução orçamentária (CONCEIÇÃO DA BARRA, 2020)	Demonstrativo da execução das despesas por função/subfunção: orçamento fiscal e de seguridade social: janeiro a dezembro 2019 / bimestral novembro - dezembro.	Conceição da Barra
Relatório resumido da execução orçamentária (DOMINGOS MARTINS, 2014)	Demonstrativo da execução das despesas por função / subfunção - 6º bimestre de 2014 – Novembro a Dezembro de 2014	Domingos Martins
Relatório resumido da execução orçamentária (DOMINGOS MARTINS, 2017b)	Demonstrativo da execução das despesas por função / subfunção - 6º bimestre de 2015 – Novembro a Dezembro de 2015	Domingos Martins
Relatório resumido da execução orçamentária (DOMINGOS MARTINS, 2017c)	Demonstrativo da execução das despesas por função / subfunção - 6º bimestre de 2016 – Novembro a Dezembro de 2016	Domingos Martins

Quadro 2 - Fontes documentais

(continuação)

TÍTULO (AUTOR, DATA)	DESCRIÇÃO	MUNICÍPIO
RELATÓRIOS DE EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA		
Relatório resumido da execução orçamentária (DOMINGOS MARTINS, 2017d)	Demonstrativo da execução das despesas por função / subfunção - 5º bimestre de 2017 – Novembro a Dezembro de 2017	Domingos Martins
Relatório resumido da execução orçamentária (DOMINGOS MARTINS, 2019)	Demonstrativo da execução das despesas por função / subfunção - 6º bimestre de 2018 – Novembro a Dezembro de 2018	Domingos Martins
Relatório resumido da execução orçamentária (DOMINGOS MARTINS, 2020)	Demonstrativo da execução das despesas por função / subfunção - 6º bimestre de 2019 – Novembro a Dezembro de 2019	Domingos Martins
Relatório resumido da execução orçamentária (LINHARES, 2014)	Demonstrativo da execução das despesas por função/subfunção: orçamento fiscal e de seguridade social: 6º bimestre de 2014 – janeiro a dezembro de 2014.	Linhares
Relatório resumido da execução orçamentária (LINHARES, 2016)	Demonstrativo da execução das despesas por função/subfunção: orçamento fiscal e de seguridade social: 6º bimestre de 2015 – novembro a dezembro de 2015.	Linhares
Relatório resumido da execução orçamentária (LINHARES, 2017b)	Demonstrativo da execução das despesas por função/subfunção: orçamento fiscal e de seguridade social: 6º bimestre de 2016 – novembro a dezembro de 2016.	Linhares
Relatório resumido da execução orçamentária (LINHARES, 2018)	Demonstrativo da execução das despesas por função/subfunção: orçamento fiscal e de seguridade social: 6º bimestre de 2017 – novembro a dezembro de 2017.	Linhares
Relatório resumido da execução orçamentária (LINHARES, 2019)	Demonstrativo da execução das despesas por função/subfunção: orçamento fiscal e de seguridade social: 6º bimestre de 2018 – novembro a dezembro de 2018.	Linhares

Quadro 2 - Fontes documentais

(conclusão)

TÍTULO (AUTOR, DATA)	DESCRIÇÃO	MUNICÍPIO
RELATÓRIOS DE EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA		
Relatório resumido da execução orçamentária (LINHARES, 2020)	Demonstrativo da execução das despesas por função/subfunção: orçamento fiscal e de seguridade social: 6º bimestre de 2019 – novembro a dezembro de 2019.	Linhares
Relatório resumido da execução orçamentária (VITÓRIA, 2015)	Demonstrativo da execução das despesas por função/subfunção: orçamento fiscal e de seguridade social: janeiro a dezembro 2014 / bimestre novembro-dezembro.	Vitória
Relatório resumido da execução orçamentária (VITÓRIA, 2016)	Demonstrativo da execução das despesas por função/subfunção: orçamento fiscal e de seguridade social: janeiro a dezembro 2015 / bimestre novembro-dezembro.	Vitória
Relatório resumido da execução orçamentária (VITÓRIA, 2017b)	Demonstrativo da execução das despesas por função/subfunção: orçamento fiscal e de seguridade social: janeiro a dezembro 2016 / bimestre novembro-dezembro.	Vitória
Relatório resumido da execução orçamentária (VITÓRIA, 2018)	Demonstrativo da execução das despesas por função/subfunção: orçamento fiscal e de seguridade social: janeiro a dezembro 2017 / bimestre novembro-dezembro.	Vitória
Relatório resumido da execução orçamentária (VITÓRIA, 2019)	Demonstrativo da execução das despesas por função/subfunção: orçamento fiscal e de seguridade social: janeiro a dezembro 2018 / bimestre novembro-dezembro.	Vitória
Relatório resumido da execução orçamentária (VITÓRIA, 2020)	Demonstrativo da execução das despesas por função/subfunção: orçamento fiscal e de seguridade social: janeiro a dezembro 2019 / bimestre novembro-dezembro.	Vitória

Fonte: produção do próprio autor.

A pretensão foi demonstrar como as políticas públicas estão sendo desenvolvidas pelo poder público municipal no Estado do Espírito Santo e como esse caminho vem produzindo invisibilidade, não garantindo pleno cumprimento da Lei Federal nº 10.753/2003 (BRASIL, 2003), no que tange ao funcionamento das BPMs e sua

integração com as ações municipais, buscando nesses indicadores e documentos oficiais dados que corroborem nossa percepção heurística de que as BPMs passam por um processo de esvaziamento promovido pela narratividade neoliberal que incide sobre o Estado.

A amostra foi selecionada a partir da leitura da Nota Técnica (NT) nº 27/2011¹⁸ (ESPÍRITO SANTO, 2011), emitida pelo Instituto Jones dos Santos Neves (IJSN), em análise dos gastos públicos com cultura dos Municípios do Estado do Espírito Santo. Estabelecemos, após a leitura da NT nº 27/2011, o critério de seleção baseado no maior e no menor investimento performado pelos municípios que foram agrupados em função de sua densidade populacional. Desta forma, definimos a amostra da seguinte forma:

Tabela 2 - Critérios para seleção da amostra

Grupos populacionais	Município	População	Investimento em cultura, ano de referência 2009 (R\$)
Grupo 1 - Municípios com mais de 50 mil habitantes	Vitória	320.156,00	R\$ 15.049.832,02
	Linhares	132.664,00	R\$ 543.255,51
Grupo 2 - Municípios com 50 mil e mais de 25 mil habitantes	Domingos Martins	32.455,00	R\$ 1.217.639,61
	Conceição da Barra	27.059,00	R\$ 0,00
Grupo 3 - Municípios com 25 mil e mais de 10 mil habitantes	Santa Teresa	20.742,00	R\$ 1.625.414,60
	Presidente Kennedy	10.903,00	R\$ 0,00
Grupo 4 - Municípios com menos de 10 mil habitantes	Atílio Vivácqua	9.361,00	R\$ 485.052,31
	Bom Jesus do Norte	9.672,00	R\$ 0,00
	Vila Pavão	9.126,00	R\$ 0,00 ¹⁹

Fonte: produção do próprio autor.

¹⁸ Utilizamos o referido documento como base para a seleção da amostra, por ser o único estudo que utilizou dados orçamentários executados em seu desenvolvimento, não havendo estudos mais recentes sobre a questão.

¹⁹ Como houve dois municípios empatados com o menor investimento no mesmo grupo populacional, ambos foram considerados na amostra selecionada.

O critério para a escolha da amostra foi o volume de investimento feito na área cultural, no ano de 2009, pois a pesquisa identificou que as BPMs estão vinculadas majoritariamente às secretarias de cultura e turismo. A seleção amostral representa de forma heterogênea o Estado do Espírito Santo, contemplando municípios das regiões Sul, Serrana, Norte, Noroeste e Metropolitana e com uma composição orçamentária também diversa.

Os municípios de Vitória e Linhares têm suas economias impulsionadas pela indústria, comércio e serviços; Domingos Martins e Santa Teresa têm o turismo como motor econômico; já as receitas de Presidente Kennedy giram em torno do recebimento de *royalties* de petróleo pela exploração comercial do parque das baleias, integrante da bacia de Campos, pela Petróleo Brasileiro S.A; e, finalmente, os municípios de Atilio Vivácqua, Bom Jesus do Norte e Vila Pavão têm suas economias baseadas na agricultura.

Buscamos explorar os documentos e analisar os dados financeiros e orçamentários produzidos pelas prefeituras dos municípios, desvelando as medidas orçamentárias e administrativas que agudam a invisibilidade das BPMs. Nosso interesse na análise do *corpus* documental apresentado é identificar a previsão orçamentária para BPMs do Estado do Espírito Santo e como essas despesas estão sendo executadas.

Os dados coletados confluíram para respondermos o nosso problema de pesquisa, que investiga como se constitui a produção de invisibilidade das BPMs no Estado do Espírito Santo, no contexto da sociedade capitalista neoliberal contemporânea.

Buscamos em Gil (2008) esclarecer, conceitualmente, alguns aspectos da pesquisa documental. A pesquisa documental utiliza-se de documentos “[...] que não receberam ainda um tratamento analítico, ou que ainda podem ser reelaborados de acordo com os objetivos da pesquisa” (GIL, 2008, p. 51). Entendemos por documento o instrumento escrito que, por direito, dá fé àquilo que atesta, servindo de registro, prova ou comprovação de fatos ou acontecimentos.

Para Marconi e Lakatos (2007) os documentos se dividem em dois grupos de tipos de documentos, são eles: *documentos escritos* – documentos oficiais, publicações

parlamentares, documentos jurídicos, fontes estatísticas, publicações administrativas, documentos particulares; e *outros* – iconografia (imagens, desenhos, pinturas – exceto fotografia), fotografias, objetos, canções folclóricas, vestuário e folclore. Considerando, portanto, que “[...] tudo gira em torno das condições de comunicação e dos procedimentos que outorgam a formação institucionalizada da opinião e da vontade políticas sua força legitimadora” (HABERMAS, 1995 p. 45). Percebemos a base documental como um meio pelo qual as instituições se comunicam com a sociedade civil.

Demonstrado a emergência do objeto de pesquisa e como intentamos explorá-lo metodologicamente, partimos para a apresentação e análise dos dados que a pesquisa compilou.

4.2 ESPAÇO DAS BIBLIOTECAS PÚBLICAS MUNICIPAIS NOS ORÇAMENTOS DAS CIDADES

Considerando os instrumentos orçamentários descritos, realizamos a coleta de dados relativos aos investimentos em BPMs nos municípios da amostra selecionada com base nos critérios apresentados na Tabela 2 e na subseção 4.1. A partir dessa referência, buscamos os dados relativos aos investimentos públicos destinados as bibliotecas públicas municipais, entre os anos de 2014 e 2019, que devem ser, obrigatoriamente, disponibilizados como determina a LC 131/2009 nos portais da transparência dos respectivos municípios.

Objetivamos identificar a existência de programas voltados para o fomento das BPMs, expressos na forma de projetos e/ou ações específicas, dentro do PPA, discutido e aprovado pelos municípios, a fim de verificarmos como estão sendo direcionados os investimentos para promoção, fomento e manutenção das BPMs, a partir dos dados cotejados nos portais da transparência mantidos pelos municípios que compõem a amostra, como veremos a seguir:

Tabela 3 - Recursos destinados a biblioteca do município de Vila Pavão (Biblioteca Alfredo Timm) nos programas, projetos e ações para a área da cultura - 2014 a 2019

Previsão Orçamentária para Secretária de Cultura e Turismo - PPA		Execução Orçamentária pela Secretária de Cultura e Turismo	Projetos da Secretária de Cultura e Turismo	Ações ou atividades diretamente vinculadas a BPM	Recurso Destinado para a BPM %	Percentual do PPA em relação ao PIB do Município
ANO	R\$	R\$	Nº	Nº	%	%
2014 ²⁰	-	-	-	-	-	-
2015	563.095,41	138.245,72	02	0	0%	2,17
2016 ²¹	574.618,92	106.434,21	02	0	0%	2,02
2017	610.360,24	82.976,48	02	0	0%	2,02
2018	214.862,50	170.277,15	02	0	0%	0,79
2019	231.579,48	229.000,19	02	0	0%	0,81

Fonte: produção do próprio autor.

Na Tabela 3 apresentamos os dados orçamentários do município de Vila Pavão, pela qual podemos verificar a ausência de previsão de recursos para a biblioteca municipal Alfredo Timm, nos dois últimos PPAs desenvolvidos pela administração municipal.

Tabela 4 - Recursos destinados a biblioteca do município de Bom Jesus do Norte (Biblioteca Romeu Couto) nos programas, projetos e ações para a área da cultura - 2014 a 2019

Previsão Orçamentária para Secretária de Cultura e Turismo - PPA		Execução Orçamentária pela Secretária de Cultura e Turismo	Projetos da Secretária de Cultura e Turismo	Ações ou atividades diretamente vinculadas a BPM	Recursos Destinado para a BPM	Percentual do PPA em relação ao PIB do Município
ANO	R\$	R\$	Nº	Nº	%	%
2014 ²²	125.000,00	-	2	2	-	0,47
2015 ²³	127.000,00	-	2	2	-	0,38
2016	129.500,00	3.207,29	2	2	74,90%	0,35
2017	133.000,00	2.400,00	2	2	74,00%	0,37
2018	130.000,00	7.966,37	4	2	73,07%	0,50
2019	138.000,00	13.854,99	4	2	70,29%	0,52

Fonte: produção do próprio autor.

²⁰ Dados relativos ao orçamento do ano de 2014 não disponibilizados no portal da transparência pela administração pública municipal.

²¹ Dados relativos à execução orçamentária até o mês de outubro de 2016, dados relativos aos meses de novembro de dezembro não disponibilizados no portal da transparência pela administração pública municipal.

²² Dados relativos à execução orçamentária do ano de 2014 não disponibilizados no portal da transparência pela administração pública municipal.

²³ Dados relativos à execução orçamentária do ano de 2015 não disponibilizados no portal da transparência pela administração pública municipal.

Na Tabela 4 observa-se que o Município de Bom Jesus do Norte contemplou a biblioteca municipal Romeu Couto em seu planejamento orçamentário, todavia, os dados da execução orçamentária do município revelam que há uma insuficiência de recursos para o desenvolvimento das atividades desta biblioteca.

Tabela 5 - Recursos destinados a biblioteca do município de Atílio Vivácqua nos programas, projetos e ações para a área da cultura - 2014 a 2019

Previsão Orçamentária para Secretária de Cultura, Turismo, Esporte e Lazer - PPA		Execução Orçamentária pela Secretária de Cultura, Turismo, Esporte e Lazer	Projetos da Secretária de Cultura, Turismo, Esporte e Lazer	Ações ou atividades diretamente vinculadas a BPM	Recurso Destinado para a BPM	Percentual do PPA em relação ao PIB do Município
ANO	R\$	R\$	Nº	Nº	%	%
2014	957.100,00	312.015,00	2	0	0	3,40
2015	721.860,00	283.495,00	2	0	0	2,40
2016	636.620,00	402.178,00	2	0	0	2,03
2017	651.380,00	292.106,00	2	0	0	2,06
2018	556.300,00	360.519,87	3	0	0	1,73
2019	586.300,00	587.694,10	3	0	0	1,66

Fonte: produção do próprio autor.

Na Tabela 5 nos deparamos com os dados orçamentários do município de Atílio Vivácqua, verifica-se a ausência de previsão de recursos para a biblioteca municipal nos dois últimos PPAs desenvolvidos pela administração municipal.

Tabela 6 - Recursos destinados a biblioteca do município de Presidente Kennedy nos programas, projetos e ações para a área da cultura - 2014 a 2019

Recurso Destinado a Secretária de Cultura, Turismo, Esporte e Lazer - PPA		Execução Orçamentária pela Secretária de Cultura e Turismo	Projetos da Secretária de Cultura e Turismo	Ações ou atividades diretamente vinculadas a BPM	Recurso Destinado para a BPM	Percentual do PPA em relação ao PIB do Município
ANO	R\$	R\$	Nº	Nº	%	%
2014 ²⁴	1.950.000,00	226.259,31	3	1	12,82	0,03
2015	1.970.000,00	421.401,80	3	1	15,23	0,03
2016	2.152.000,00	304.974,10	3	1	18,58	0,03
2017	2.231.000,00	286.231,80	3	1	14,97	0,03
2018	1.439.000,00	360.111,00	3	1	78,80	0,01
2019	1.531.000,00	134.873,60	3	1	77,79	0,01

Fonte: produção do próprio autor.

²⁴ Dados relativos à execução orçamentária até o mês de outubro de 2014, dados relativos aos meses de novembro de dezembro não disponibilizados no portal da transparência pela administração pública municipal.

Na Tabela 6 apresentamos os dados orçamentários do município de Presidente Kennedy, destaca-se a discrepância entre a previsão orçamentária constante no PPA e os valores executados. Verifica-se, contudo, a previsão de recursos para a biblioteca municipal nos dois últimos PPAs desenvolvidos pela administração municipal.

Tabela 7 - Recursos destinados a biblioteca do município de Santa Teresa (Biblioteca Orlando Nascimento) nos programas, projetos e ações para a área da cultura - 2014 a 2019

Recurso Destinado a Secretária de Cultura e Turismo - PPA		Execução Orçamentária pela Secretária de Cultura e Turismo	Projetos da Secretária de Cultura e Turismo	Ações ou atividades diretamente vinculadas a BPM	Recurso Destinado para a BPM	Percentual do PPA em relação ao PIB do Município
ANO	R\$	R\$	Nº	Nº	%	%
2014 ²⁵	1.480.000,00	-	5	0	0	2,28
2015	1.540.600,00	2.469.706,45	5	0	0	2,27
2016	1.616.197,00	1.455.141,02	5	0	0	2,28
2017	1.688.925,87	1.440.173,69	5	0	0	2,28
2018	2.550.060,00	1.856.916,11	5	0	0	3,96
2019	1.671.325,00	2.780.138,23	5	0	0	2,54

Fonte: produção do próprio autor.

Na Tabela 7 constata-se, a partir dos dados orçamentários do município de Santa Teresa, que a municipalidade não previu recursos para atender às demandas de custeio e investimento para a biblioteca municipal Orlando Nascimento.

Tabela 8 - Recursos destinados a biblioteca do município de Conceição da Barra (Biblioteca Professor Cunha Júnior) nos programas, projetos e ações para a área da cultura - 2014 a 2019

(continua)

Recurso Destinado a Secretária de Cultura e Turismo - PPA		Execução Orçamentária pela Secretária de Cultura e Turismo	Projetos da Secretária de Cultura e Turismo	Ações ou atividades diretamente vinculadas a BPM	Recurso Destinado para a BPM	Percentual do PPA em relação ao PIB do Município
ANO	R\$	R\$	Nº	Nº	%	%
2014	350.000,00	473.295,27	6	1	22,14	0,43
2015	381.500,00	48.499,48	6	1	26,55	0,41

²⁵ Dados relativos à execução orçamentária do ano de 2014 não disponibilizados no portal da transparência pela administração pública municipal

Tabela 8 - Recursos destinados a biblioteca do município de Conceição da Barra (Biblioteca Professor Cunha Júnior) nos programas, projetos e ações para a área da cultura - 2014 a 2019

(conclusão)

Recurso Destinado a Secretária de Cultura e Turismo - PPA		Execução Orçamentária pela Secretária de Cultura e Turismo	Projetos da Secretária de Cultura e Turismo	Ações ou atividades diretamente vinculadas a BPM	Recurso Destinado para a BPM	Percentual do PPA em relação ao PIB do Município
ANO	R\$	R\$	Nº	Nº	%	%
2016	417.470,00	0,00	6	1	26,60	0,54
2017	277.809,00	0,00	6	1	44,47	0,33
2018	167.000,00	11.246,30	6	0	0	0,18
2019	80.000,00	0,00	6	0	0	0,08

Fonte: produção do próprio autor.

A Tabela 8 evidencia uma supressão de recursos para a área cultural do município de Conceição da Barra, a partir do ano de 2017 e que se agudou nos anos seguintes. Além disso, a execução orçamentária se mostrou descontinuada e pouco homogênea, impactando negativamente na transferência de recursos para a biblioteca municipal Professor Cunha Júnior.

Tabela 9 - Recursos destinados a biblioteca do município de Domingos Martins (Biblioteca Argentina Lopes Tristão) nos programas, projetos e ações para a área da cultura - 2014 a 2019

Recurso Destinado a Secretária de Educação e Esportes - PPA		Execução Orçamentária pela Secretária de Educação e Esportes	Projetos e Ações para a promoção da Educação e Esportes	Ações ou atividades diretamente vinculadas a BPM	Recurso Destinado para a BPM	Percentual do PPA em relação ao PIB do Município
ANO	R\$	R\$	Nº	Nº	%	%
2014	27.270.000,00	29.256.117,83	12	1	0,69	38,62
2015	28.906.200,00	31.742.561,29	12	1	0,69	37,21
2016	30.542.400,00	32.186.726,97	12	1	0,69	39,17
2017 ²⁶	32.178.600,00	30.174.247,93	12	1	0,69	41,05
2018	36.634.400,00	36.709.657,44	10	1	0,46	42,45
2019	38.807.864,00	40.857.989,96	10	1	0,46	38,81

Fonte: produção do próprio autor.

²⁶ Dados relativos à execução orçamentária até o mês de outubro de 2017, dados relativos aos meses de novembro de dezembro não disponibilizados no portal da transparência pela administração pública municipal.

A Tabela 9 demonstra um raro caso de linearidade orçamentária, mesmo com os anos de 2018 e 2019 apresentando uma queda na destinação de recursos. Ainda assim, a execução orçamentária se mostrou contínua e homogênea para a biblioteca municipal Biblioteca Argentina Lopes Tristão.

Tabela 10 - Recursos destinados a biblioteca do município de Linhares (Biblioteca Antônio Azevedo Lima) nos programas, projetos e ações para a área da cultura - 2014 a 2019

Recurso Destinado a Secretária de Cultura, Turismo, Esporte e Lazer - PPA		Execução Orçamentária pela Secretária de Cultura, Turismo, Esporte e Lazer	Projetos e Ações para a promoção da Cultura, Turismo, Esporte e Lazer	Ações ou atividades diretamente vinculadas a BPM	Recurso Destinado para a BPM	Percentual do PPA em relação ao PIB do Município
ANO	R\$	R\$	Nº	Nº	%	
2014	351.000,00	1.211.530,43	7	-	0	0,07
2015	319.250,00	1.267.113,83	7	0	0	0,06
2016	339.462,50	897.462,44	7	0	0	0,06
2017	360.685,37	11.948,50	7	0	0	0,04
2018	6.133.992,00	1.533.368,53	12	1	1,63	0,96
2019	6.256.671,84	2.712.638,29	12	1	1,63	0,89

Fonte: produção do próprio autor.

A Tabela 10 revela que o município de Linhares passou a prever a partir de 2018, em seu PPA, recursos para a biblioteca municipal Antônio Azevedo Lima.

Tabela 11 - Recursos destinados a biblioteca do Município de Vitória (Biblioteca Adelpho Poli Monjardim) nos programas, projetos e ações para a área da cultura - 2014 a 2019

Recurso Destinado a Secretária de Cultura - PPA		Execução Orçamentária pela Secretária de Cultura	Projetos e Ações para a promoção da Cultura	Ações ou atividades diretamente vinculadas a BPM	Recurso Destinado para a BPM	Percentual do PPA em relação ao PIB do Município
ANO	R\$	R\$	Nº	Nº	%	%
2014	13.383.061,00	10.999.757,12	11	0	0	0,82
2015	13.383.061,00	9.489.267,96	11	0	0	0,79
2016	13.383.061,00	6.280.814,17	11	0	0	0,95
2017	13.383.061,00	8.845.126,75	11	0	0	1,00
2018	2.264.871,25	9.988.787,62	7	0	0	0,16
2019	2.264.871,25	11.043.659,10	7	0	0	0,14

Fonte: produção do próprio autor.

Por fim, a Tabela 11 revela que mesmo em um município de substancial arrecadação, a destinação de recursos para a biblioteca municipal se mostra precária. Vemos que a capital do Estado do Espírito Santo não previu recursos para custeio e investimento da biblioteca municipal Adelpho Poli Monjardim.

A seguir analisaremos os dados compilados e como reverberam nas ações e nas políticas públicas para as BPMs no Estado do Espírito Santo.

4.3 O SILENCIAMENTO DAS BIBLIOTECAS PÚBLICAS MUNICIPAIS COMO PROJETO

Nosso universo analítico se ocupou dos dados relativos aos orçamentos aprovados nos PPA, aprovados para o período que compreende os anos 2014 a 2021, e dos valores, efetivamente, executados ao longo dos exercícios de 2014 a 2019, para termos um cenário que nos ajudasse a compreender como os recursos estão sendo empregados para o fomento da cultura e, por conseguinte, fomentando as atividades bibliotecárias no Estado do Espírito Santo. Por essa razão optamos por analisar também, se houveram e quantos foram, os projetos que objetivaram destinar recursos exclusivos para as BPMs.

Por este indicativo já é possível aferir que as BPMs são invisibilizadas no orçamento, pois apenas em dois municípios da amostra houve projetos discriminados nos PPAs (2014-2017 e 2018-2021) que contemplavam às bibliotecas em seus orçamentos. Dos demais sete municípios, em quatro não havia projetos que previam recursos exclusivos para as BPMs e em três, havia ao menos um projeto que propunha recursos para as bibliotecas, no entanto, esses projetos não foram contínuos entre os anos de 2014 a 2019.

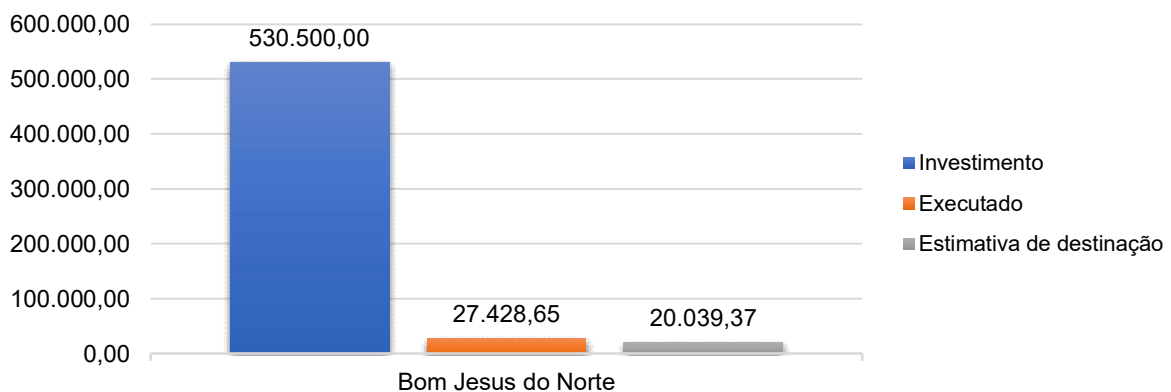
Ao analisarmos os valores inicialmente dotados para as pastas, verificou-se que os investimentos em cultura não são compreendidos como prioritários nos orçamentos municipais, os municípios destinaram para fomento de ações culturais, em média, menos de 1,0% do PIB previsto. No entanto, se voltarmos à atenção para o orçamento executado, verifica-se que esse número seria ainda menor, não ultrapassando 0,5% da arrecadação municipal. Caso tal previsão orçamentária

tivesse sido executada conforme o previsto no PPA, 11,80% dos recursos destinados à cultura, ao turismo, ao esporte e lazer teriam sido destinados para o desenvolvimento das atividades das bibliotecas.

Todavia, a execução orçamentária não reflete o orçado, por diversas razões: perda de arrecadação, cortes em receitas provenientes de fundos, *royalties* e repasses da União. Vale ressaltar que essa pesquisa não se ocupou das questões tributárias que perpassam o pacto federativo, contudo, com base nos dados cotejados, podemos verificar que há discrepâncias entre o PPA e os números da execução orçamentária, que merecem destaque em nossa análise, pois demonstram que apenas incluir projetos e ações voltadas para as BPMs no PPA não garante que o repasse do recurso estará assegurado.

Vejamos os dados das cidades que contemplaram em seus PPAs ações diretamente vinculadas às BPMs. Comparando dados da previsão orçamentária (PPA) com dados da execução orçamentária, verificamos que a cidade de Bom Jesus do Norte estimou, para os anos de 2016 a 2019, um investimento de R\$ 530.500,00 em cultura e turismo, tendo executado 5,17% deste total, chegando ao montante de R\$ 27.428,65. Considerando que, percentualmente, foi dotado 73,06% do orçamento para a BPM, estima-se que tenha recebido recursos municipais da ordem de R\$ 20.039,37. A relação entre o orçamento previsto, a execução e o montante que deveria ter sido destinado às BPMs, consta ilustrada no gráfico 1 que segue:

Gráfico 1 - Dotação e execução orçamentária de Bom Jesus do Norte

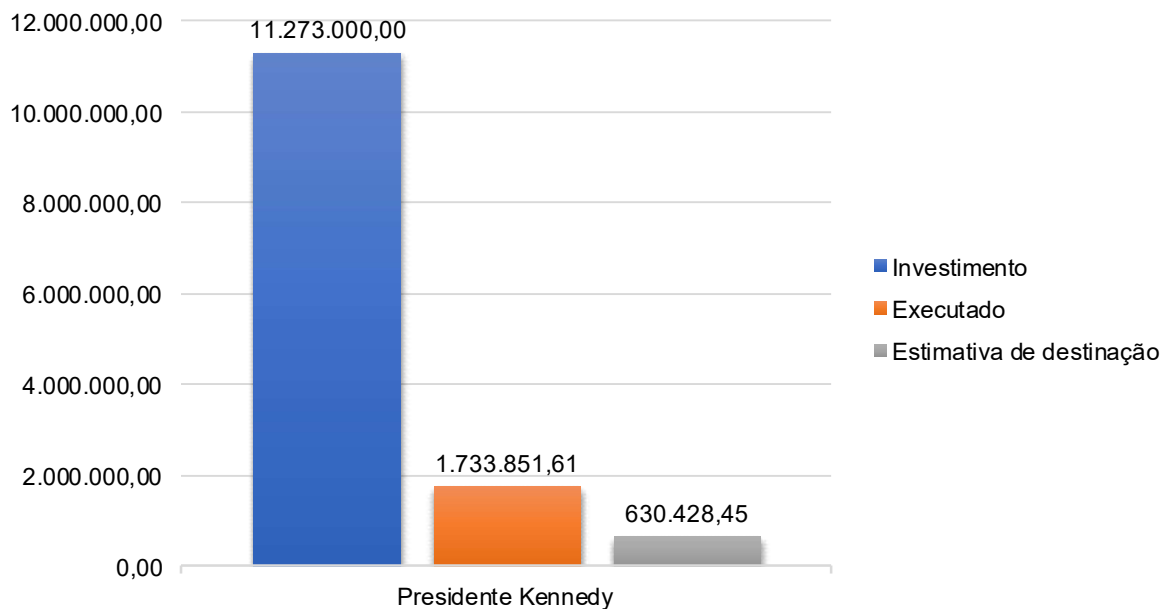


Fonte: Bom Jesus do Norte (2016, 2017b, 2018, 2019).

Nota: apresentação dos dados adaptada pelo autor.

Já o município de Presidente Kennedy aprovou, para os anos de 2014 a 2019, um orçamento de R\$ 11.273.000,00 para os programas de ações da secretaria de cultura, turismo, esporte e lazer. No entanto, executou R\$ 1.733.851,61 que corresponde a 15,38% da dotação inicialmente prevista. Considerando tais números, estima-se que a BPM de Presidente Kennedy tenha recebido, entre 2014 e 2019, o valor bruto de R\$ 630.428,45. A relação entre o orçamento previsto, a execução e o montante que deveria ter sido destinado às BPMs, consta ilustrada no gráfico 2 abaixo:

Gráfico 2 - Dotação e execução orçamentária de Presidente Kennedy

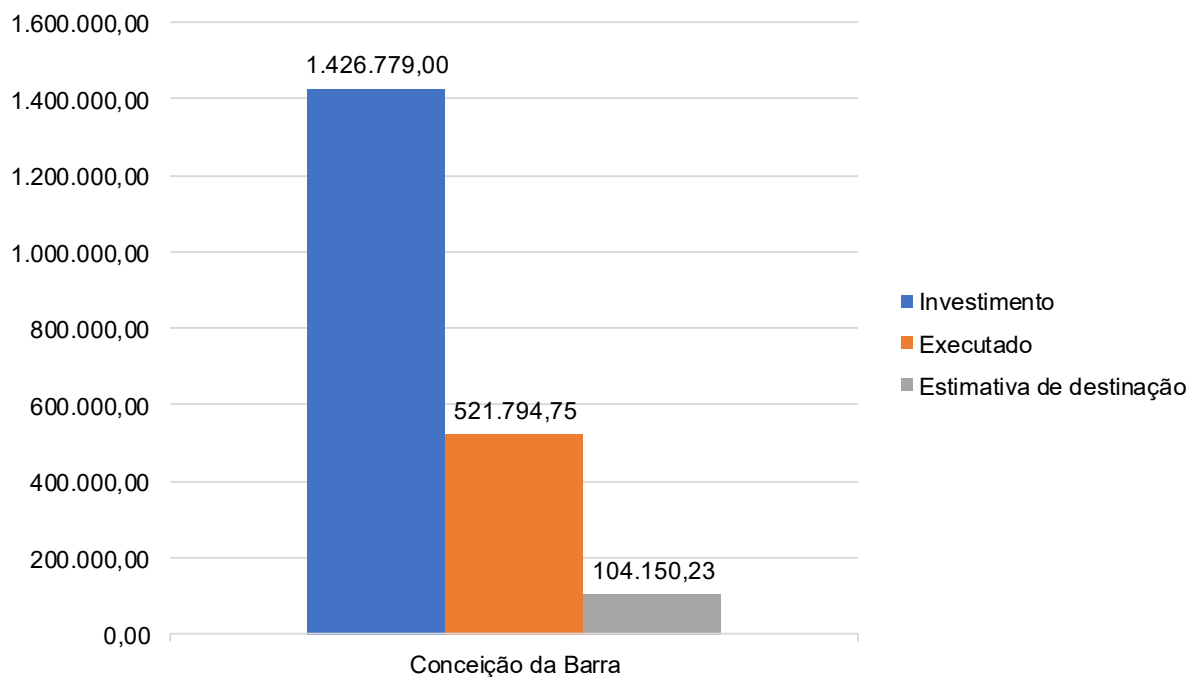


Fonte: Presidente Kennedy (2014b, 2016, 2017b, 2018, 2019, 2020).

Nota: apresentação dos dados adaptada pelo autor.

Em Conceição da Barra estimou-se R\$ 1.426.779,00, para atendimento das áreas de cultura e turismo, e foram executados R\$ 521.794,75 perfazendo 36,57% do orçamento inicial. Considerando que a biblioteca tenha recebido, ao longo dos anos de 2014 a 2019, 19,96% do montante executado, deveria ter sido transferido R\$ 104.150,23 para custeio e manutenção da BPM. A relação entre o orçamento previsto, a execução e o montante que deveria ter sido destinado às BPMs, consta ilustrada no gráfico 3 abaixo:

Gráfico 3 - Dotação e execução orçamentária de Conceição da Barra



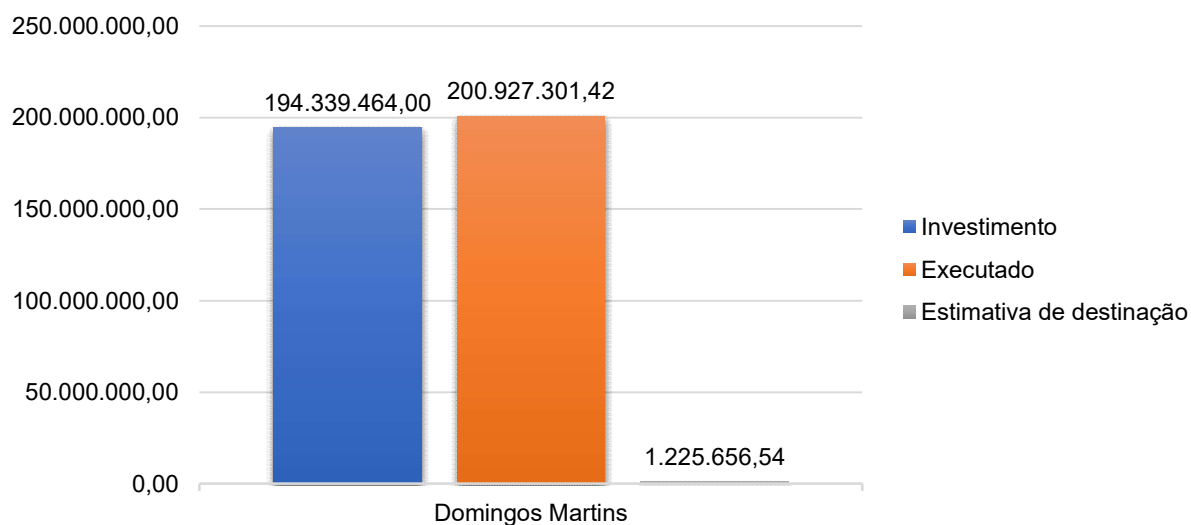
Fonte: Conceição da Barra (2014, 2015, 2017b, 2018, 2019, 2020).

Nota: apresentação dos dados adaptada pelo autor.

Os dados demonstram que, mesmo quando a BPM é inserida no PPA, os sucessivos cortes no orçamento fazem com que os valores transferidos sejam insuficientes para atender as demandas da biblioteca, pois em números absolutos observou-se que os recursos dos municípios citados, passíveis de destinação as BPMs no universo temporal de 2014 a 2019, somam o montante de R\$ 384.680,81.

Talvez isso explique a opção da administração pública de Domingos Martins de vincular as ações e os projetos da BPM à secretaria de educação, que orçou, para o intervalo de anos que compreende 2014 a 2019, um investimento de R\$ 194.339.464,00, e executou R\$ 200.927.301,42. Deste modo, considerando que no PPA da cidade de Domingos Martins houve uma dotação orçamentária indicando investimentos médios para atividades da BPM de 0,61% dos valores destinados a pasta de educação, podemos inferir que ao longo de cinco anos a biblioteca possivelmente recebeu recursos na ordem de R\$ 1.225.656,54. A relação entre o orçamento previsto, a execução e o montante que deveria ter sido destinado às BPMs, consta ilustrada no gráfico 4 que segue:

Gráfico 4 - Dotação e execução orçamentária de Domingos Martins

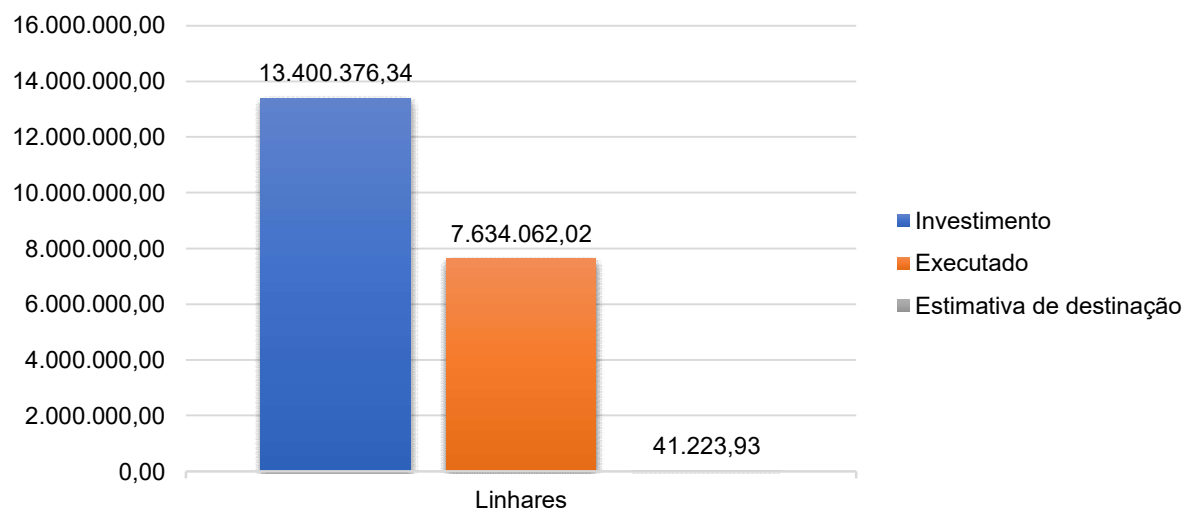


Fonte: Domingos Martins (2014, 2017b, 2017c, 2017d, 2019, 2020).

Nota: apresentação dos dados adaptada pelo autor.

A última cidade que destacou, em seu orçamento inicial, recursos para a BPM foi a cidade de Linhares que, entre os anos de 2014 e 2019, dotou para as BPMs um percentual médio de 0,54%, que corresponde ao valor de R\$ 41.223,93 sobre o total executado de R\$ 7.634.062,02. O montante previsto inicialmente para a pasta era de R\$ 13.400.376,34. A relação entre o orçamento previsto, a execução e o montante que deveria ter sido destinado às BPMs, consta ilustrada no gráfico 5 que segue:

Gráfico 5 - Dotação e execução orçamentária de Linhares



Fonte: Linhares (2014, 2016, 2017b, 2018, 2019, 2020).

Nota: apresentação dos dados adaptada pelo autor.

As cidades de Vila Pavão, Atílio Vivácqua, Santa Teresa, Vitória não discriminaram em seus PPAs, de 2014 a 2021, ações e projetos voltados diretamente para as BPMs. Por esta razão, com base nos documentos que analisamos, não foi possível aferir os recursos, efetivamente, destinados para a manutenção e o fomento das bibliotecas, nas referidas cidades.

No que tange à organização administrativa municipal, vemos predominância no arranjo que vincula as pastas de cultura e turismo em uma única secretaria – cinco municípios optam por esse arranjo. Em dois municípios estão vinculadas, na mesma secretaria, as pastas de cultura, turismo, esporte e lazer. O município de Vitória é o único em que os assuntos culturais são tratados em secretaria própria e no município de Domingos Martins, a BPM está vinculada à secretaria de Educação e Esportes.

A vinculação entre cultura e turismo, majoritariamente, nos instiga a reflexão de que as bibliotecas ainda se encontram circunscritas em uma perspectiva cultural que as vinculam como espaços turísticos, como afrescos servindo para compor um cenário histórico que ajuda a contar uma história oficial e que as associam a um passado idealizado, geralmente, romântico em relação à colonização europeia. Em outras palavras, nas gestões municipais prevalece-se o equívoco de pensar as bibliotecas como espaços exclusivos do passado, pontos turísticos e memoriais que remonta ao século XIX.

A sua conformação e a sua organização espacial situam-se no padrão que pouco mudou desde 1811, quando foi criada em Salvador a primeira biblioteca pública no Brasil. Basicamente o cenário é o mesmo: estantes com livros, mesas e, quase sempre, uma divisória entre os livros e os seus leitores (MILANESI, 2013, p. 61).

Nessa condição as BPMs são compreendidas pela municipalidade como espaços confinados ao passado, coisa para grupos seletos e para erudição. Tal visão se reflete nas políticas orçamentárias, validada pela narrativa de que apenas os ricos “consomem” cultura ou leem, como afirmou a Receita Federal vinculada ao Ministério da Economia²⁷, retroalimentando a opção por não investir nas BPMs,

²⁷ Conforme pode ser verificado na reportagem da CNN Brasil (2021).

justificando-a com o argumento preconceituoso de que apenas as pessoas com condições financeiras elevadas desenvolvem hábitos de leitura.

A falta de investimento público contribui para que as BPMs sejam reduzidas a uma lógica homogênea, que se efetiva por meio de parcerias público-privadas, com organizações não governamentais que ofertam uma gama de serviços – digitais majoritariamente, com orientação mercadológica e voltada para o empreendedorismo e a inovação, pois para as massas as iniciativas públicas devem servir para formação de mão de obra e para inculcar a compreensão de empreenderem-se a si mesmos, mostrando que a narrativa neoliberal, da *new public management*, se arvora, também, nas BPMs com potencial para agravar ainda mais o cenário de instrumentalização das consciências no mundo capitalista. Tal narrativa vale-se da aposta na competência e na capacidade individualizada dos sujeitos se adaptarem a um modo de vida predatório e competitivo e, assim, destacarem-se pelos seus méritos.

Os dados cotejados evidenciam uma prática sistemática de cortes orçamentários na área cultural e, em especial, nas BPMs, acarretando uma prestação de serviço precarizada e que inviabiliza a manutenção e o custeio das BPMs. Para ilustrar trazemos reflexão contida em Milanesi (2013) a respeito da precariedade do acervo:

Os acervos impróprios – aqueles que não se relacionam com o público ao qual se destinam – foram criados em décadas, de forma fortuita, sem previsão, sem planejamento. Como raramente existiram no orçamento dos municípios recursos para compra de livros e política continuada para tal, os impressos foram juntados aleatoriamente, ora provenientes de doações governamentais desnecessárias, ora de faxinas domésticas. As doações estaduais e federais, provavelmente, foram as maiores provedoras de livros. Na área federal, o precursor foi o Instituto Nacional do Livro, criado em 1937 no Estado Novo. O INL implantou uma prática que foi a síntese da política governamental para as bibliotecas: doação ocasional de livros. Os pacotes com os mesmos livros eram remetidos para bibliotecas diferentes e destinadas a públicos específicos. Nunca houve a preocupação de formar acervos básicos essenciais. O resultado disso foi a formação e a ampliação de acervos de pouco interesse. Essa precariedade de acervo foi um dos fatores que levaram ao esvaziamento das bibliotecas municipais (MILANESI, 2013, p. 62).

Fica evidente que a supressão das BPMs do orçamento das cidades, trata-se de uma estratégia política que desobriga os municípios a desenvolverem políticas públicas para as bibliotecas, em uma mostra do quão firme é o compromisso do

Estado brasileiro com a conjuntura neoliberal em sua defesa no controle dos gastos públicos e na supressão do Estado como garantidor de bens públicos e de mecanismos de proteção social. Tal projeto alija a sociedade da possibilidade de ter um contato mediado com a informação, por meio das BPMs e da pragmática biblioteconômica.

Essa opção traz perdas significativas para a sociedade, devido a capacidade das BPMs incidirem sob a sociedade, na perspectiva que defendemos nessa dissertação, estabelecendo-se como arenas informativas, comunicativas e mediando as inter-relações informativas, considerando os complexos movimentos de conectividade dos indivíduos, sendo necessárias para solidificar os acessos às bases de conhecimento local e às demais fontes de informação e conhecimento disseminadas na sociedade contemporânea. Ou seja, atuando como esferas públicas em uma perspectiva habermasiana de razão orientada por atos comunicativos.

A gênese das BPMs reside na sua capacidade de ser um ambiente orientado pelo *agir comunicativo* e não apenas um lugar de guarda da informação e do conhecimento, reconhecendo que a lógica informativa perpassa, transversalmente, todas as áreas do *mundo da vida* e isso demanda que a biblioteca também ocupe esses espaços, para que a *práxis* biblioteconômica produza a adequada relação com a informação, no que tange à sua recuperação e difusão, para a produção do conhecimento, promoção da igualdade e da justiça social na sociedade da informação.

É, então, uma institucionalidade que visa tanto a oferta de recursos quanto serviços para cobrir as lacunas de conhecimento entre os cidadãos, bem como para garantir a direito humano de acesso à informação de diferentes indivíduos e grupos sociais. Se trata de uma institucionalidade a serviço do povo e a favor do bem que beneficia mulheres e homens, sem qualquer distinção (MENESES-TELLO, 2019, p. 919).

A pesquisa em curso desvelou uma sistemática supressão de recursos para atender as demandas culturais dos municípios e, em consequência, das BPMs, haja visto estarem em sua maioria vinculadas às secretarias de cultura ou de cultura e turismo, como a pesquisa demonstrou, tanto nas cidades com maior capacidade de geração

de receitas, como ocorre na cidade de Vitória, capital do Estado do Espírito Santo, quanto em cidades com menor capacidade de arrecadação tributária, como é o caso do Município de Vila Pavão, na região noroeste do Espírito Santo. Tal prática orçamentária encontra pouca oposição, inclusive entre a classe bibliotecária, que com frequência laureia, por meio de suas entidades de classe, como boas práticas dos profissionais sua capacidade de desenvolver minimamente o trabalho em condições precarizadas, numa mostra de como a narrativa neoliberal das competências e do empreender-se a si mesmo e das tecnologias foi recebida sem o crivo crítico que possa se opor a uma prática orçamentária que desfavorece as atividades das BPMs.

Por fim, entendemos ser via a luta por políticas públicas que efetivamente insiram as BPMs na dinâmica dos municípios e a consequente revisão orçamentária, condição para que possa haver possibilidade de desenvolvimento da ambiência que permita as BPMs atuarem, numa perspectiva contra hegemônica e comprometida com a emancipação dos sujeitos e não somente com sua adequação a lógica neoliberal.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa buscou desvelar como se constitui a produção de invisibilidade das BPMs no Estado do Espírito Santo, no contexto da sociedade capitalista neoliberal contemporânea, colonizando e instrumentalizando suas instituições para atender as demandas do capital financeiro. Designando ao Brasil o papel melancólico na divisão internacional do trabalho, de agroexportador e produtor de *commodities*, em um modelo que consome os recursos do país e produz tragédias ambientais e sociais em série.

O neoliberalismo instrumentaliza as consciências, por meio de engendramentos que se verificam na vida cotidiana da sociedade contemporânea hiperconectada ditando o fluxo de informações que geram as demandas de consumo de conteúdo, monitorando as audiências e seu engajamento. Portanto, defender que as BPMs sejam instituições reconhecidas de interação informativo-social é defender o esvaziamento do imperativo econômico neoliberal nas relações estabelecidas entre sociedade e o Estado com a informação, pois essas ideias distorcem o papel do Estado e o colocam a serviço de um modelo homogeneizante de sociedade orientado para produção, consumo e lucro.

Para tanto, é necessário desvelar os mecanismos que inviabilizam as BPMs, sejam eles, narrativos, tecnológicos, financeiros etc., que inviabilizam as BPMs, conhecendo-os, podemos efetivamente debater políticas públicas para as bibliotecas, em especial, para as BPMs no Estado do Espírito Santo. Essa necessidade se justifica pela predominância de uma narrativa neoliberal que tornou lugar comum, na contemporaneidade, a expressão sociedade da informação, utilizada para referir-se a um tipo de sociedade que busca garantir que a informação seja distribuída de forma rápida e profusa, e que localiza, nos avanços tecnológicos digitais, os caminhos para a instantaneidade informativa, que nos mantém em um contínuo e patológico estado de alerta.

A complexificação da sociedade ao longo da evolução humana impactou a relação com a informação, porém, não pode ser confundida com emancipação dos sujeitos, e o modelo econômico hegemônico (capitalismo) não pode ser apresentado como o

último estágio evolutivo da humanidade, ao contrário, esse cenário contribui para a manutenção da racionalização monetária e pragmática servindo como via de alienação e subjugação das classes que não detêm os meios de produção.

As discussões e críticas à razão instrumentalizada pelo capital, vivenciada na contemporaneidade e que exacerba o poder econômico em detrimento do *mundo da vida*, são necessárias, pois atuam como instrumento de resistência à lógica reducionista monetarizante que se instaura na sociedade e macula as práticas informativas.

Acreditamos no potencial transformador da aproximação da pragmática biblioteconômica com a sociedade civil organizada, tendo em vista uma política que integre as práticas das BPMs com as atribuições da administração pública direta. Entendendo as BPMs como espaços que, por excelência, podem assumir a tarefa de comunicar ações e políticas públicas à população, a partir de um processo de ressignificação que perpassa o exercício de evidenciar sua necessidade e importância na sociedade do século XXI buscando identificar relações de transversalidade que permitam diálogo entre a CI e a Biblioteconomia com as demais áreas do conhecimento.

Pelo esforço de pesquisa constituímos uma visão das BPMs como *Esfera Pública* compreendendo como *Esfera Pública* o espaço em que o indivíduo se constitui como ser político (HABERMAS, 2003), pela sua capacidade de propiciar momentos de olhar crítico e de distanciamentos reflexivos aos cidadãos, de sua realidade, que atuam como ente do Estado capaz de promover a ambiência pública adequada para a ação formativa emancipatória via relação crítica com a informação para produção de conhecimento.

Durante o percurso de pesquisa buscamos demonstrar nossa oposição ao modelo neoliberal de gestão pública adotada pelo Estado Brasileiro, e como essa escolha inviabiliza o desenvolvimento de um projeto que insira as bibliotecas, em particular, as públicas municipais na dinâmica informativa e comunicativa das cidades pela asfixia orçamentária travestida de responsabilidade fiscal e seguindo a cartilha neoliberal austera para o povo e condescendente com o capitalismo financeiro.

Abordamos também a forma como as TIC são apresentadas como uma evolução natural da interação comunicativa humana. E a percepção de que rumamos para uma sociabilidade que se estabelece, prioritariamente, no ciberespaço, parece fato consumado na sociedade do século XXI. A pandemia de Covid-19 que aplacou o mundo no fim de 2019, já é usada como exemplo de uma nova ordem, na qual, pela conectividade cibernética foi possível estabelecer um “novo normal” e conviver produtivamente em meio a um mundo pandêmico. Muito embora, os dados cotejados nessa pesquisa revelem que a situação de conectividade brasileira é precária e que há um novo mito sendo gestado no país, o mito da democracia digital.

Entretanto, nesta pesquisa optou-se por estabelecer uma relação de ceticismo quanto à capacidade do ciberespaço em possibilitar a criação de arenas de opinião pública, autônomas e libertas das maquinações do capitalismo. Ao contrário, percebeu-se que nesse espaço há uma intensa operação algorítmica que modula as experiências do usuário conforme os dados imputados nas plataformas digitais. Portanto, a ideia presente nas redes sociais digitais de uma comunicação direta e não mediada não é genuína, e essas plataformas têm hoje grande capacidade de homogeneizar as consciências, criar demandas de consumo e monetizar engajamentos que são aferidos a todo o momento pelas tecnologias e pelos dispositivos criados pelas gigantes da tecnologia digital.

Por essa razão, reconhecemos no conceito habermasiano de *Esfera Pública* e na TAC, a fundamentação com capacidade de analisar as bibliotecas e de atribuir as BPMs uma percepção de mediação da informação presente na pragmática biblioteconômica, em uma perspectiva de ação orientada ao entendimento, a partir de uma racionalidade orientada sobre processos de comunicação que diferenciam sistema e afetam as interações culturais, sociais e humanas. Aproximando os saberes e os fazeres próprios do campo biblioteconômico com a TAC, a partir do entendimento de que pelas linguagens e pelos vocabulários nós interpretamos e explicitamos nossos sentimentos morais e estes não devem ser dogmáticos de tal forma a encerrarem os sujeitos apenas nessas realidades.

Nesse sentido, a associação com a TAC contribui para a fundamentação da ideia de mediar à informação em CI em uma perspectiva em que as BPMs se convertam nessa esfera pública do Mundo da Vida, em que se processa esse trabalho de interpretação e disponibilização da informação, via ambiência que mitigue o risco de desacordo presente em todo processo de entendimento.

Assim, a TAC intenta uma interação entre os partícipes da ação comunicativa em que se pacifiquem motivações do plano individual e busquem, no fim, consensos linguísticos. Tais consensos ocorrem a partir de atos de fala, nos quais os falantes manifestam suas pretensões de validade suscetíveis a críticas, ou seja, suscetíveis ao contra-argumento e à contestação para, finalmente, chegar ao entendimento. Aproxima-se a TAC da pragmática biblioteconômica dado a esse interesse de, pela via comunicativa, buscar construir uma definição comum e estabelecer um consenso para um determinado assunto.

No processo de mediar à informação, o bibliotecário intenta extrair do usuário os termos que melhor caracterizam o conteúdo buscado e, a partir de um consenso produzido pela ação comunicativa são definidos uma seleção de termos que se efetiva por meio de palavras-chave, descritores e resumos. Logo, a BPM, pela pragmática biblioteconômica, busca estabelecer-se como um elo facilitador do consenso entre o autor e o sujeito com necessidade informacional, atuando assim na mediação da informação a partir de consenso linguístico, trazendo para a biblioteca a perspectiva de converte-se em uma esfera pública sob o aspecto de coordenação de ações que promovam a integração social.

Por fim, compreendemos que para a efetivação de um caminho que retire as BPMs de uma lógica de invisibilidade, passa pela aplicação do conceito de *Esfera Pública*, orientada pelo Agir Comunicativo, nesses espaços. O que possibilitará discutir o lugar das bibliotecas na construção de uma sociabilidade não subordinada aos meios, dinheiro e poder, desvelando o impacto da narrativa neoliberal sobre o Estado e atuando para manter vivo o debate político e o direito ao contraditório.

REFERÊNCIAS

ABIDO, L. Algoritmos e democracia: reflexões sobre a influência da inteligência artificial nos processos democráticos contemporâneos. *In*: MAPELLI, A.; GIONGO, M.; CARNEVALE, R. (orgs.). **Os impactos das novas tecnologias no Direito e na Sociedade**. Erechim: Deviant, 2018.

ADORNO, Theodor Ludwig Wiesengrund; HORKHEIMER, Max. **Dialética do esclarecimento**. Tradução de Guido Antonio de Almeida. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1985.

ALMEIDA JUNIOR, Oswaldo Francisco de; BORTOLIN, Sueli. Mediação da informação e da leitura. *In*: SEMINÁRIO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO-UEL, 2., 2007, Londrina. **Anais eletrônicos** [...]. Londrina: UEL, 2017. Disponível em: https://www.researchgate.net/profile/Oswaldo_Almeida_Junior/publication/27776912_Mediacao_da_Informacao_e_da_Leitura/links/56aa0d9a08ae2df82166bde6.pdf. Acesso em: 28 abr. 2019.

ALVES, Marcos Alexandre; MELLO, Paloma Lencina. Consciência social, comunidade ética e crítica da alienação em Habermas. **Aufklärung**: Revista de Filosofia, Paraíba, v. 3, n. 2, p. 113-126, out. 2016. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/4715/471555232008.pdf>. Acesso em: 28 abr. 2019.

AMARO, Bianca. O bibliotecário e seu relacionamento com a tecnologia. *In*: RIBEIRO, Anna Carolina Mendonça Lemos; FERREIRA, Pedro Cavalcanti Gonçalves (Org.). **Bibliotecário do século XXI: pensando o seu papel na contemporaneidade**. Brasília: Ipea, 2018. Disponível em: <http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/8675/1/O%20Bibliotec%C3%A1rio.pdf>. Acesso em: 17 jan. 2019.

ARAÚJO, Carlos Alberto Ávila. Estudos de usuários: pluralidade teórica, diversidade de objetos. *In*: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 9., 2008, São Paulo. **Anais** [...]. São Paulo: USP, 2008. Disponível em: <http://bogliolo.eci.ufmg.br/downloads/ARAUJO%20Enancib%202008.pdf>. Acesso em: 13 maio 2019.

ARAÚJO, Carlos Alberto Ávila. O que é Ciência da Informação? **Inf. Inf.**, Londrina, v. 19, n. 1, p. 1-30, jan./abr. 2014. Disponível em: <http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/informacao/article/view/15958>. Acesso em: 22 jun. 2019.

ATÍLIO VIVÁCQUA (ES). **Lei nº 1.189 de 19 de dezembro de 2017**. Dispõe sobre o Plano Plurianual para o Município de Atílio Vivácqua, para o período de 2018 a 2021. Atílio Vivácqua, ES: Gabinete do Prefeito, 2017a. Disponível em: <https://www.pmav.es.gov.br/uploads/documento/20180109101844-lei-n-1189-2017-plano-plurianual-2018-2021.pdf>. Acesso em: 20 jun. 2020.

ATÍLIO VIVÁCQUA (ES). **Lei nº 1041/2013 – de 25 de novembro de 2013**. Dispõe sobre o Plano Plurianual para o Município de Atílio Vivácqua, para o período de

2014 a 2017. Atílio Vivácqua, ES: Prefeitura Municipal, 2013. Disponível em: <https://www.pmav.es.gov.br/uploads/documento/20170906101011-plano-plurianual-ppa-lei-n-1041-2013.pdf>. Acesso em: 20 jun. 2020.

ATÍLIO VIVÁCQUA (ES). Relatório resumido da execução orçamentária: demonstrativo da execução das despesas por função/subfunção: orçamento fiscal e de seguridade social: bimestre novembro / dezembro de 2014. Atílio Vivácqua, ES: Município de Atílio Vivácqua, 2015. Disponível em: <https://www.pmav.es.gov.br/uploads/prestacaodecontas/6/Anexo-II-Dem-Exec-Desp-Funcao-e-Sub-Funcao-nov-e-dez-de-2014/Anexo-II-Dem-Exec-Desp-Funcao-e-Sub-Funcao-nov-e-dez-de-2014.pdf>. Acesso em: 14 jun. 2020.

ATÍLIO VIVÁCQUA (ES). Relatório resumido da execução orçamentária: demonstrativo da execução das despesas por função/subfunção: orçamento fiscal e de seguridade social: janeiro a dezembro de 2015 / bimestre novembro - dezembro. Atílio Vivácqua, ES: Prefeitura Municipal de Atílio Vivácqua – ES, 2016. Disponível em: <https://www.pmav.es.gov.br/uploads/prestacaodecontas/6/LRF-2015-PMAV-6-BIM-PUBLICACAO-RREO-ANEXO-2-FUNCAO/LRF-2015-PMAV-6-BIM-PUBLICACAO-RREO-ANEXO-2-FUNCAO.pdf>. Acesso em: 10 jun. 2020.

ATÍLIO VIVÁCQUA (ES). Relatório resumido da execução orçamentária: demonstrativo da execução das despesas por função/subfunção: orçamento fiscal e de seguridade social: janeiro a dezembro de 2016 / bimestre novembro - dezembro. Atílio Vivácqua, ES: Prefeitura Municipal de Atílio Vivácqua – ES, 2017b. Disponível em: <https://www.pmav.es.gov.br/uploads/prestacaodecontas/6/LRF-2016-PMAV-6-BIM-PUBLICACAO-RREO-ANEXO-2-FUNCAO/LRF-2016-PMAV-6-BIM-PUBLICACAO-RREO-ANEXO-2-FUNCAO.pdf>. Acesso em: 5 jun. 2020.

ATÍLIO VIVÁCQUA (ES). Relatório resumido da execução orçamentária: demonstrativo da execução das despesas por função/subfunção: orçamento fiscal e de seguridade social: janeiro a dezembro de 2017 / bimestre novembro - dezembro. Atílio Vivácqua, ES: Prefeitura Municipal de Atílio Vivácqua – ES, 2018. Disponível em: <https://www.pmav.es.gov.br/uploads/documento/20180209155107-anexo-ii-demonstrativo-de-execucao-de-desp-por-funcao-.pdf>. Acesso em: 21 jun. 2020.

ATÍLIO VIVÁCQUA (ES). Relatório resumido da execução orçamentária: demonstrativo da execução das despesas por função/subfunção: orçamento fiscal e de seguridade social: janeiro a dezembro de 2018 / bimestre novembro - dezembro. Atílio Vivácqua, ES: Prefeitura Municipal de Atílio Vivácqua – ES, 2019. Disponível em: <https://www.pmav.es.gov.br/uploads/documento/20190312110657-anexo-2-demonstrativo-de-execucao-de-desp-por-funcao-s.pdf>. Acesso em: 23 jun. 2020.

ATÍLIO VIVÁCQUA (ES). Relatório resumido da execução orçamentária: demonstrativo da execução das despesas por função/subfunção: orçamento fiscal e de seguridade social: janeiro a dezembro de 2019 / bimestre novembro - dezembro. Atílio Vivácqua, ES: Prefeitura Municipal de Atílio Vivácqua – ES, 2020. Disponível em: <https://www.pmav.es.gov.br/uploads/documento/20200217101616-anexo-2-demonstrativo-de-execucao-de-desp-por-funcao-s.pdf>. Acesso em: 28 jun. 2020.

BICHERI, Ana Lúcia Antunes de Oliveira. **A mediação do bibliotecário na pesquisa escolar face a crescente virtualização da informação**. 2008. 197 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília, 2008. Disponível em: https://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/93713/bicheri_alao_me_mar.pdf?sequence=1&isAllowed=y. Acesso em: 28 abr. 2019.

BOM JESUS DO NORTE (ES). **Lei nº 017/2017**. Dispõe sobre o Plano Plurianual para o período de 2018 a 2021. Bom Jesus do Norte, ES: Gabinete do Prefeito, 2017a. Disponível em: <https://s3.amazonaws.com/el.com.br/portal/uploads/1833/arquivos/DF0241ACBFB92003C520DF62F81AB005.pdf>. Acesso em: 10 jun. 2020.

BOM JESUS DO NORTE (ES). **Lei nº 041/2013**. Dispõe sobre o Plano Plurianual para o período de 2014 a 2017. Bom Jesus do Norte, ES: Gabinete do Prefeito, 2013. Disponível em: <https://s3.amazonaws.com/el.com.br/portal/uploads/1833/65DA2FE4DAFA4B57A6FBAA188D20839F/CPE/2017/Quadrienal/3A4CEB4DEE82BCB9FBE69533BD899FA6.pdf>. Acesso em: 20 jun. 2020.

BOM JESUS DO NORTE (ES). **Relatório resumido da execução orçamentária: demonstrativo da execução das despesas por função/subfunção: orçamento fiscal e de seguridade social: 6º bimestre de 2016 - novembro a dezembro de 2016**. Bom Jesus do Norte, ES: Prefeitura Municipal de Bom Jesus do Norte, 2016. Disponível em: <https://s3.amazonaws.com/el.com.br/portal/uploads/1833/65DA2FE4DAFA4B57A6FBAA188D20839F/CPE/2016/Bimestral/0C619E043D6BBE575A1A5643A9A9F473.pdf>. Acesso em: 15 jun. 2020.

BOM JESUS DO NORTE (ES). **Relatório resumido da execução orçamentária: demonstrativo da execução das despesas por função/subfunção: orçamento fiscal e de seguridade social: 6º bimestre de 2017 - novembro a dezembro de 2017**. Bom Jesus do Norte, ES: Prefeitura Municipal de Bom Jesus do Norte, 2017b. Disponível em: <https://s3.amazonaws.com/el.com.br/portal/uploads/1833/arquivos/BF8AC8E61F70AC0CE5B33108E67AD746.pdf>. Acesso em: 15 jun. 2020.

BOM JESUS DO NORTE (ES). **Relatório resumido da execução orçamentária: demonstrativo da execução das despesas por função/subfunção: orçamento fiscal e de seguridade social: 6º bimestre de 2018 - novembro a dezembro de 2018**. Bom Jesus do Norte, ES: Prefeitura Municipal de Bom Jesus do Norte, 2018. Disponível em: <https://s3.amazonaws.com/el.com.br/portal/uploads/1833/arquivos/4124CA0921309F39235FAC5B8B677D47.pdf>. Acesso em: 15 jun. 2020.

BOM JESUS DO NORTE (ES). **Relatório resumido da execução orçamentária: demonstrativo da execução das despesas por função/subfunção: orçamento fiscal e de seguridade social: 6º bimestre de 2019 - novembro a dezembro de 2019**. Bom Jesus do Norte, ES: Prefeitura Municipal de Bom Jesus do Norte, 2019. Disponível em:

<https://s3.amazonaws.com/el.com.br/portal/uploads/1833/arquivos/739FA8718A447AB1F9593B297F4FE8A6.pdf>. Acesso em: 15 jun. 2020.

BOTTOMORE, Tom (coord.). **Dicionário do pensamento marxista**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

BRASCHER, Marisa; CAFÉ, Ligia Maria Arruda. Organização da informação ou organização do conhecimento? *In*: LARA, Marilda Lopes Ginez de; SMIT Johanna Wilhelmina (Org.). **Temas de pesquisa em Ciência da Informação no Brasil**. São Paulo: Escola de Comunicação e Artes/USP, 2010.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**: texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988, com as alterações determinadas pelas Emendas Constitucionais de Revisão nos 1 a 6/94, pelas Emendas Constitucionais nos 1/92 a 91/2016 e pelo Decreto Legislativo no 186/2008. Brasília: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2016. Disponível em: https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/518231/CF88_Livro_EC91_2016.pdf. Acesso em: 10 jun. 2020.

BRASIL. **Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000**. Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências. Brasília: Congresso Nacional, 2000. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp101.htm. Acesso em: 20 jun. 2020.

BRASIL. **Lei Complementar nº 131, de 27 de maio de 2009**. Acrescenta dispositivos à Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 [...]. Brasília: Congresso Nacional, 2009. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp131.htm. Acesso em: 20 jun. 2020.

BRASIL. **Lei nº 10.257 de 10 de julho de 2001**. Regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da Política Urbana e dá outras providências. Brasília: Congresso Nacional, 2001. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/l10257.htm. Acesso em: 10 jun. 2020.

BRASIL. **Lei nº 10.753, de 30 de outubro de 2003**. Institui a Política Nacional do Livro. Brasília, DF: Presidência da República, 2003. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/l10.753.htm. Acesso em: 15 jun. 2019.

BRASIL. **Lei nº 10.753, de 30 de outubro de 2003**. Institui a Política Nacional do Livro. Brasília, DF: Presidência da República, 2003. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/l10.753.htm. Acesso em: 10 fev. 2020.

BRASIL. Ministério da Cultura. **Decreto nº 9.411/2018**. Brasília, DF: Ministério da Cultura, 18 jun. 2018b. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/2018/decreto-9411-18-junho-2018-786865-publicacaooriginal-155859-pe.html>. Acesso em: 10 fev. 2020.

BRASIL. Ministério do Turismo. **Portaria nº 30/2018**. Brasília, DF: Ministério do Turismo, 7 fev. 2018a. Disponível em: <http://www.turismo.gov.br/2018/185->

portarias/2018/10906-portaria-n-30-de-7-de-fevereiro-de-2018.html. Acesso em: 10 fev. 2020.

BRASIL. Ministro de Estado da Fazenda. **Portaria nº 84/2017**. Brasília, DF: Ministério de Estado da Fazenda, 16 mar. 2017. Disponível em: <http://www.fazenda.gov.br/acesso-a-informacao/institucional/legislacao/portarias-ministeriais/2017/portaria-no-84-de-16-de-marco-de-2017>. Acesso em: 10 fev. 2020.

BURKE, Peter. **Uma história social do conhecimento**: de Gutemberg a Diderot. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

CAPURRO, Rafael. Epistemologia e ciência da informação. *In*: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 5., 2003. Belo Horizonte. **Anais** [...]. Belo Horizonte: UFMG, 2003. Disponível em: http://www.capurro.de/enancib_p.htm. Acesso em: 22 jun. 2019.

CAPURRO, Rafael; HJORLAND, Birger. O conceito de informação. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 12, n. 1, p. 148-207, abr. 2007. Disponível em: <http://bogliolo.eci.ufmg.br/downloads/CAPURRO.pdf>. Acesso em: 7 maio 2019.

CASTELLS, Manuel. **A Sociedade em rede**. 8. ed. rev. e ampl. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CASTELLS, Manuel. A Sociedade em Rede: do Conhecimento à Política. *In*: CASTELLS, Manuel; CARDOSO, Gustavo (org.). **A Sociedade em Rede do Conhecimento à Ação Política**. Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda, 2005. Disponível em: <https://egov.ufsc.br/portal/conteudo/sociedade-em-rede-do-conhecimento-%C3%A0-ac%C3%A7%C3%A3o-pol%C3%ADtica>. Acesso em: 15 jun. 2019.

CAVALCANTE, Katia Viana; SILVA, André Luiz Avelino da; LOPES, Felipe Vlixio. O agir comunicativo de Habermas em bibliotecas comunitárias: uma análise reflexiva sob a luz da mediação. **Revista ACB**: Biblioteconomia em Santa Catarina, Florianópolis, v. 22, n. 3, p. 534-547, ago./nov. 2017. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=6486334>. Acesso em: 23 jan. 2020.

CAVALLO, Guglielmo; CHARTIER, Roger (org.). **História da leitura no mundo ocidental 2**. São Paulo: Editora Ática, 2003.

CNN BRASIL. **Receita afirma que só ricos leem, e livros podem perder a isenção tributária**. [São Paulo]: CNN Brasil, 2021. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/business/2021/04/07/receita-afirma-que-so-ricos-leem-e-livros-podem-perder-a-isencao-tributaria>. Acesso em: 20 abr. 2021.

CONCEIÇÃO DA BARRA (ES). **Lei nº 2.768, de 24 de outubro de 2017**. Dispõe sobre o Plano Plurianual do município de Conceição da Barra para o período de 2018 a 2021 e dá outras providências. Conceição da Barra, ES: Gabinete do Prefeito, 2017a. Disponível em: <https://conceicaodabarra.es.gov.br/Media/PrefeituraConceicaoDaBarra/1.%20NOVO>

%20SITE/LEGISLA%C3%87%C3%83O%20OR%C3%87AMENT%C3%81RIA/PPA/Lei%20n%C2%BA%202768-2017-compactado.pdf. Acesso em: 20 jun. 2020.

CONCEIÇÃO DA BARRA (ES). **Lei nº 22.675 de 06 de dezembro de 2013.** Dispõe sobre o Plano Plurianual do município de Conceição da Barra para o período de 2014 a 2017 e dá outras providências. Conceição da Barra, ES: Gabinete do Prefeito, 2013. Disponível em: <https://www2.santateresa.es.gov.br/uploads/documento/20180405102421-lei-ppa-2018-lei-2690.pdf>. Acesso em: 20 jun. 2020.

CONCEIÇÃO DA BARRA (ES). **Relatório resumido da execução orçamentária:** demonstrativo da execução das despesas por função/subfunção: orçamento fiscal e de seguridade social: janeiro a dezembro 2014 / bimestre novembro - dezembro. Conceição da Barra, ES: Município de Conceição da Barra, 2014. Disponível em: http://187.1.137.226/uploads/documento/6_ANEXO_II_DEMOSNTRATIVO_DA_EXE_CUCAO_POR_FUNCAO_E_SUBFUNCAO_6_2014.pdf. Acesso em: 15 jun. 2020.

CONCEIÇÃO DA BARRA (ES). **Relatório resumido da execução orçamentária:** demonstrativo da execução das despesas por função/subfunção: orçamento fiscal e de seguridade social: janeiro a dezembro 2015 / bimestre novembro - dezembro. Conceição da Barra, ES: Município de Conceição da Barra, 2015. Disponível em: http://187.1.137.226/uploads/documento/6_Dem_Exec_Despesas_Funcao_SubFunc_ao_LRF_Federal_06_2015.pdf. Acesso em: 15 jun. 2020.

CONCEIÇÃO DA BARRA (ES). **Relatório resumido da execução orçamentária:** demonstrativo da execução das despesas por função/subfunção: orçamento fiscal e de seguridade social: janeiro a dezembro 2016 / bimestral novembro - dezembro. Conceição da Barra, ES: Município de Conceição da Barra, 2017b. Disponível em: http://187.1.137.226/uploads/documento/6_2016_RREO_Anexo_02_Execucao_Des_pesas_Funcao_SubFuncao_6B_2016.pdf. Acesso em: 15 jun. 2020.

CONCEIÇÃO DA BARRA (ES). **Relatório resumido da execução orçamentária:** demonstrativo da execução das despesas por função/subfunção: orçamento fiscal e de seguridade social: janeiro a dezembro 2017 / bimestral novembro - dezembro. Conceição da Barra, ES: Município de Conceição da Barra, 2018. Disponível em: <http://187.1.137.226/uploads/documento/20180523103343-rreo-anexo-02-execucao-despesas-funcao-subfuncao-6-bim-2017.PDF>. Acesso em: 15 jun. 2020.

CONCEIÇÃO DA BARRA (ES). **Relatório resumido da execução orçamentária:** demonstrativo da execução das despesas por função/subfunção: orçamento fiscal e de seguridade social: janeiro a dezembro 2018 / bimestral novembro - dezembro. Conceição da Barra, ES: Município de Conceição da Barra, 2019. Disponível em: <http://187.1.137.226/uploads/documento/20190308145632-rreo-anexo-02-execucao-despesas-funcao-subfuncao-6b.PDF>. Acesso em: 15 jun. 2020.

CONCEIÇÃO DA BARRA (ES). **Relatório resumido da execução orçamentária:** demonstrativo da execução das despesas por função/subfunção: orçamento fiscal e de seguridade social: janeiro a dezembro 2019 / bimestral novembro - dezembro. Conceição da Barra, ES: Município de Conceição da Barra, 2020. Disponível em:

<http://187.1.137.226/uploads/documento/20200204173855-rreo-anexo-02-execucao-despesas-funcao-subfuncao.PDF>. Acesso em: 15 jun. 2020.

COSTA, Rosiane da Silva; FARIAS, Maria Giovanna Guedes. Informação mediada como instrumento de transformação social. **RICI: Revista Ibero-Americana de Ciência da Informação**, Brasília, v. 12, n. 2, p. 361-384, maio/ago. 2019. Disponível em: <http://periodicos.unb.br/index.php/RICI/article/download/8873/21362>. Acesso em: 23 jan. 2020.

CRIPPA, Giulia. Um bibliotecário em sua biblioteca: Cassiodoro e os leitores ideais na Idade Média. **Memorandum**, Belo Horizonte, n. 7, p. 47-57, out., 2004. Disponível em: <http://www.fafich.ufmg.br/~memorandum/artigos07/crippa01.htm>. Acesso 15 maio 2020.

CRIPPA, Giulia. A arte da bibliografia: ferramentas históricas, problemas metodológicos e práticas contemporâneas. **Informação & Informação**, v. 20, n. 2, 2015a. Disponível em: <http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/informacao/article/view/23134/17340> Acesso em: 12 maio 2020.

CRIPPA, Giulia. Pensando o espaço público do presente: a biblioteca pública em sua função social. **DataGramZero**, n. 2, v. 16, 2015b. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/download/45998> Acesso em: 12 maio 2020.

CUNHA, Murilo Bastos da; CAVALCANTI, Cordélia Robalinho de Oliveira. **Dicionário de Biblioteconomia e Arquivologia**. Brasília: Briquet de Lemos, 2008.

DIEFENBACH, Thomas. New Public Management in public sector organizations: the dark sides of managerialistic 'enlightenment'. **Public Administration**, v. 87, n. 4, p. 892-909, 2009. Disponível em: <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1111/j.1467-9299.2009.01766.x>. Acesso em: 23 jan. 2019.

DOMINGOS MARTINS (ES). **Lei municipal nº 2.579/2013**. Dispõe sobre o Plano Plurianual para o período de 2014 a 2017. Domingos Martins, ES: Prefeitura Municipal de Domingos Martins, 2013. Disponível em: <https://s3.amazonaws.com/el.com.br/portal/uploads/1861/4E7D86512ED34BBB98774CECFE1D94E6/CPE/2014/Quadrienal/509F75690A4C6CD6EC58DC86226C2F99.pdf>. Acesso em: 20 jun. 2020.

DOMINGOS MARTINS (ES). **Lei municipal nº 2.813/2017**. Dispõe sobre o Plano Plurianual para o período de 2018 a 2021. Domingos Martins, ES: Prefeitura Municipal de Domingos Martins, 2017a. Disponível em: <https://s3.amazonaws.com/el.com.br/portal/uploads/1861/4E7D86512ED34BBB98774CECFE1D94E6/CPE/2018/Quadrienal/132FC2483C79576DC827E40C0BA2F68F.pdf>. Acesso em: 20 jun. 2020.

DOMINGOS MARTINS (ES). **Relatório resumido da execução orçamentária: demonstrativo da execução das despesas por função/subfunção: orçamento fiscal e de seguridade social: 6º bimestre de 2014 - novembro a dezembro de 2014**. Domingos Martins, ES: Prefeitura Municipal de Domingos Martins, 2014. Disponível

em:

<https://s3.amazonaws.com/el.com.br/portal/uploads/1861/4E7D86512ED34BBB98774CECFE1D94E6/CPE/2014/Bimestral/A40B14CA1EC49931B63CAEBA89CD6DB6.pdf>. Acesso em: 10 jun. 2020.

DOMINGOS MARTINS (ES). Relatório resumido da execução orçamentária:

demonstrativo da execução das despesas por função/subfunção: orçamento fiscal e de seguridade social: 6º bimestre de 2015 - novembro a dezembro de 2015.

Domingos Martins, ES: Prefeitura Municipal de Domingos Martins, 2017b. Disponível em:

<https://s3.amazonaws.com/el.com.br/portal/uploads/1861/4E7D86512ED34BBB98774CECFE1D94E6/CPE/2015/Bimestral/12775A87CE65BEE001161721F6003A81.pdf>. Acesso em: 10 jun. 2020.

DOMINGOS MARTINS (ES). Relatório resumido da execução orçamentária:

demonstrativo da execução das despesas por função/subfunção: orçamento fiscal e de seguridade social: 6º bimestre de 2016 - novembro a dezembro de 2016.

Domingos Martins, ES: Prefeitura Municipal de Domingos Martins, 2017c. Disponível em:

<https://s3.amazonaws.com/el.com.br/portal/uploads/1861/4E7D86512ED34BBB98774CECFE1D94E6/CPE/2015/Bimestral/12775A87CE65BEE001161721F6003A81.pdf>. Acesso em: 10 jun. 2020.

DOMINGOS MARTINS (ES). Relatório resumido da execução orçamentária:

demonstrativo da execução das despesas por função/subfunção: orçamento fiscal e de seguridade social: 5º bimestre de 2017 - setembro a outubro de 2017. Domingos Martins, ES: Prefeitura Municipal de Domingos Martins, 2017d. Disponível em:

<https://s3.amazonaws.com/el.com.br/portal/uploads/1861/4E7D86512ED34BBB98774CECFE1D94E6/CPE/2015/Bimestral/12775A87CE65BEE001161721F6003A81.pdf>. Acesso em: 10 jun. 2020.

DOMINGOS MARTINS (ES). Relatório resumido da execução orçamentária:

demonstrativo da execução das despesas por função/subfunção: orçamento fiscal e de seguridade social: 6º bimestre de 2018 – novembro a dezembro de 2018.

Domingos Martins, ES: Prefeitura Municipal de Domingos Martins, 2019. Disponível em:

<https://s3.amazonaws.com/el.com.br/portal/uploads/1861/arquivos/C09C81A96747FCC948656EE5D3A32D3D.pdf>. Acesso em: 10 jun. 2020.

DOMINGOS MARTINS (ES). Relatório resumido da execução orçamentária:

demonstrativo da execução das despesas por função/subfunção: orçamento fiscal e de seguridade social: 6º bimestre de 2019 – novembro a dezembro de 2019.

Domingos Martins, ES: Prefeitura Municipal de Domingos Martins, 2020. Disponível em:

<https://s3.amazonaws.com/el.com.br/portal/uploads/1861/arquivos/665AED152B31F8107939B52F52A28C71.pdf>. Acesso em: 10 jun. 2020.

ENRIQUEZ, Eugène. **Da horda ao Estado**: Psicanálise do vínculo social. Tradução de Teresa Cristina Carreteiro e Jacyara Nasciutti. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1983.

ESPÍRITO SANTO. Instituto Jones dos Santos Neves. **Nota Técnica nº 27/2011**. Vitória, ES: IJSN, 2011. Disponível em: <http://www.ijsn.es.gov.br/component/attachments/download/1263>. Acesso em: 10 fev. 2020.

FERREIRA, Claudiomiro Machado. As bibliotecas públicas municipais e a administração pública direta: o apoio legal para o suporte financeiro das bibliotecas: qual é e como conseguir? **RDBCI: Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, Campinas, v. 10, n. 2, p. 180-185, jul./dez. 2012. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/rdbci/article/view/1904>. Acesso em: 23 jan. 2019.

FREITAS, Adolfo Júlio Porto de; MELO, Marlene. (In) formação como instrumento de mediação no âmbito do orçamento participativo. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 43, n. 2, p. 187-197, maio/ago. 2014. Disponível em: <http://revista.ibict.br/ciinf/article/view/1403/1581>. Acesso em: 23 jan. 2020.

FUKUYAMA, Francis. **O fim da História e o último homem**. Rio de Janeiro: Rocco, 1992.

GIACOMONI, James. **Orçamento Público**. 16. ed. São Paulo: Atlas, 2012.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Editora Atlas, 2008.

GONÇALVES, Marcio; LIMA, Clóvis Ricardo Montenegro de. A reinvenção da esfera pública: os discursos em rede, reconhecimento e política deliberativa. *In*: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 12., 2011, Brasília. **Anais [...]**. Brasília: ANCIB; Unb, 2011. p. 1643-1656. Disponível em: <https://ridi.ibict.br/bitstream/123456789/92/1/CLOVISEnancib2011b.pdf>. Acesso em: 15 jun. 2019.

GUEDES, Roger de Miranda. **A abordagem dialógica na indexação social**. 2010. 183 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Escola de Ciência da Informação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2010. Disponível em: <https://repositorio.ufmg.br/handle/1843/ECID-8CTPZK>. Acesso em: 15 jun. 2019.

GUIMARAES, José Augusto Chaves. A dimensão teórica do tratamento temático da informação e suas interlocuções com o universo científico da International Society for Knowledge Organization (ISKO). **Revista Ibero-Americana de Ciência da Informação**, v. 1, n. 1, p. 77-99, jan./jun. 2008. Disponível em: <http://periodicos.unb.br/index.php/RICI/article/download/940/815>. Acesso em: 15 jun. 2019.

GUTENBERG FOUNDATION. **Johannes Gutenberg**. Mainz: Gutenberg Stiftung, c2021. Disponível em: <https://www.gutenberg-foundation.com/johannes-gutenberg#collapse-543>. Acesso em: 9 jan. 2021.

HABERMAS, Jürgen. **Consciência moral e agir comunicativo**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1989.

HABERMAS, Jürgen. **Habermas: sociologia**. Organização de Barbara Freitag e Sérgio Paulo Rouanet e coordenação de Florestan Fernandes. São Paulo: Ática, 1990.

HABERMAS, Jürgen. **Mudança estrutural da esfera pública**: investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2003a.

HABERMAS, Jürgen. **Teoría de la acción comunicativa I**: racionalidad de la acción y racionalización social. 4. ed. Madrid: Taurus, 2003b. v. 1.

HABERMAS, Jürgen. **Teoría de la acción comunicativa II**: crítica de la razón funcionalista. 4. ed. Madrid: Taurus, 2003c. v. 2.

HABERMAS, Jürgen. **Três modelos normativos de democracia**. Lua Nova, São Paulo, nº 36, p. 39-53, 1995.

HARVEY, D. **O Novo Imperialismo**. São Paulo: Edições Loyola, 2004.

HOBBS, Thomas. **Leviatã ou matéria, forma e poder de um estado eclesiástico e civil**. Tradução de João Paulo Monteiro e Maria Beatriz Nizza da Silva. São Paulo: Abril Cultural, 1974.

HOBBS, E. J. **Era dos extremos**: o breve século XX – 1914-1991. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

IFLA. **Manifesto da IFLA sobre transparência**, Bom Governo e ausência de Corrupção. [S. l.]: IFLA, [2008?]. Disponível em: <https://www.ifla.org/files/assets/faife/publications/policy-documents/transparency-manifesto-pt.pdf>. Acesso em: 15 jun. 2019.

INTERVOZES. **Monopólios digitais**: concentração e diversidade na Internet. São Paulo: Intervozes, 2018. Disponível em: <https://intervozes.org.br/arquivos/interliv012monodig.pdf>. Acesso em: 12 fev. 2020.

LANCASTER, Frederick Wilfrid. **Indexação e resumos**: teoria e prática. 2. ed. Tradução de Antônio Agenor Briquet de Lemos. Brasília: Briquet de Lemos, 2004.

LE GOFF, Jacques. **Em Busca da Idade Média**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

LIMA, Clóvis Ricardo Montenegro de. Notas para uma agenda de pesquisa do trabalho imaterial a partir da teoria do agir comunicativo. *In*: LIMA, Clóvis Ricardo Montenegro de; GONZALEZ DE GOMEZ, Maria Nélida (org.). **Discursos habermasianos**. Rio de Janeiro: Ibict, 2012. p.153-168. Disponível em: <https://ridi.ibict.br/bitstream/123456789/379/1/HABERMASPARAINTERNET19072012.pdf>. Acesso em: 15 jun. 2019.

LINARES COLUMBIÉ, Radamés. Bibliotecología y Ciencia de la Información: subordinación, exclusión o inclusión? **Acimed**, [s. l.], v. 12, n. 3, p. 1-1, 2004.

Disponível em: http://scielo.sld.cu/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1024-4352004000300007. Acesso em: 9 jun. 2020.

LINDEMANN, Catia; SPUDEIT, Daniela; CORRÊA, Elisa Cristina Delfini. Por uma biblioteconomia mais social: interfaces e perspectivas. **Revista ACB: Biblioteconomia em Santa Catarina**, Florianópolis, v. 21, n. 22, p. 707-723, ago./nov. 2016. Disponível em: <https://www.revista.acbsc.org.br/racb/article/view/1211>. Acesso em: 20 jan. 2019.

LINHARES (ES). **Lei nº 3.359, de 19 de novembro de 2013**. Dispõe sobre o Plano Plurianual para o período de 2014 a 2017. Linhares, ES: Prefeitura Municipal de Linhares, 2013. Disponível em: <https://s3.amazonaws.com/el.com.br/portal/uploads/1925/ACDD8EABD90B4C218F3021A4F4F96F21/CPE/2017/Quadrienal/361D74F1446ABCD7A1A4B695DC26ECEF.html>. Acesso em: 20 jun. 2020.

LINHARES (ES). **Lei nº 3.708, de 18 de dezembro de 2017**. Dispõe sobre o Plano Plurianual para o período de 2018 a 2021. Linhares, ES: Prefeitura Municipal de Linhares, 2017a. Disponível em: <https://s3.amazonaws.com/el.com.br/portal/uploads/1925/arquivos/9EDF0E4CF305F5AC1413B3281047E329.pdf>. Acesso em: 20 jun. 2020.

LINHARES (ES). **Relatório resumido da execução orçamentária**: demonstrativo da execução das despesas por função/subfunção: orçamento fiscal e de seguridade social: 6º bimestre de 2014 – janeiro a dezembro de 2014. Linhares, ES: Município de Linhares, 2014. Disponível em: <https://s3.amazonaws.com/el.com.br/portal/uploads/1925/ACDD8EABD90B4C218F3021A4F4F96F21/CPE/2014/Bimestral/D36AA6B05084F7C8A3328A29052551D8.rar>. Acesso em: 15 jun. 2020.

LINHARES (ES). **Relatório resumido da execução orçamentária**: demonstrativo da execução das despesas por função/subfunção: orçamento fiscal e de seguridade social: 6º bimestre de 2015 – novembro a dezembro de 2015. Linhares, ES: Município de Linhares, 2016. Disponível em: <https://s3.amazonaws.com/el.com.br/portal/uploads/1925/ACDD8EABD90B4C218F3021A4F4F96F21/CPE/2015/Bimestral/5986CD43A045C1AA1E105D01549DD75A.zip>. Acesso em: 15 jun. 2020.

LINHARES (ES). **Relatório resumido da execução orçamentária**: demonstrativo da execução das despesas por função/subfunção: orçamento fiscal e de seguridade social: 6º bimestre de 2016 – novembro a dezembro de 2016. Linhares, ES: Município de Linhares, 2017b. Disponível em: <https://s3.amazonaws.com/el.com.br/portal/uploads/1925/ACDD8EABD90B4C218F3021A4F4F96F21/CPE/2016/Bimestral/D588E65DD1B6F5C4C560DDE7D2F49FDB.rar>. Acesso em: 15 jun. 2020.

LINHARES (ES). **Relatório resumido da execução orçamentária**: demonstrativo da execução das despesas por função/subfunção: orçamento fiscal e de seguridade social: 6º bimestre de 2017 – novembro a dezembro de 2017. Linhares, ES: Município de Linhares, 2018. Disponível em:

<https://s3.amazonaws.com/el.com.br/portal/uploads/1925/arquivos/F046D1B115DB9279D07EACB697E757C2.rar>. Acesso em: 15 jun. 2020.

LINHARES (ES). **Relatório resumido da execução orçamentária**: demonstrativo da execução das despesas por função/subfunção: orçamento fiscal e de seguridade social: 6º bimestre de 2018 – novembro a dezembro de 2018. Linhares, ES: Município de Linhares, 2019. Disponível em: <https://s3.amazonaws.com/el.com.br/portal/uploads/1925/arquivos/86146D070BCC6DE02D810DD758D1CED4.rar>. Acesso em: 15 jun. 2020.

LINHARES (ES). **Relatório resumido da execução orçamentária**: demonstrativo da execução das despesas por função/subfunção: orçamento fiscal e de seguridade social: 6º bimestre de 2019 – novembro a dezembro de 2019. Linhares, ES: Município de Linhares, 2020. Disponível em: <https://s3.amazonaws.com/el.com.br/portal/uploads/1925/arquivos/B8CE64C9D2DB0ED0EF65A91AE97A7A85.rar>. Acesso em: 15 jun. 2020.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Metodologia científica**: ciência e conhecimento científico, métodos científicos, teoria, hipóteses e variáveis. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

MARTINS, W. **A palavra escrita**: história do livro, da imprensa e da biblioteca. São Paulo: Ática, 2002.

MEDEIROS, Ana Ligia Silva. As bibliotecas na Antiguidade. **Memória e Informação**, v. 3, n. 2, p. 69-85, 18 dez. 2019. Disponível em: <http://memoriaeinformacao.casaruibarbosa.gov.br/index.php/fcrb/article/view/90> Acesso em: 12 maio 2020.

MEDEIROS, Ana Ligia Silva. **Desconhecida pela comunidade e desprezada pelas autoridades**: a biblioteca pública no Brasil na opinião de atores políticos e pesquisadores. 2015. 176 f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação, Universidade Federal do Rio de Janeiro/Escola de Comunicação, Rio de Janeiro, 2015. Disponível em: <http://rubi.casaruibarbosa.gov.br/bitstream/20.500.11997/858/3/Medeiros%2c%20Ana%20Ligia%20-%20Desconhecida%20pela%20comunidade%20e%20desprezada.pdf>. Acesso em: 20 jan. 2020.

MENDES, Gilvanedja. Bibliotecas Públicas Municipais Brasileiras: desafios da Gestão Pública. **Revista Gestão Pública Prática e Desafios**, v. 4, n. 2, p. 29-56, out. 2013. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/gestaopublica/article/view/1188>. Acesso em: 20 jan. 2019.

MENESES-TELLO, Felipe. **A biblioteca pública como instituição política**: a correlação entre bibliotecário público e bibliotecário político. *Revista Ibero-Americana de Ciência da Informação*, [s. l.], v. 12, n. 3, p. 905–940, 2019. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/RICI/article/view/24669>. Acesso em: 10 maio. 2021.

MILANESI, Luís. Biblioteca pública: do século XIX para o XXI. **Revista USP**, [s. l.], n. 97, p. 59-70, 2013. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/revusp/article/view/61685>. Acesso em: 16 maio. 2020.

MILANESI, Luís. **O que é biblioteca**. São Paulo: Brasiliense, 1983.

MILMAN, Luis. Habermas e a Comunicação Idealizada. **Veritas**, Porto Alegre, v. 41, n. 162, p. 263-277, jun. 1996. Disponível em: <http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/veritas/article/view/35824/18820>. Acesso em: 20 jan. 2019.

MORETZSOHN, Sylvia Debossan. “Uma legião de imbecis”: hiperinformação, alienação e o fetichismo da tecnologia libertária. **Liinc em Revista**, Rio de Janeiro, v. 13, n. 2, p. 294-306, nov. 2017. Disponível em: <http://revista.ibict.br/liinc/article/view/4088/3404>. Acesso em: 15 jun. 2019.

MORIN, Edgar. **Os sete saberes necessários à educação do futuro**. Tradução de Catarina Eleonora F. da Silva, Jeanne Sawaya e revisão técnica de Edgard de Assis Carvalho. 2. ed. São Paulo: Cortez; Brasília, DF: Unesco, 2000. Disponível em: <http://arquivos.info.ufrn.br/arquivos/2012133176826a1035842e1211faee999/setesaberesmorin.pdf.pdf>. Acesso em: 15 jun. 2019.

NÚCLEO de Informação e Coordenação do Ponto BR. **Pesquisa sobre o uso das tecnologias de informação e comunicação nos domicílios brasileiros: TIC domicílios 2018**. São Paulo: Comitê Gestor da Internet no Brasil, 2019. Disponível em: https://cetic.br/media/docs/publicacoes/2/12225320191028-tic_dom_2018_livro_eletronico.pdf. Acesso em: 3 out. 2020.

OLIVEIRA, Manfredo Araújo de. A crise da racionalidade moderna: uma crise de esperança. **Síntese**: Revista de Filosofia, v. 16, n. 45, p. 13-33, 1989. Disponível em: <http://www.faje.edu.br/periodicos/index.php/Sintese/article/view/1872>. Acesso em: 20 jan. 2019.

PEREIRA, André Ricardo Valle Vasco. Nunca antes na história: a reconfiguração do campo político na campanha eleitoral brasileira de 2018 na televisão. **Revista de Estudos Brasileños**, v. 6, n. 13, p. 169-184, 2019. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/reb/article/view/166302>. Acesso em: 15 jun. 2019.

PEREIRA, José Matias. **Finanças Públicas: A Política Orçamentária no Brasil**. São Paulo: Atlas, 1999.

PINTO, José Marcelino de Rezende. A teoria da ação comunicativa de Jürgen Habermas: conceitos básicos e possibilidades de aplicação à administração escolar. **Paidéia**, Ribeirão Preto, n. 8-9, p. 77-96, fev./ago. 1995. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-863X1995000100007&script=sci_arttext. Acesso em: 20 jan. 2019.

PRESIDENTE KENNEDY (ES). **Lei nº 1.112 de 07 de fevereiro de 2014**. Dispõe sobre o Plano Plurianual para o quadriênio 2014 a 2017 e dá outras providências. Presidente Kennedy, ES: Prefeitura Municipal de Presidente Kennedy, 2014a.

Disponível em:

<https://www.presidentekennedy.es.gov.br/uploads/filemanager/controladoria/PPA2014-2017-PORTAL.pdf>. Acesso em: 20 jun. 2020.

PRESIDENTE KENNEDY (ES). **Lei nº 1.353 de 28 de novembro de 2017**. Dispõe sobre o Plano Plurianual para o quadriênio 2018 a 2021 e dá outras providências. Presidente Kennedy, ES: Prefeitura Municipal de Presidente Kennedy, 2017a.

Disponível em:

<http://legislacaocompilada.com.br/kennedy/Arquivo/Documents/legislacao/image/L13532017.pdf>. Acesso em: 20 jun. 2020.

PRESIDENTE KENNEDY (ES). **Relatório resumido da execução orçamentária**: demonstrativo da execução das despesas por função/subfunção: orçamento fiscal e de seguridade social: 5º bimestre de 2014. Presidente Kennedy, ES: Município de Presidente Kennedy, 2014b. Disponível em:

<https://www.presidentekennedy.es.gov.br/uploads/documento/20180608083207-rreo-demonstrativo-da-execucao-das-despesas-por-funcao.pdf>. Acesso em: 26 jun. 2020.

PRESIDENTE KENNEDY (ES). **Relatório resumido da execução orçamentária**: demonstrativo da execução das despesas por função/subfunção: orçamento fiscal e de seguridade social: 6º bimestre de 2015 - novembro a dezembro de 2015.

Presidente Kennedy, ES: Município de Presidente Kennedy, 2016. Disponível em:

<https://www.presidentekennedy.es.gov.br/uploads/documento/20180608083207-rreo-demonstrativo-da-execucao-das-despesas-por-funcao.pdf>. Acesso em: 26 jun. 2020.

PRESIDENTE KENNEDY (ES). **Relatório resumido da execução orçamentária**: demonstrativo da execução das despesas por função/subfunção: orçamento fiscal e de seguridade social: 6º bimestre de 2016 - novembro a dezembro de 2016.

Presidente Kennedy, ES: Município de Presidente Kennedy, 2017b. Disponível em:

<https://www.presidentekennedy.es.gov.br/uploads/documento/20180611111417-rreo-demonstrativo-da-execucao-das-despesas-por-funcao.pdf>. Acesso em: 29 jun. 2020.

PRESIDENTE KENNEDY (ES). **Relatório resumido da execução orçamentária**: demonstrativo da execução das despesas por função/subfunção: orçamento fiscal e de seguridade social: 6º bimestre de 2017 - novembro a dezembro de 2017.

Presidente Kennedy, ES: Município de Presidente Kennedy, 2018. Disponível em:

<https://www.presidentekennedy.es.gov.br/uploads/documento/20180905153241-rreo-demonstrativo-da-execucao-das-despesas-por-funcao.pdf>. Acesso em: 29 jun. 2020.

PRESIDENTE KENNEDY (ES). **Relatório resumido da execução orçamentária**: demonstrativo da execução das despesas por função/subfunção: orçamento fiscal e de seguridade social: 6º bimestre de 2018 - novembro a dezembro de 2018.

Presidente Kennedy, ES: Município de Presidente Kennedy, 2019. Disponível em:

<https://www.presidentekennedy.es.gov.br/uploads/documento/20190403153801-anexo-2-demonstrativo-da-execucao-por-funcao-e-sub-fun.pdf>. Acesso em: 29 jun. 2020.

PRESIDENTE KENNEDY (ES). **Relatório resumido da execução orçamentária:** demonstrativo da execução das despesas por função/subfunção: orçamento fiscal e de seguridade social: 6º bimestre de 2019 - novembro a dezembro de 2019. Presidente Kennedy, ES: Município de Presidente Kennedy, 2020. Disponível em: <https://www.presidentekennedy.es.gov.br/uploads/documento/20200827101400-anexo-2-demonstrativo-da-execucao-das-despesas-por-func.pdf>. Acesso em: 29 jun. 2020.

PRETTO, Nelson De Luca; BONILLA, Maria Helena Silveira; SENA, Ivânia Paula Freitas de Souza. **Educação em tempos de pandemia:** reflexões sobre as implicações do isolamento físico imposto pela Covid-19. Salvador: Edição do autor, 2020.

QUINO. **Mafalda no Jardim de infância.** São Paulo: Martins Fontes, 1999.

RAMOS JUNIOR, Gerson Moreira; GERLIN, Meri Nadia Marques. Análise representativa do espaço conferido as bibliotecas públicas municipais nos sites institucionais das prefeituras do Estado do Espírito Santo. *In*: CONGRESSO BRASILEIRO DE BIBLIOTECOLOGIA E DOCUMENTAÇÃO, 28., 2019, Vitória. **Anais** [...]. São Paulo: FEBAB, 2019.

REESE-SCHÄFER, Walter. **Compreender Habermas.** 2. ed. Tradução de Vilmar Schneider. Petrópolis: Vozes, 2009.

REINSEL, David; GANTZ, John; RYDNING, John. **The Digitization of the World From Edge to Core.** United States of America: IDC Information and Data, 2018. Disponível em: <https://www.seagate.com/files/www-content/our-story/trends/files/idc-seagate-data-age-whitepaper.pdf>. Acesso em: 16 fev. 2020.

SANTA TERESA (ES). **Lei nº 2.426/2013.** Dispõe sobre o Plano Plurianual para o período de 2014/2017. Santa Teresa, ES: Gabinete do Prefeito Municipal de Santa Teresa, 2013. Disponível em: <https://www2.santateresa.es.gov.br/uploads/documento/20180405103812-ppa-2014-2018.pdf>. Acesso em: 20 jun. 2020.

SANTA TERESA (ES). **Lei nº 2.690/2017.** Dispõe sobre o Plano Plurianual para o período de 2018/2021. Santa Teresa, ES: Gabinete do Prefeito Municipal de Santa Teresa, 2017a. Disponível em: <https://www2.santateresa.es.gov.br/uploads/documento/20180405102421-lei-ppa-2018-lei-2690.pdf>. Acesso em: 20 jun. 2020.

SANTA TERESA (ES). **Relatório resumido da execução orçamentária:** demonstrativo da execução das despesas por função/subfunção: orçamento fiscal e de seguridade social: 6º bimestre de 2015 - novembro a dezembro de 2015. Santa Teresa, ES: Prefeitura Municipal de Santa Teresa, 2016. Disponível em: <https://www2.santateresa.es.gov.br/uploads/documento/20180417161035-anexo-ii-rreo-6-bimestre-2015.pdf>. Acesso em: 20 jun. 2020.

SANTA TERESA (ES). **Relatório resumido da execução orçamentária:** demonstrativo da execução das despesas por função/subfunção: orçamento fiscal e

de seguridade social: 6º bimestre de 2016 - novembro a dezembro de 2016. Santa Teresa, ES: Prefeitura Municipal de Santa Teresa, 2017b. Disponível em: <https://www2.santateresa.es.gov.br/uploads/documento/20180417142510-anexo-ii-rreo-6-bimestre-2016.pdf>. Acesso em: 20 jun. 2020.

SANTA TERESA (ES). **Relatório resumido da execução orçamentária:** demonstrativo da execução das despesas por função/subfunção: orçamento fiscal e de seguridade social: 6º bimestre de 2017 - novembro a dezembro de 2017. Santa Teresa, ES: Prefeitura Municipal de Santa Teresa, 2018. Disponível em: <https://www2.santateresa.es.gov.br/uploads/documento/20180417113002-anexo-ii-lrf-6-bim-2017.pdf>. Acesso em: 20 jun. 2020.

SANTA TERESA (ES). **Relatório resumido da execução orçamentária:** demonstrativo da execução das despesas por função/subfunção: orçamento fiscal e de seguridade social: 6º bimestre de 2018 - novembro a dezembro de 2018. Santa Teresa, ES: Prefeitura Municipal de Santa Teresa, 2019. Disponível em: <https://www2.santateresa.es.gov.br/uploads/documento/20190128184002-anexo-ii-lrf-6-bim-2018-rreo.pdf>. Acesso em: 20 jun. 2020.

SANTA TERESA (ES). **Relatório resumido da execução orçamentária:** demonstrativo da execução das despesas por função/subfunção: orçamento fiscal e de seguridade social: 6º bimestre de 2019 - novembro a dezembro de 2019. Santa Teresa, ES: Prefeitura Municipal de Santa Teresa, 2020. Disponível em: <https://www2.santateresa.es.gov.br/uploads/documento/20200128090153-anexo-ii-lrf-6-bim-2019-rreo.pdf>. Acesso em: 20 jun. 2020.

SANTAELLA, Lucia; NÖTH, Winfried. **Comunicação e semiótica**. São Paulo: Hacker Editores, 2004.

SANTOS JUNIOR, Roberto Lopes Dos. Análise histórica sobre o desenvolvimento da biblioteconomia e ciência da informação do leste europeu no pós-segunda guerra mundial (1945-anos 1960). **Logeion: filosofia da informação**, v. 3, n. 2, p. 60-74, 2017. Acesso em: 3 jun. 2021.

SANTOS JUNIOR, Roberto Lopes Dos. Análise sobre o desenvolvimento do campo de estudo em informação científica e técnica nos estados unidos e na antiga união soviética durante a guerra fria (1945-1991). **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, v. 8, n. 2, p. 130-157, 2012. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/1117>. Acesso em: 03 jun. 2021.

SANTOS, Theotonio. **Conceito de classes sociais**. Petrópolis: Vozes, 1982.

SCHNEIDER, Marco. **A dialética do gosto: informação, música e política**. Rio de Janeiro: Circuito, Faperj, 2015.

SCHWARCZ, Lilia. Moritz. **As barbas do Imperador**. São Paulo. Cia. Das Letras, 1999.

SILVA, Kalina Vanderlei; SILVA, Maciel Henrique. **Dicionário de conceitos históricos**. São Paulo: Contexto, 2009.

SMIT, Johanna W.; BARRETO, Aldo de Albuquerque. Ciência da Informação: base conceitual para a formação profissional. *In*: VALENTIN, Maria Lígia Pomim (coord.). **Formação do profissional da informação**. São Paulo: Polis, 2002. Cap. 1, p. 9-24.

TOCQUEVILLE, Alexis de. **O antigo regime e a revolução**. Tradução de Yvonne Jean. 4. ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1997.

UFES. Departamento de Biblioteconomia. **Currículo de Cursos**. [Vitória]: Ufes, 2016. Disponível em:
https://biblioteconomia.ufes.br/sites/biblioteconomia.ufes.br/files/field/anexo/curriculo_curso_bib_2016.pdf. Acesso em: 9 set. 2020.

UFES. **Projeto Pedagógico do Curso de Biblioteconomia**. Vitória: CCJE, 2018. Disponível em:
https://biblioteconomia.ufes.br/sites/biblioteconomia.ufes.br/files/field/anexo/ppc-biblio_2016_atualizacao_2018.pdf. Acesso em: 10 jun. 2020.

UFMG. Escola de Ciência da Informação. **Projeto Pedagógico do Curso de Biblioteconomia e Gestão da Informação da Escola de Ciência da Informação da UFMG**. Belo Horizonte: Escola de Ciência da Informação, 2008. Disponível em:
<http://colgradbiblio.eci.ufmg.br/o-curso/projeto-pedagogico-1>. Acesso em: 9 set. 2020.

UFRJ. Curso de Biblioteconomia e Gestão de Unidades de Informação. **Proposta Político-Pedagógica de implantação do Curso de Biblioteconomia e Gestão de Unidades de Informação (CBG/UFRJ)**. Rio de Janeiro: CBG/UFRJ, 2008. Disponível em:
http://www.facc.ufrj.br/joomla/images/docs/Projeto_Pedag%C3%B3gico_CBG.pdf. Acesso em: 9 set. 2020.

UNIRIO. Centro de Ciências Humanas e Sociais. **Matriz curricular**. Rio de Janeiro: Escola de Biblioteconomia, 2010. Disponível em:
http://www.unirio.br/cchs/eb/arquivos/Matriz%20Curricular_Bacharelado.pdf. Acesso em: 9 set. 2020.

USP. Escola de Comunicações e Artes. **Grade Curricular**. [São Paulo]: Superintendência de Tecnologia da Informação/USP, c1999-2021. Disponível em:
<https://uspdigital.usp.br/jupiterweb/listarGradeCurricular?codcg=27&codcur=27501&codhab=2&tipo=N&print=true>. Acesso em: 9 set. 2020.

VASCONCELLOS, Celso S. **Coordenação do trabalho pedagógico**: do projeto político-pedagógico ao cotidiano da sala de aula. São Paulo: Libertad, 2004.

VAZ, Francisco António Lourenço. A função social da biblioteca pública na era da informação. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, São Paulo, v. 16, p. 1-16, 2020. Disponível em:
<https://febab.emnuvens.com.br/rbbd/article/view/1301/1200>. Acesso em: 22 jan. 2020.

VILA PAVÃO (ES). **Lei nº 1.099/2017**. Dispões sobre o Plano Plurianual para o quadriênio 2018/2021 e dá outras providências. Vila Pavão, ES: Gabinete do Prefeito, 2017a. Disponível em:
<https://s3.amazonaws.com/el.com.br/portal/uploads/2042/arquivos/591C66F7100C381335DB2312CFC8C50F.rar>. Acesso em: 20 jun. 2020.

VILA PAVÃO (ES). **Lei nº 908/2013**. Dispõe sobre o Plano Plurianual para o quadriênio 2014/2017 e dá outras providências. Vila Pavão, ES: Gabinete do Prefeito, 2013. Disponível em:
<https://s3.amazonaws.com/el.com.br/portal/uploads/2042/arquivos/10DC945866A980EB9A9DE8E7385B0F27.pdf>. Acesso em: 20 jun. 2020.

VILA PAVÃO (ES). **Relatório resumido da execução orçamentária**: demonstrativo da execução das despesas por função/subfunção: orçamento fiscal e de seguridade social: 5º bimestre de 2016 – setembro a outubro de 2016. Vila Pavão, ES: Prefeitura Municipal de Vila Pavão, 2016. Disponível em:
<https://s3.amazonaws.com/el.com.br/portal/uploads/2042/74D1DE92D9BB46E2A49F58AD002F4193/CPE/2016/Bimestral/7B5C56EC388DC3D14CDD8A4DC012D5C7.pdf>. Acesso em: 19 jun. 2020.

VILA PAVÃO (ES). **Relatório resumido da execução orçamentária**: demonstrativo da execução das despesas por função/subfunção: orçamento fiscal e de seguridade social: 6º bimestre de 2017 – novembro a dezembro de 2017. Vila Pavão, ES: Prefeitura Municipal de Vila Pavão, 2017b. Disponível em:
<https://s3.amazonaws.com/el.com.br/portal/uploads/2042/arquivos/368C7EA725FAED198AF402AC1A61A10C.pdf>. Acesso em: 14 jun. 2020.

VILA PAVÃO (ES). **Relatório resumido da execução orçamentária**: demonstrativo da execução das despesas por função/subfunção: orçamento fiscal e de seguridade social: 6º bimestre de 2018 – novembro a dezembro de 2018. Vila Pavão, ES: Prefeitura Municipal de Vila Pavão, 2018. Disponível em:
<https://s3.amazonaws.com/el.com.br/portal/uploads/2042/arquivos/7BE5F20CDB4EFAF9D1816459F2C2C026.pdf>. Acesso em: 14 jun. 2020.

VILA PAVÃO (ES). **Relatório resumido da execução orçamentária**: demonstrativo da execução das despesas por função/subfunção: orçamento fiscal e de seguridade social: 6º bimestre de 2019 – novembro a dezembro de 2019. Vila Pavão, ES: Prefeitura Municipal de Vila Pavão, 2019. Disponível em:
<https://s3.amazonaws.com/el.com.br/portal/uploads/2042/arquivos/9524B781FE0A75EC5E71B614B1093353.pdf>. Acesso em: 14 jun. 2020.

VITÓRIA (ES). **Lei nº 8.590, de 12 de dezembro de 2013**. Dispõe sobre o Plano Plurianual - PPA para o período 2014/2017. Vitória, ES: Palácio Jerônimo Monteiro, 2013. Disponível em:
<http://camarasempapel.cmv.es.gov.br/Arquivo/Documents/legislacao/html/L85902013.html>. Acesso em: 20 jun. 2020.

VITÓRIA (ES). **Lei nº 9.236, de 21 de dezembro de 2017**. Dispõe sobre o Plano Plurianual - PPA para o período 2018/2021. Vitória, ES: Palácio Jerônimo Monteiro, 2017a. Disponível em:

<http://camarasempapel.cmv.es.gov.br/Arquivo/Documents/legislacao/html/L92362017.html>. Acesso em: 20 jun. 2020.

VITÓRIA (ES). **Relatório resumido da execução orçamentária**: demonstrativo da execução das despesas por função/subfunção: orçamento fiscal e de seguridade social: janeiro a dezembro 2014 / bimestre novembro-dezembro. Vitória, ES: Município de Vitória, 2015. Disponível em: <https://transparencia.vitoria.es.gov.br/MostraArquivo.ashx?Arquivold=1180>. Acesso em: 5 jun. 2020.

VITÓRIA (ES). **Relatório resumido da execução orçamentária**: demonstrativo da execução das despesas por função/subfunção: orçamento fiscal e de seguridade social: janeiro a dezembro 2015 / bimestre novembro-dezembro. Vitória, ES: Município de Vitória, 2016. Disponível em: <https://transparencia.vitoria.es.gov.br/MostraArquivo.ashx?Arquivold=1353>. Acesso em: 5 jun. 2020.

VITÓRIA (ES). **Relatório resumido da execução orçamentária**: demonstrativo da execução das despesas por função/subfunção: orçamento fiscal e de seguridade social: janeiro a dezembro 2016 / bimestre novembro-dezembro. Vitória, ES: Município de Vitória, 2017b. Disponível em: <https://transparencia.vitoria.es.gov.br/MostraArquivo.ashx?Arquivold=1580>. Acesso em: 5 jun. 2020.

VITÓRIA (ES). **Relatório resumido da execução orçamentária**: demonstrativo da execução das despesas por função/subfunção: orçamento fiscal e de seguridade social: janeiro a dezembro 2017 / bimestre novembro-dezembro. Vitória, ES: Município de Vitória, 2018. Disponível em: <https://transparencia.vitoria.es.gov.br/MostraArquivo.ashx?Arquivold=1979>. Acesso em: 5 jun. 2020.

VITÓRIA (ES). **Relatório resumido da execução orçamentária**: demonstrativo da execução das despesas por função/subfunção: orçamento fiscal e de seguridade social: janeiro a dezembro 2018 / bimestre novembro-dezembro. Vitória, ES: Município de Vitória, 2019. Disponível em: <https://transparencia.vitoria.es.gov.br/MostraArquivo.ashx?Arquivold=2308>. Acesso em: 5 jun. 2020.

VITÓRIA (ES). **Relatório resumido da execução orçamentária**: demonstrativo da execução das despesas por função/subfunção: orçamento fiscal e de seguridade social: janeiro a dezembro 2019 / bimestre novembro-dezembro. Vitória, ES: Município de Vitória, 2020. Disponível em: <https://transparencia.vitoria.es.gov.br/MostraArquivo.ashx?Arquivold=2576>. Acesso em: 5 jun. 2020.

VOVELLE, Michel. **A Revolução Francesa (1789-1799)**. Trad. Mariana Echalar. São Paulo: UNESP, 2012.

WERTHEIN, Jorge. A sociedade da informação e seus desafios. **Ciência da informação**, Brasília, v. 29, n. 2, p. 71-77, maio/ago. 2000. Disponível em: <http://revista.ibict.br/ciinf/article/view/889/924>. Acesso em: 22 de jan. 2019.

ZATTAR, Marianna; LIMA, Clóvis Ricardo Montenegro de. Habermas na literatura de Ciência da Informação: investigação das publicações na Library and Information Science Abstracts (LISA). **Informações@Profissões**, Londrina, v. 2, n. 2, p.158-175, 2013. Disponível em: <http://www.brapci.inf.br/index.php/res/v/64419>. Acesso em: 5 nov. 2019.

ZUBOFF, Shoshana. Big other: surveillance capitalism and the prospects of an information civilization. **Journal of Information Technology**, v. 30, n. 1, p. 75-89, 2015. Disponível em: http://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=2594754. Acesso em: 13 jan. 2020.